

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A FORMAÇÃO DE OFICIAIS DAS POLÍCIAS MILITARES:
TRAJETÓRIA, CONFLUÊNCIAS E CONFLITOS NUMA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO (2003 A 2014)**

DIVA MARIA DE OLIVEIRA MAINARDI

**PIRACICABA, SP
2017**

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

**A FORMAÇÃO DE OFICIAIS DAS POLÍCIAS MILITARES:
TRAJETÓRIA, CONFLUÊNCIAS E CONFLITOS NUMA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO (2003 A 2014)**

DIVA MARIA DE OLIVEIRA MAINARDI

ORIENTADOR: CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

**PIRACICABA, SP
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

BANCA EXAMINADORA

Dr. Cesar Romero Amaral Vieira
ORIENTADOR - Unimep

Dr. Ronilson Souza Luiz
Centro de Altos Estudos de Segurança - SP

Dr. Wagner Montanhini
Centro Universitário Claretiano

Dr. Thiago Borges de Aguiar
Unimep

Dr. Allan da Silva Coelho
Unimep

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese, com a mais profunda admiração e respeito, aos meus queridos pais, Sr. Cláudio e D. Diva, pela educação, respeito, amor, humildade e dedicação a mim repassados, e que serviram de base para minha formação; ao meu Esposo Adriano, minha filha Antonela e aos demais amigos, pelo apoio e incentivo durante a realização deste Doutorado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, saúde, proteção, perseverança e fé, proporcionando o alcance e a realização deste Doutorado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira, pessoa paciente e amiga que, com sua sabedoria, sempre nos transmitiu seus sábios conhecimentos e experiências profissionais e de vida com dedicação.

Aos professores do Doutorado, pelas instruções e contribuições extremamente valiosas durante as nossas aulas.

À banca examinadora, cujas orientações contribuíram relevantemente para a conclusão deste trabalho.

A todos, familiares e amigos, que de alguma forma contribuíram para a realização dos trabalhos e atividades deste Doutorado.

MAINARDI, Diva Maria de Oliveira. **A Formação de Oficiais das Polícias Militares: Trajetória, Confluências e Conflitos numa Perspectiva da Educação** (2003 à 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba UNIMEP, Piracicaba, 2017.

RESUMO

O presente estudo pretende descrever, organizar e sistematizar o estado da arte sobre a formação de oficiais policiais militares no Brasil, analisando a consolidação do tema enquanto campo de pesquisa na Educação, assim também, sua importância para a profissionalidade policial militar, a partir da análise das produções de dissertações e teses nos programas de pós-graduação em educação das regiões centro-oeste e sudeste entre os anos de 2003 e 2014. Como principal objetivo buscou descrever e analisar o caminho trilhado pela formação de oficiais PM para consolidação da profissionalidade policial militar, percebendo os campos de conflitos e confluências entre eles. Parto do pressuposto de que as mudanças ocorridas na formação de oficiais, tendo como marco para a pesquisa a Matriz Curricular Nacional de 2003, não estão descoladas dos eventos anteriores envolvendo a violência policial e também dos movimentos grevistas protagonizados pelos policiais militares. A pergunta que norteia o trabalho é: Qual a visibilidade do campo temático sobre formação de oficiais PM na área de Educação? Ademais, o que as produções acadêmicas revelam sobre a formação de oficiais PM no Brasil? Em meio a estes questionamentos, procuro identificar as tendências nas pesquisas e suas lacunas, assim como evidenciar de que forma o campo do conhecimento está se consolidando na Educação. Busco apoio em pesquisadores como Romanowski e Ens (2006), Ferreira (2002), Luna (2002), Soares (1989, 2000), dentre outros do campo do “Estado da Arte” no Brasil. Desta forma, concluiu-se que as pesquisas em formação de oficiais dentro da grande área de Educação estão incipientes deixando diversas lacunas para investigações futuras. Além disso, chama a atenção que o interesse nesse campo temático venha somente dos próprios policiais militares sem contribuições de fora das PM. O estudo também mostrou que a Matriz Curricular Nacional foi motivadora das pesquisas sobre a temática e também um gatilho para as transformações na educação PM.

Palavras-chave: Polícia Militar. Formação. Estado da Arte.

MAINARDI, Diva Maria de Oliveira. **Training of Military Police Officers: Trajectory, Confluences and Conflicts in an Education Perspective** (2003 A 2014. Thesis (Doctorate Degree in Education) – Methodist University of Piracicaba, Piracicaba, 2017.

ABSTRACT

The present study aims to describe, organize and systematize the state of the art on the training of military police officers in Brazil, analyzing the consolidation of the theme as a field of research in Education, as well as its importance for military police professionalism, from the analysis of dissertation and thesis productions in post-graduate programs in education in the central-west and south east regions between 2003 and 2014. The main objective was to describe and analyze the path taken by the formation of PM officers to consolidate military police professionalism, Perceiving the fields of conflicts and confluences between them. I start from the assumption that the changes that took place in the training of officers, based on the 2003 National Curriculum Matrix, are not taken from the previous events involving police violence and also from the striking movements carried out by the military police. The question that guides the work is: what is the visibility of the thematic field on the formation of PM officers in the area of Education? Also, what do academic productions reveal about the formation of PM officers in Brazil? It seeks to identify trends in research and its gaps, as well as showing how the field of knowledge is consolidating in Education. I seek to support researchers such as Romanowski and Ens (2006), Ferreira (2002), Luna (2002), Soares (1989, 2000), among others from the State of Art in Brazil. In this way, it was concluded that the research in training of officers within the large area of Education is incipient leaving several gaps for future investigations. In addition, it is striking that the interest in this thematic field comes only from the military police themselves without contributions from outside the PM. The study also showed that the National Curriculum Matrix was the motivator of research on the subject and also a trigger for transformations in PM education.

Keywords: Military Police. Training. State of the Art.

LISTA DE SIGLAS

AGU - Advocacia-Geral da União

APMAL - Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello

APMAM - Academia de Polícia Militar Cel. Neper Alencar

APMBB – Academia da Polícia Militar do Barro Branco

APMCV – Academia de Polícia Militar Costa Verde

APMG - Academia de Polícia Militar Guatupê

CADIS - Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBCM - Curso de Bacharelado em Ciências Militares

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEM – Curso Especial Militar

CESDIP - Centre de Recherche Sociologique sur le Droit e les Institutions Pénales

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CIM – Centro de Instrução Militar

CNCG-PMBM - Conselho Nacional dos Comandantes Gerais

CPM - Comando de Policiamento Metropolitano

CV – Curriculum Vitae

DEC - Departamento de Educação e Cultura

EHPS - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade

EMR - Escola Militar do Realengo

FAECC – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

FCARP - Faculdade Católica Rainha da Paz

FD - Faculdade de Direito

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIC – Faculdades Integradas de Cuiabá

FORPRED - Fórum Nacional dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação

FPESP - Força Pública de São Paulo

HISTEDBR - Grupo de Estudos em História, Educação e Sociedade no Brasil

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEP - Instituto Educacional Piracicabano
IESP - Instituto Integrado de ensino de Segurança Pública
IGPM - Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Brasil
IQ - Instituto de Química
ISCP - Instituto Superior de Ciências Policiais
MCN – Matriz Curricular Nacional
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PM – Polícia Militar
PMAL – Polícia Militar de Alagoas
PMAM - Polícia Militar do Estado do Amazonas
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
PMGO - Polícia Militar do Estado de Goiás
PMMT – Polícia Militar de Mato Grosso
PMPA - Polícia Militar do Estado do Pará
PMPI - Polícia Militar do Estado do Piauí
PMPR - Polícia Militar do Estado do Paraná
PMSC - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina
PMSC – Polícia Militar de Santa Catarina
PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública
PUC – SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RISG - Regulamento Interno dos Serviços Gerais dos Corpos e da Tropa
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUSP - Sistema Único de Segurança Pública
UEA - Universidade do Estado do Amazonas
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB – Universidade de Brasília
UNIC - Universidade de Cuiabá

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

UNIRONDON – Centro Universitário Cândido Rondon

UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos articuladores e áreas temáticas	47
Figura 2 – Áreas temáticas	48
Figura 3 – Disciplinas e competências profissionais	50

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Marcha da Polícia Militar em Minas Gerais no ano de 1997	66
Ilustração 2 – Greve de Policiais Militares do Estado de Minas Gerais no ano de 1997.....	67
Ilustração 3 – Emprego do Exército Brasileiro em operações internas até 1999	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dissertações e Tese distribuídas por Instituições e Regiões	94
Tabela 2– Total de Dissertações e Teses levantadas no banco de dados dos Programas de Pós-Graduação em Educação, recomendados pela Capes, referente ao período de 2003 a 2014.....	134
Tabela 3 – Total absolutode pesquisas levantadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, reunindo ano e Instituição	136
<i>Tabela 4 – Formação dos pesquisadores: Graduação</i>	139
Tabela 5 – Formação dos pesquisadores: Especialização e Mestrado	140
Tabela 6– Formação dos pesquisadores: Doutorado	141
Tabela 7 – Quantitativo de publicações de Teses e Dissertações	142
Tabela 8 – Matriz de amarração dos temas e abordagens	143
Tabela 9 – Apresentação das Linhas de Pesquisas, Temas e Instituições com dados encontrados para Tese.....	150
Tabela 10 – Levantamento da formação dos Orientadores e Co-orientadores.....	153
Tabela 11 – Oposições Estruturantes	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Levantamento bibliométrico das pesquisas de Tese e Dissertações por ano e região	135
Gráfico 2 – Representação de Tese e Dissertações sobre a Temática em relação ao total por Instituição/ano	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DAS POLÍCIAS MILITARES	23
1.1 Do Monopólio Legítimo à Difusão do Poder	23
1.2 Controle e Relações de Poder na Sociedade	25
1.3 Modelo de Polícia Especializada	29
1.4 História da Polícia Militar no Brasil	34
1.5 Para se tornar um oficial da Polícia Militar no Brasil	41
CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO QUE GEROU A MUDANÇA E A PROPOSIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL	44
2.1 Matriz Curricular Nacional	44
2.2 O Contexto que Gerou a Mudança	51
2.3 A formação em destaque	52
2.4 Eventos que Antecederam a Matriz Curricular Nacional	60
CAPÍTULO 3 – DELIMITANDO UM CAMPO DE CONHECIMENTO	76
3.1 Questões Metodológicas: o Olhar do Pesquisador	78
3.2 Estado da Arte: Reflexões Teóricas e Metodológicas	84
CAPÍTULO 4 – CONHECENDO O ESTADO DA ARTE NO CAMPO DELIMITADO	101
4.1 Distribuição da Produção Acadêmica 2003-2014: Dissertações e Teses	101
4.2 Análise das Pesquisas	134
4.3 Principais problemas, abordagens e conclusões	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

A pesquisa questiona não só o produto teórico e o tenta superar, como questiona o instrumental de captação.

Pedro Demo (1985, p. 13)

Na década de 1990 diversos acontecimentos de âmbitos nacionais marcaram a história da segurança pública no Brasil, os quais levaram a sociedade a cobrar mudanças na estrutura das instituições¹ correspondentes e na formação de seus profissionais. A mídia veiculava fatos que ora revelavam a face obscura dos agentes policiais, por meio de narrativas de ocorrências abusivas de ações policiais que resultavam em excessos de toda natureza, ora sensibilizavam a população do país para a penúria da instituição com relatos e imagens dos movimentos grevistas de policiais militares que reivindicavam melhorias na condição de trabalho e salário.

A partir do ano de 2000, o governo federal começa a responder aos acontecimentos, promovendo debates e mudanças na segurança pública em geral. Um dos itens pontualmente modificado foi a formação dos profissionais de segurança que deveria fazer parte de um pacote de mudanças estruturais, dentre elas, a integração das polícias civil e militar a partir de uma mesma formação dos agentes.

É neste contexto que se iniciava na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), o primeiro Curso de Formação de Oficiais (CFO) no qual eu me encontrava entre os acadêmicos. Foi no período de minha formação, entre os anos de 1994 a 1996, que despertaria o interesse pelo tema a partir da oportunidade de experienciar um currículo voltado prioritariamente para as disciplinas da área militar e do âmbito do Direito, cotejado por uma nascente preocupação com as demandas oriundas da sociedade.

¹Opto pelo uso do termo *instituição* baseada no entendimento de Sguissardi (2009), de que instituição volta-se para o compromisso com as necessidades da coletividade, tendo como finalidade o desenvolvimento de valores sociais. Requer o reconhecimento público de sua legitimidade e autonomia. Diferentemente de *organização* que segue a lógica de adaptação dos meios aos fins particulares a que visa, tendo compromisso com o saber-fazer instrumental e buscando os resultados práticos.

Após minha formação acadêmica, passei a desempenhar os serviços próprios da função de policial militar e vivenciar as cobranças da sociedade civil em relação a esta função, naquilo que diz respeito à prestação de serviço e atendimento. Paralelamente à formação militar, fazia ainda o curso de Ciências Sociais na Universidade Cândido Rondon (Cuiabá-MT), entre os anos de 1997 a 1999, o que me despertou para outras questões complementares, tais como gênero, violência policial no Brasil, direitos humanos, entre outros temas pertinentes para a minha formação enquanto policial e também pessoal.

Após desenvolver uma monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, que introduzia meus estudos sobre a mulher como profissional atuante na PMMT (MAINARDI, 2004), percebi o quão importante foi a escolha do objeto pesquisado, uma vez que os resultados, além de ampliarem meus conhecimentos sobre a formação do profissional militar e o exercício de sua profissionalidade, enquanto agente de segurança pública e na condição de mulher e de oficial, instigaram-me a novos questionamentos e a aprofundar o meu conhecimento no tocante à leitura da realidade na qual me insiro como cidadã e como profissional de segurança pública.

A pesquisa revelou que o ingresso de mulheres era um marco na Polícia Militar de Mato Grosso, por demandar mudanças importantes já na década de 1980 e posteriormente, com o ingresso das aspirantes², na década de 1990. Revelou ainda que as mudanças estruturais nos quartéis, na APMCV, deveriam ser seguidas também por mudanças nos discursos e na cultura marcadamente masculina, além da necessidade imperiosa de uma reformulação educacional mais profunda que atendesse aos novos tempos e demandas pela participação ativa da mulher em todos os setores da sociedade. Percebi que era importante, a partir desse estudo embrionário, unir as problemáticas do desenvolvimento da profissão com a sua origem, seu berço, o ingresso e o processo de formação. Como havia iniciado os estudos sobre a questão de gênero na Polícia Militar (PM), segui por esse caminho dando ênfase aos aspectos da formação da mulher oficial PM em Mato Grosso.

Em 2007 iniciei os estudos de mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com o tema de pesquisa que buscava responder

² É a graduação dada à praça especial, antes do acesso ao primeiro posto do oficialato. Encontra-se acima do círculo de praças, dos cadetes ou alunos-a-oficiais e abaixo do 2º Tenente.

parte das minhas inquietações sobre a formação da mulher como oficial da polícia militar. A pesquisa de mestrado teve como objetivo desvendar os caminhos e os propósitos pelos quais a mulher se tornava policial militar em Mato Grosso. Do ponto de vista das vivências que nela despertavam o interesse em ingressar na PM e depois daquelas que a tornavam profissional, desde a seleção para a carreira, o ingresso e o curso de formação (MAINARDI, 2009).

O que mais ficou evidente nessa pesquisa foi a questão dos marcos temporais. Pois, as vivências são marcos que podem mudar o curso de uma trajetória. Desta forma, pensava que também haveria um marco definidor no percurso da formação de policiais militares, não apenas em Mato Grosso, mas da mesma forma no Brasil. Um marco que mudava o curso da profissionalidade e a direcionava para outras demandas, outras tendências, assim como foi no tocante ao ingresso de mulheres na Polícia Militar de Mato Grosso.

Iniciei o meu doutoramento em 2013, encaminhando o projeto de pesquisa na área da Educação, com destaque para os aspectos da profissionalização dos oficiais militares diante das novas demandas sociais. Minha primeira expectativa era procurar compreender o processo de formação do oficial militar dentro de um contexto de transformação pelo qual atravessava a segurança pública nacional e o entendimento das atividades de polícia. Objetivava compreender os principais modelos de formação de oficiais diante das recentes exigências da sociedade brasileira e a contribuição que a área de Educação dava nesse processo. Parti do pressuposto de que se a *formação* é um processo intrínseco ao campo da Educação, assim como as demais áreas do conhecimento tais como a Sociologia, o Direito, a Geografia, etc., que contribuem para a formação dos oficiais, logo, qual seria o papel da Educação neste processo?

Já no curso de doutorado, ao realizar um estudo comparativo sobre currículos entre as turmas do Curso de Formação de Oficiais (CFO) de Mato Grosso, concernentes aos anos de 1994 e 2006, verifiquei que ocorreram mudanças curriculares significativas no processo de formação destas duas turmas, e que estas mudanças provavelmente foram acarretadas pela proposição da Matriz Curricular Nacional (MCN), que a partir do ano de 2005, passou a constituir-se como um marco referencial no processo de formação da polícia. Tomei este fato como uma hipótese provisória, provável das mudanças que passaram a incidir na formação dos novos agentes oficiais policiais. Não demorou para poder

perceber que a Matriz Curricular era, de fato, um reflexo ou resultado de um conjunto de acontecimentos ocorridos no seio da sociedade, que demandavam respostas das Instituições da Polícia Militar por todo o país.

Assim, tendo vivenciado este cenário de mudanças provocadas pela instituição de uma Matriz Curricular, e como profissional da área de segurança pública, senti a necessidade de ampliar os meus horizontes e pesquisar mais sobre o tema atinente à formação de oficiais policiais militares, durante esse período de mudanças nas Polícias Militares.

Logo no início da investigação, percebi que era necessário construir uma ponte que me aproximasse de meu objeto de pesquisa e que me conduzisse ao desvelamento da temática sobre o processo da profissionalização e formação dos oficiais. Isso porque entre o meu objeto e eu, parecia haver uma lacuna a ser preenchida, mas cujo conteúdo ainda carecia de minha compreensão. Era necessário adquirir o conhecimento necessário para adentrar na temática do meu objeto de pesquisa, qual seja: “a formação de oficiais policiais militares”, a partir de seu pertencimento ao campo da Educação e torná-lo visível, tangível aos pesquisadores tanto da área de Educação quanto da Segurança Pública.

Como tinha a intenção de investigar o meu objeto de estudo dentro do campo específico da Educação, era necessário conhecer melhor a formação deste campo. Ou seja, era substancial entender a constituição do espaço demarcado por concorrências e disputas próprias da área da Educação, de acordo com a concepção de campo formulada por Bourdieu (2001). Este seria assim o meu grande desafio. Quando da apresentação de um trabalho de pesquisa no X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Curitiba, no ano de 2014, foi possível verificar o quanto a temática sobre a formação de oficiais militares era desconhecida – ou evitada – na área da Educação.

Na avaliação de meu trabalho, pela Comissão Científica, fora questionado o porquê de não apresentar a pesquisa num evento de Sociologia, mas sim de Educação. Ou seja, uma temática que, em meu entendimento, rica em problemáticas que aguardavam pesquisadores interessados, mas que, aparentemente, era ignorada pela esfera de educação. Mas mesmo diante desse fato ainda era preciso ter clareza sobre esta situação, era preciso fazer um levantamento das pesquisas já realizadas sobre esta temática, do ponto de vista do campo educativo, para indicar uma direção à pesquisa, e empreender uma

discussão mais fecunda, de modo a tentar compreender os limites e as possibilidades de realizar uma investigação científica sobre formação de oficiais militares neste campo de conhecimento. Em suma, percebi a necessidade e a possibilidade de fazer um mapeamento da produção acadêmica sobre a formação de oficiais da polícia militar, para tentar compreender sob quais condições têm sido produzidas as dissertações e teses sobre esta temática, no que se refere ao período de 2003 a 2014. Motivada, em parte, pelas transformações ocorridas no campo da História da Educação com a emergência da História Cultural, e com a variedade de novas abordagens investigativas e de novas temáticas que assinalam para uma maior “[...] riqueza interpretativa e pluralidade epistemológica” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 5), que têm trazido um maior vigor para a produção de novos conhecimentos históricos, a nos permitir interrogar sobre a exclusividade de determinados territórios investigativos.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal descrever, organizar e sistematizar o estado da arte sobre a formação de oficiais policiais militares no Brasil, analisando a consolidação do tema como parte do campo de pesquisa em educação, bem como sua importância para a busca da profissionalidade³² policial militar, a partir da análise das produções de dissertações e teses nos programas de pós-graduação em educação das regiões centro-oeste e sudeste, entre os anos de 2003 e 2014.

A pergunta de fundo que norteia este trabalho é: Como o campo temático sobre formação de oficiais no Brasil é visto pela área de educação? Procurando assim identificar o que as produções acadêmicas revelam, a partir dos problemas levantados pelos autores, sobre a formação de oficiais PM no Brasil, as tendências nas pesquisas e suas lacunas, buscando evidenciar se existe um número considerável de estudos sobre a temática de forma a consolidar um novo campo investigativo em educação. Quanto aos objetivos específicos pretende-se: a)

³ O conceito de profissionalidade, adotado para esta pesquisa, vem daquele entendido por Contreras (2012), em que a questão não se reduz à reivindicação de *status* profissional, mas sim, centra especialmente numa melhor formação, direcionada para capacidade de enfrentamento de situações adversas, percepção de responsabilidade por atos e decisões, integridade pessoal e compromisso com a sociedade. Nesse sentido, o autor analisa dentre outros aspectos, a dimensão da competência profissional, que não se desvincula do compromisso com a comunidade e nem da obrigação moral de consciência de sua superioridade em relação à força de que dispõe e pode exercer sobre as demais pessoas. Dessa maneira, esses aspectos requerem além de treinamento técnico para uso adequado de armamento e aplicação das leis, também, princípios que direcionem conscientemente as consequências da aplicação das habilidades desenvolvidas. Isto o autor chama de habilidades complexas.

Mapear e analisar as produções defendidas na área de educação com a temática de formação de Oficiais das Polícias Militares; b) Avaliar o interesse e a contribuição da educação para a formação de policiais militares, considerando o lançamento da Matriz Curricular Nacional no ano de 2003, como marco de motivação para pesquisadores da área; c) Descrever e analisar o caminho trilhado pela formação de oficiais PM para consolidação da profissionalidade policial militar, percebendo os campos de conflitos e confluências entre eles; d) Investigar o que os pesquisadores têm considerado importante para o processo de formação de oficiais PM.

No primeiro capítulo, trato dos aspectos constituintes da história da formação policial, partindo da noção de poder emanada pelo Estado, a partir do conceito de dominação formulado por Max Weber; e da formulação pretendida por Michel Foucault que deslinda o poder como inalcançável em sua totalidade pelo Estado, ao tempo em que se apoia em seus tentáculos dissolvidos em meio a diversas instituições sociais, como família, igreja, escola, quartéis, etc., estendendo-o às relações entre as pessoas. Além disso, a palavra *polícia* nem sempre teve o significado que nela entendemos hoje, incluindo, desde o século XVI, as diversas atividades desempenhadas por um governo para controle e manutenção das cidades. As contribuições de Jean-Claude Monet, esclarecem o surgimento de um modelo de polícia especializada que dá início ao processo de profissionalização nos países europeus e que será seguida pelas demais nações ocidentais. Na segunda parte do primeiro capítulo, apresento a história da formação policial no Brasil, tentando abordar, de modo panorâmico, os principais aspectos da formação dos oficiais e sua conturbada relação com a sociedade, de modo geral.

No segundo capítulo, apresento os fatos e acontecimentos que contribuíram para o processo de mudança que se efetivou a partir do lançamento da Matriz Curricular Nacional, como os fatos de violência policial em diversos momentos na década de 1990 e em Estados diferentes, em seguida, a onda de movimentos grevistas de policiais militares liderados pelos praças, que eclodem em 1997 e, que, da mesma forma, se dispersou pelo país. Partindo de reflexões sobre esses acontecimentos, percebo que não se desvinculam da sequência de mudanças que começam a ocorrer na segurança pública e, em específico, na formação dos profissionais a partir do ano 2000. Embora este capítulo possa ser visto no quadro

da estrutura geral da tese como um objetivo em si bastante complexo, e de fato o é, não é meu objetivo tratá-lo como tal, mas apenas trazer à luz os principais fatos históricos que criaram as condições propícias para uma mudança do processo formativo dos oficiais militares, operados no período proposto ao estudo, ou seja, suas causas.

No terceiro capítulo, procuro compreender o lugar da formação na polícia militar no campo da Educação. Para isso, faço uso da metodologia do estado da arte para realizar o levantamento das teses de doutorado e das dissertações de mestrado, produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação das regiões sudeste e centro-oeste, no período de 2003 a 2014. Neste capítulo, são descritos e apresentados os procedimentos de análise dos dados coletados. Os procedimentos metodológicos, utilizados nesta pesquisa, poderiam vir a ser apresentados no primeiro capítulo, como habitualmente é indicado nos manuais de metodologia científica, entretanto, optei por trazê-los para mais próximo da análise das produções selecionadas, no sentido de preservar sua operacionalidade em relação as fontes, ou seja, os quadros referenciais de interpretação da realidade, de acordo com as orientações de Demo (1985, p. 55).

No quarto capítulo, apresento as análises produzidas pelo levantamento realizado, procurando destacar os principais aspectos que os pesquisadores deram ao tratamento da temática, e ainda classificar os tipos de pesquisas desenvolvidas, possibilitando assim a organização e análise na definição/construção de um campo de conhecimento próprio para o estudo do objeto investigado a partir dos objetivos traçados.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DAS POLÍCIAS MILITARES

Estudar polícia, prisões, não era nobre. Parecia coisa da direita. Hoje, centros de estudos em universidades públicas e privadas, coordenados por cientistas sociais, se firmaram como referências importantes para a discussão dos temas da violência, criminalidade e segurança pública.

Julita Lemgruber

Por José Luiz Ratton e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (2011, p. 42).

Neste capítulo, pretendo refletir sobre o entendimento da origem da polícia tanto quanto da missão policial que mudou ao longo dos séculos na história da Europa. E, para isto, utilizo-me de diálogos com Max Weber, Michel Foucault e Jean-Claude Monnet, teóricos que abordam o papel da polícia de acordo com o entendimento corrente nas sociedades modernas. Na segunda parte deste capítulo, apresento a evolução desse termo no Brasil, considerando a formação dos oficiais que, desde as suas origens, permanecem como uma questão que dispensa a atenção dos governantes, pelo fato de reproduzirem, nas forças policiais, a cultura desejada para a formação desses profissionais. Para isso, dialogo também com Holloway, Muniz e Carvalho (2011). Em seguida, apresento os movimentos produzidos pelos policiais militares, numa sequência de atos grevistas e suas consequências para as mudanças na segurança pública brasileira, em especial para a educação policial militar.

Foi possível verificar que a construção da ideia de polícia se dá de forma sempre ligada aos interesses dos governantes que tinham como propósito último a manutenção do poder, bem como a continuidade do domínio possibilitado pelo controle e apoio das forças policiais. Mesmo a profissionalização das polícias se dá neste sentido. É o que os autores trazidos à discussão mostram a seguir.

1.1 Do Monopólio Legítimo à Difusão do Poder

É assim que, de acordo com Weber, o Estado moderno é definido sociologicamente por seu meio específico. Para ele, o Estado é um instituto administrativo e político que detém o “[...] monopólio da coação física legítima” dentro de um espaço territorial determinado para a manutenção da ordem vigente,

a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade” (WEBER, 1982, 98; 1999, p. 526). Todas as demais associações ou pessoas que exercem a coação física só o fazem legitimamente através da permissão e delegação estatal. Para que se possa exercer a dominação o Estado deve prover a seu quadro administrativo os meios materiais para esse fim. Segundo Barroso (1996),

A dominação, destarte, pode ser direta ou mediada, existindo ou não um quadro administrativo entre o dominante e os dominados numa dada associação. Contudo a presença do quadro administrativo que garanta a ordem por meio da ameaça ou emprego da força é essencial para a caracterização de uma associação como política, que no entanto será reconhecida por Estado somente quando vier a deter de forma continuada o monopólio da coação física.⁴ (1996, p.178).

Na teoria weberiana, a compreensão do Estado está atrelada a sua postura metodológica que percebe o indivíduo como a principal fonte de compreensão da ação de social, pois, para ele, são os indivíduos que agem segundo atividades orientadas significativa e compreensivelmente. O Estado é, portanto, para Weber uma “[...] relação de dominação de homens sobre homens” (WEBER, 1999, p. 526), para que um tipo de dominação se caracterize como legítimo deve haver uma submissão voluntária a um sistema de poder emanado de alguma instituição (igreja, estado, família etc.), em cuja validade o sujeito acredita circunscrito a um processo histórico de dominação.

Dominação é, pois, para Weber:

[...] um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ influi sobre os atos dos outros (do dominado ou dos dominados), de tal sorte que em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado, por si mesmos e como máxima de sua obra, o conteúdo do mandato (obediência). (WEBER, 1992, p. 699, grifos do autor)

O conceito de dominação é uma construção ideal típica tratada por Weber como uma “[...] função puramente explicativa e esclarecedora externa” (Cf. KUPER, 1993, p. 21). Este conceito, tomado como um tipo ideal⁵, só tem sentido

⁴ Mantenho aqui a nota de rodapé indicada pelo autor, por entender que é bastante importante para a compreensão do conceito de Estado pretendida por Weber e para não reduzir o estado a uma mera sede da violência legítima. “É evidente que a coação física não é o único meio administrativo de uma associação política garantir sua ordem, mas é essencial que esteja a disposição como ultima ratio.” (BARROSO, 1996, P. 178).

⁵ Tipo ideal é uma construção hipotética formulada pelo pesquisador que, a partir doandamento e sua pesquisa, deve aproximar ou afastá-la da realidade empírica para que a singularidade dessa possa ser observada.

quando circunscrito a uma análise comparativa a qual emerge como uma construção puramente analítica. Contudo, esse não é o propósito aqui assumido, pois, não se pretende fazer uma análise profundadas particularidades do método weberiano, mas apenas apresentar de modo esquemático alguns conceitos fundamentais para a compreensão da ação do Estado no uso da força física. Entretanto, vale aqui descrever os três tipos puros de dominação legítima, classificados por Weber (1991) segundo am otivação que comanda a obediência, pois no desenvolvimento da pesquisa a motivação de caráter racional será importante para se entender o processo de dominação encontrada no interior das forças policiais e por elas emanadas.

Segundo Weber (1991, p. 141, grifos do autor), os tipos puros de dominação legítima são:

1. de caráter **racional**: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal),
2. de caráter **tradicional**: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional),
3. de caráter **carismático**: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática).

1.2 Controle e Relações de Poder na Sociedade

Sem negar a importância do Estado nem a concentração de forças que ele possui, Foucault (1980) estabelece um deslocamento na ideia de uma centralização do poder que emana exclusivamente do Estado ao identificar a existência de relações de poder que se estabelecem para além dele e se estendem por toda a sociedade. É o que ele chama de “micropoderes” que searticulam e se manifestam nas tramas da sociedade. Assim diz Foucault:

Eu não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder, e, conseqüentemente, sua análise se estendem além dos limites do Estado. Em dois sentidos: em primeiro lugar, por que o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e

principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia, etc. (FOUCAULT, 1980, p.122).

Foucault percebe, no interior da estrutura da sociedade, as relações de poder que se estabelecem de maneira difusa, mas permanente. Percebe o poder não como propriedade de uma dada instituição ou classe, ou como um bem que pode ser apropriado ou mesmo conservado, antes entende como uma estratégia resultante de disposições, de manobras, de táticas, de técnicas, de funcionamentos. Para ele,

[...] esse poder se exerce mais que se possui, que não é 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que 'não têm'; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. (FOUCAULT, 1994. p. 29, grifos do autor).

Foucault (2009) esclarece que, ao longo de toda a história, sempre existiram os jogos da verdade criados e subjetivados, servindo para sustentar o poder. Para ele, esta verdade estaria além dos saberes, além do conhecimento científico, econômico, estatístico, apesar de contê-los. Tal verdade deveria dar um passo a mais na direção da sustentação do poder, seja ele qual fosse. Todo governo o tem, pois, ainda hoje existe esse processo de produção da verdade.

De acordo com seu pensamento, a diferença entre o que se vive contemporaneamente e a produção da verdade nos séculos passados, encontra-se mesmo na substituição do cenário, do campo, do meio cultural, como diria Bourdieu ou Norbert Elias (sobre a sociedade de corte). Atualmente se vê as legislações, os tribunais, a burocracia produzindo um cenário, sustentando a legitimidade do poder do governante. Essas verdades, criadas com o fim de legitimar o exercício do poder, nascem de um processo de dar formação a essas retóricas, a esses cenários que se tornaram uma arte de governar, uma racionalidade de governar e de onde procedem as teorias sobre Estado, a razão de Estado, exigindo uma nova dinâmica de forças, capaz de manter o equilíbrio entre os Estados. Portanto, foi a necessidade de conservação do equilíbrio entre

as forças dos estados europeus, o verdadeiro problema posto a essa nova racionalidade governamental que, para sua sustentação, exigiu a criação do dispositivo diplomático-militar e do dispositivo de polícia. Para ele,

O verdadeiro problema dessa nova racionalidade governamental não é, portanto, tanto ou somente a conservação do Estado numa ordem geral, mas a conservação de uma certa relação de forças, a conservação, a manutenção ou o desenvolvimento de uma dinâmica das forças. (FOUCAULT, 2008a, p. 397).

Foucault observa que é no limiar da modernidade que essa arte de governar,

Vai consistir, não em restituir uma essência ou em permanecer fiel a ela, vai constituir em manipular, em manter, em distribuir, em restabelecer relações de força, e relações de força num espaço de concorrência que implica crescimentos competitivos. (FOUCAULT, 2008a, p. 419-420).

É nesse espaço de concorrência introduzida no campo de equilíbrio da balança da Europa no século XVII até o fim do século XVIII, que o sentido da palavra “polícia” nasce com uma conotação totalmente diferente do que hoje entendemos (FOUCAULT, 2008b, p. 420) nas sociedades ocidentais contemporâneas.

No século XVI, na medida em que crescia a necessidade de informação e controle sobre a população e sobre as potencialidades do Estado, de modo a fazer crescer o Estado em termos da produção de riquezas, crescia também a necessidade de tornar felizes aqueles que a produziam. Este controle da sociedade e da produção das riquezas, do conhecimento das potencialidades do Estado, era chamada de polícia. As palavras “polícia” e República” eram frequentemente associadas nos escritos do século XVI. Este uso da palavra polícia, ligado à instrução das crianças; à caridade dos pobres e à saúde pública; ao favorecimento do comércio; e aos registros dos bens imobiliários irá vigorar praticamente até início do século XVII (FOUCAULT, 2008a, p.421).

Sobre a doutrina de polícia à época, esta foi definida pela natureza dos objetos e objetivos que a racionalidade do Estado perseguia e a forma como empregava seus instrumentos nessa busca. As teorizações se dirigiam ao fortalecimento do rei, daquele que governava a exemplo de Deus governando o mundo. Todavia, com as pesquisas se voltando ao fortalecimento do próprio Estado, independente da figura do governante, começaram a se formar as teorias

da razão de Estado. E essas teorias se interessavam pelas potencialidades do Estado e nas maneiras de as elevar. As capacidades do Estado e as formas de aumentá-las deveriam ser conhecidas, ou seja, suas forças deveriam ser conhecidas, assim como as forças dos outros Estados. A racionalidade do Estado ficava esclarecida pelo interesse, pelo saber das potencialidades e já caminhava para o lado oposto da ideia da arte de governar baseada no modelo divino ou natural.

Se antes a palavra polícia estava ligada à ideia de uma força de comunidade ou de associação regida por uma autoridade pública, é a partir do século XVII que a palavra “polícia” vai começar a adquirir um outro significado, no dizer de Foucault, “profundamente diferente”.

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de ‘polícia’ o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças. (FOUCAULT, 2008a, p. 421, grifos do autor).

Tem-se, portanto, a partir do século XVII, uma definição de polícia que passa cada vez mais a se aproximar da definição de cidade e de urbanidade ou urbanização. Pois quanto mais cresce o comércio, quanto mais cresce a população, mais há necessidade de controle do Estado sobre essas pessoas e sobre essa circulação de riquezas. Era necessária a disciplina das pessoas, do crescimento das cidades, da urbanização e isso era fazer polícia, ou seja, era fazer um bom governo, garantindo o bom crescimento das cidades. Nos estudos apresentados por Foucault é possível perceber que o controle e a disciplina das pessoas, das suas condutas e do comércio eram o objetivo da polícia, ainda que para Foucault o monopólio das forças não é uma exclusividade do Estado. Desde o nascimento do termo se vê sua relação direta com os interesses do Estado e com a disciplina, ou seja, a coexistência entre os homens era o objetivo da polícia. A palavra polícia já nasce intrinsecamente ligada à busca de atingir os objetivos do Estado, mantendo para tal fim, o controle das pessoas e seus afazeres, suas condutas e também, mantendo o equilíbrio entre os interesses do Estado, do governante e o bem estar da população. A polícia fazia parte da forma de manutenção da ordem do governante. E isso se evidencia nesse momento, pois a

polícia ainda não dizia respeito às leis, mas apenas às vontades diretamente emanadas do governante. Eram ordens diretas que não passam pelo crivo da justiça, não possuíam vínculo com as leis. Ou seja: a polícia era o instrumento de crescimento da força estatal e sua função era basicamente utilitária em prol do crescimento do Estado ao se ocupar da nova razão do Estado. Assim se expressa Foucault,

Daí o fato de que a polícia nos séculos XVII e XVIII foi, a meu ver, essencialmente pensada em termos do que poderíamos chamar de urbanização do território. Tratava-se, no fundo, de fazer do reino, de fazer do território inteiro uma espécie de grande cidade, de fazer que o território fosse organizado como uma cidade, com base no modelo de uma cidade e tão perfeitamente quanto uma cidade. (FOUCAULT, 2008a, p.452).

Essa subordinação das atividades chamadas de polícia ao governante de forma direta e sem regulamentação somente se torna visível na segunda metade do século XVIII. O que era um grande projeto de polícia na Europa que incluía diversas funções como o controle e organização das cidades por meio da disciplinarização, esse projeto começa a ser questionado e criticado duramente pelos economistas. Uma classe de intelectuais que surge divulgando estudos de que os fenômenos das populações e do comércio eram naturais e dessa forma se resolviam naturalmente, não necessitando de controle estatal para sua contenção. A partir dessas ideias, a liberdade torna-se o direito primeiro a ser buscado e defendido, de maneira que a polícia tal como existiu até então começa a perder seu espaço de atuação e termina por manter-se apenas com as questões de manutenção da ordem baseada nas leis vigentes e seus regulamentos.

1.3 Modelo de Polícia Especializada

Sobre esse período, o contemporâneo analista europeu em segurança pública Jean-Claude Monet (2006) em seu livro “Polícias e sociedades na Europa”, esclarece quanto ao surgimento do modelo de polícia especializada que inicia, então, o processo de profissionalização na maioria dos países da Europa. Além disso, as polícias são em geral militarizadas, a exemplo da francesa, alemã e austríaca as quais, em seguida, as duas primeiras darão o modelo original de

formação das polícias brasileiras. De acordo com Monet: “[...] desde o século XVIII, um processo de racionalização se inicia no seio de todas as administrações européias nas quais as diferentes categorias de funções começam a se distinguir umas das outras. Essa especialização atinge a polícia” (MONET, 2006, p. 65).

O poder sem limites de que os governantes dispunham, contando com a polícia, que justamente eram suas ordens emanadas sem necessidade de crivo da justiça, o tornavam uma ameaça à nova ideia de defesa das liberdades. As críticas e a pressão para mudanças com parâmetros científicos e balizamentos sobre os atos governamentais, desembocaram na instituição da polícia como aquela que cuidaria de reprimir os crimes e desordens, deixando a administração do Estado e sua segurança ao encargo de outros setores.

Porém, o que Foucault (2008) ressalta, antes mesmo de começar a discorrer sua análise genealógica sobre polícia e Estado é que as fases sobre as quais passa a ordem dos Estados vão se sobrepondo umas às outras enquanto tomam forma ao longo da história das cidades. Ou seja, uma não exclui a outra. No momento em que o Estado entra na fase da preocupação com as liberdades, a disciplina continua permeando diversos setores e ações estatais. O que se vê é a disciplina dominando com destaque nas forças armadas, em algumas polícias (pois, nem todas mantêm estrutura militarizada), nas fábricas, nas escolas, presídios, conventos (instituições totais) e setoresburocráticos.

Tanto Foucault, em *Vigiar e punir*, quanto Weber (1982) concordam que a disciplina tratava de tirar de cada ser humano, seja nas tropas militares ou nas fábricas, o seu resultado ótimo na economia das forças, imprimindo-lhe ritmo novo, cadenciado, com trabalho de músculos que são empregados separadamente, de forma que as pessoas são vistas como peças das engrenagens ou como armas de guerra que devem ser bem utilizadas e, para tal fim, se processa todo um estudo de seus mínimos movimentos.

No entanto, para Weber (1982, p. 296) não foi a pólvora, nem algum tipo de armamento que modificou as movimentações de tropas e, sim, a própria disciplina que demandou armas que se adaptassem ao seu emprego, melhorando, dessa forma, o desempenho tanto do uso das armas quanto dos exércitos. E depois, nos séculos dezoito e dezenove, popularizou-se a disciplina nas instituições que buscavam resultado e docilidade.

Para Weber (1982, p. 296), as modernas organizações estatais e

burocráticas na Europa têm sua origem na disciplina, já que os exércitos profissionais demandavam custos ao Estado, obrigando-o a organizar-se de forma a suprir as tropas permanentemente. Era toda a necessidade de mobilizar recursos efetivos para manter o contingente alimentado, nutrido, vestido e abrigado. O que Weber (1982, p. 300) destaca é que a disciplina teria sido responsável pela separação do guerreiro dos meios de guerra que passaram para as mãos de um senhor e este os potencializou por meio da disciplina. A base de sustentação desses exércitos disciplinados e profissionais levava invariavelmente à burocratização do Estado.

Essa mesma burocracia é lembrada por Foucault (1991), como parte do processo de disciplinar a sociedade, incluindo-se em sua engrenagem também a polícia que se torna, desde o princípio, os olhos do governante em todos os lugares controlando os passos de cada pessoa da cidade. E apenas passou do controle geral, por meio da administração, para a vigilância nas ruas.

Sobre essa questão, Jean-Claude Monet concorda até certo ponto:

[...] o termo 'polícia' remete a um tipo particular de organização burocrática, que se inspira ao mesmo tempo na pirâmide das organizações militares e no recorte funcional das administrações públicas. Hierarquia e disciplina parecem as palavras-chave desse universo cujas engrenagens se espera ver funcionar de modo azeitado e cujos agentes devem 'marchar como um só homem' sob a ordem de seus chefes. Todavia, [...] nada é mais difícil de controlar por sua própria hierarquia do que uma polícia.[...]. Na realidade, a polícia está longe de ser esse instrumento inerte nas mãos dos governantes [...]. (MONET, 2002, p.16, grifos do autor)

Para o pesquisador, as polícias, apesar de se destacarem das demais instituições devido a uma posição política na sociedade, como pilares da estabilidade dos governos a se ligarem indiscutivelmente a soberania estatal, pois que, garantem em toda instância que prevaleça a razão dos governantes sobre as populações, por outro lado, também coloca para reflexão que as sociedades modernas e democráticas não parecem capazes de dispensar esses profissionais em que depositam poderes e meios de coerção que lhes garantam certa liberdade e mediação nos conflitos.

Além disso, o autor destaca uma dualidade ou um paradoxo em que as polícias sempre se movimentaram, qual seja, a obediência e a submissão, de forma que sejam como um simples instrumento sob as ordens e interesses de um

governo e, ao mesmo tempo, se apresentam como um grupo de difícil controle que tem sua cultura própria e seus interesses específicos e, muitas vezes, diferentes dos interesses à quem se subordina.

De acordo com Monet (2006, p. 32), nos séculos XIV e XV, as polícias européias, em sua maioria, eram polícias políticas. Esse modelo passa a perder seus laços militares com o tempo, porém, influência por toda a Europa até o século XIX.

Com o Renascimento e os filósofos das Luzes, a ideia de um Estado onipotente passou a incomodar as pessoas e, assim, surgia a necessidade de um Estado que garantisse a segurança para o exercício da liberdade dos cidadãos. Com esse novo entendimento, nascia a noção de igualdade de todos os homens diante da lei, o princípio dos direitos humanos e de uma polícia humanizada. Dessa forma, a noção de polícia passava a representar uma função de governo ligada à manutenção da paz, da segurança e da ordem. Delineava-se a polícia profissional, responsável pela segurança pública como é conhecida hoje.

Enquanto no século XVIII diversos países europeus adotaram o modelo de polícia militar francesa e centralizada sob o poder do Estado, bem como o modelo inglês também influenciou no processo de mudança de grande parte das polícias européias no século seguinte. A lógica que guiava a atuação policial até então repressora passa a ser a lógica da polícia preventiva, interferindo nos processos de denúncias que tornaram-se de iniciativa, em quase a totalidade dos casos, do Estado.

Com o passar dos tempos, cada país desenvolve seu próprio sistema policial, com características peculiares, apesar de conter mais semelhanças gerais:

Uma estreita proximidade liga os primeiros embriões de polícia e o desenvolvimento urbano. Esse caráter essencialmente municipal da função policial subsiste sem dificuldade maior durante séculos, [...]. Mas o declínio das autonomias locais em matéria policial e, por conseguinte, o controle cada vez mais estrito dos poderes políticos centrais sobre a polícia caracterizam os séculos XIX e XX. [...] sob o efeito de múltiplas pressões políticas, todos os governos se empenham, desde a virada do século, num movimento que os conduz, no mínimo, a reforçar seu controle sobre as polícias locais e, no máximo, a integrá-las num corpo único de polícia de Estado. (MONET, 2006, p.56).

Isto ocorre, segundo Monet (2006, p. 55), devido à crescente centralização

política dos Estados-nação. Nessa linha de acontecimentos, segue-se que o desenvolvimento das polícias acompanha o crescimento urbano e o fato dos novos modelos apresentarem caráter preventivo autorizou a maior interferência nas rotinas das pessoas, justificada pela necessidade de controle preventivo.

Monet (2006, p. 17, grifo do autor) ainda lembra que:

O inglês Steve Uglow observava isso em 1988: 'os cidadãos aceitam hoje, sem dificuldade, intrusões policiais em sua vida privada que teriam parecido intoleráveis a seus ancestrais. [...] Porque, em toda parte, a polícia soube fazer-se reconhecer como instituição não apenas legítima, mas indispensável, e isso dando a aparência de uma certa eficácia no controle da criminalidade [...].'

Do que é possível concluir que a persistência das instituições policiais, ao longo dos séculos, tem menos a ver com a redução da criminalidade do que ligação direta e importante com a democracia, pois reforçam-na, por meio da intermediação de conflitos, na medida em que asseguram a liberdade de ir e vir das pessoas, a liberdade de desfrutarem dos espaços públicos e pela necessidade da ordem nas suas relações cotidianas. Ou seja, a convicção no funcionamento da democracia e sua garantia pelos governos somente se asseguram pela presença e atuação policial independente de seu modelo, civil ou militar ou de qualquer outro tipo.

Assim, percebe-se que Monet (2006) atribui a mesma importância que Weber (1982) também dá à existência das polícias na manutenção de um Estado soberano e com um sistema político democrático sólido. Dessa dependência característica decorre que, militar ou não, as polícias se apresentam como parte da engrenagem burocrática estatal no controle das atividades e relações dos cidadãos, de forma que sua missão deva ser preventiva antes que repressiva.

Diferindo dos demais autores, Foucault (1981) coloca no centro das manifestações do poder a disciplina e, as polícias como coadjuvantes dos mecanismos por ela engendrados. Para Foucault, as polícias se situam como os olhos do poder do governante difusos nas relações de toda natureza. No que ainda uma vez, Monet (2006) vem acrescentar, sem discordar de todo de Foucault, sobre as evidências do processo histórico europeu no que concerne às instituições policiais, dando destaque à sua persistência mesmo diante de diversas transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo dos tempos. O que Monet atribui à capacidade dessas instituições de se legitimar perante à

sociedade.

1.4 História da Polícia Militar no Brasil

Holloway (1997) analisa historicamente o desenvolvimento das polícias no Brasil, e chama a atenção para a relação entre a criação das polícias, tanto na Europa quanto no Brasil, com a difusão da ideologia liberal na transição do século XVIII para o século XIX, quando também ocorreu a mudança da lógica da vontade do soberano para a observância dos direitos do homem e do cidadão, da mudança da tortura pública para as prisões como forma de punição e a criação das instituições públicas destinadas ao controle dos espaços públicos.

A primeira ideia de Polícia Militar no Brasil parece datar de 1809 quando, fora criada uma Guarda Real de Polícia de Corte, de caráter militar: “[...] como organizações paramilitares subordinadas simultaneamente aos Ministérios da Guerra e da Justiça portugueses, e gradativamente sua estrutura burocrática foi tornando-se idêntica à do Exército brasileiro.” (MUNIZ, 2001, p. 4).

Segundo Holloway (1997), a criação das polícias no Brasil não contou com a legitimidade, nem com o consenso da sociedade e da cultura política brasileiras. E Muniz (2001, p. 6) acrescenta:

[...] desde o Segundo Império, as PMs começaram a ser exaustivamente empregadas como força auxiliar do exército regular tanto nos esforços de guerra (como no caso da Guerra do Paraguai), quanto nos conflitos internos como as rebeliões, os motins, as revoltas populares, além, evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle das fronteiras da nação.

No período do Império as atividades de polícia diziam respeito ao abastecimento da cidade, principalmente da capital, manutenção da ordem, investigação de crimes, busca de criminosos e captura de escravos fugitivos. As atividades consideradas propriamente policiais foram sendo deixadas de lado paulatinamente e construindo uma cultura militar institucional forte:

Após a sua subordinação direta ao Ministério da Justiça, em 1830, as Polícias Militares ainda não formavam seus próprios oficiais que continuavam sendo cedidos pelo Exército. Certamente esta prática ajudava a reforçar a afinidade de interesses entre as PMs e a força

combatente regular, reduzindo os possíveis entraves para a sua utilização como um recurso adicional do exército. Cabe ainda comentar, que mesmo no Brasil contemporâneo, a tradição de se importar quadros do exército, permaneceu, ainda que redefinida, até os meados de 1980, ou melhor, até o início do processo de redemocratização. (MUNIZ, 2001, p. 6).

Importante ressaltar que desde a origem das polícias militares existiu relação intrínseca na formação dos oficiais com as Forças Armadas em detrimento da formação dos praças. Aqueles, geralmente oriundos do próprio Exército, quando não, com formação baseada nos princípios e regulamentos do Exército como se verás adiante.

No texto constitucional de 1934, pela primeira vez, aparece o denominativo de Polícia Militar, um corpo de tropa que espelhava um presidencialismo múltiplo, pequenos feudos no país, desde 1891: “Albuquerque Lins, presidente de São Paulo, orgulhava-se de seu ‘pequeno exército’, que dispunha de artilharia e chegou a possuir uma esquadrilha de aviação militar.” (CARVALHO, 1997, p. 37, grifo do autor)

Em 1932, as polícias militares de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul se assemelhavam a pequenos exércitos de oligarcas que as utilizavam de acordo com seus interesses políticos, contando em torno de 13 mil policiais cada. Somente a Constituição de 1946 é que trouxe as competências das Polícias Militares, quais foram: segurança interna e manutenção da ordem e que deixavam seu controle para a União: “Na primeira república, o federalismo oligárquico transformou as PMs em exércitos estaduais, instrumentos políticos dos governadores” (CARVALHO, 1997, p. 38).

Note-se que as características militares se acentuam e são reforçadas a cada período da história do país, mantendo-se sempre nas denominações e atribuições legais a relação intrínseca das polícias com os militares profissionais das Forças Armadas. Esta condição cultural e legal torna-se independente das atividades pelas quais se movimentam as polícias, ora de natureza militar, ora de natureza policial.

Em 1936, com a Lei n. 192, de 17 de janeiro, o Exército passava a prescrever os regulamentos das polícias militares. De acordo com seu artigo 22, que dizia: “Serão adaptados nas polícias militares, no que lhes forem aplicáveis, os regulamentos de instrução militar, vigente no Exército, bem como o R.I.S.G.

(Regulamento Interno dos Serviços Gerais dos Corpos e da Tropa).” (BRASIL, 1936). Fato este que marcaria as normas de conduta dos policiais baseadas na disciplina do Exército.

Durante a Era Vargas, consolidada a partir de 1937, o papel da polícia teria um caráter repressor com relação aos dissidentes do regime. Teria a tarefa de vigiar e controlar sua movimentação juntamente com as classes consideradas perigosas (CARVALHO, 2003). Também nesse período, o Exército passou a administrar o fornecimento de equipamentos e armas e também a formação da oficialidade das polícias. Na Constituição Federal de 1946, em seu artigo 183 dizia o seguinte: “As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército” (BRASIL, 1946).

Relevante mencionar a análise de Carvalho (2011) sobre a preocupação dos constituintes em colocar as polícias militares sob o controle das Forças Armadas já na Constituição de 1937; e, depois, em 1946, especificando sua missão. Isto porque acreditavam que essas tropas, preparadas que estavam em batalhas, poderiam fortalecer uma descentralização do Estado, como pequenos exércitos. Dessa forma, mantiveram o controle de seu armamento e instrução e depois, também de suas atividades que ficaram restritas.

Concordando com a análise de Muniz (2001), Carvalho (2011, p. 114) também observa sobre a Polícia Militar de São Paulo e sua história, que desde o início do século XX, a Força Pública tinha como principal missão a manutenção da ordem e a segurança pública, porém, não estritamente policial, pois seu emprego e treinamento militar já ocorriam (Tenentismo, Revolução de 24, Revolução de 30).

Contudo, percebe-se, em Muniz (2001), que a ênfase é dada numa contiguidade que se estabelece e se reforça em determinados períodos entre questões de segurança pública e segurança nacional, o que notadamente explica a dupla atribuição existente nas atividades de polícia militar como de *polícia* e de *militar*.

Após a revolução de 1932, sua existência começava a ser questionada, vez que eram tropas aquarteladas, treinadas para a guerra. Mas o Exército se profissionalizou e em sua missão não precisava e não queria mais dispor da Força Pública ou dividir suas competências. Além disso, nessa época, foram criadas outras instituições que disputavam a missão policial, o que era uma ameaça para

a Força. No interregno de seu emprego nas guerras, a Força Pública que se deslocava de Estado para Estado, deixando o policiamento de lado, priorizava seu emprego militar, como esclarece Muniz (2002, p. 7, grifo da autora):

Desde 1866 até a proclamação da república, sobretudo na antiga capital da república, as atividades regulares de policiamento passaram a ser exercidas principalmente por outras instituições, semi- profissionais, menores e de curta existência como, por exemplo, as guardas municipais e as guardas urbanas. Além das Guardas, a Intendência de Polícia (origem das Polícias Cíveis) e os 'inspetores de quartelão' (voluntários cíveis não-remunerados e nomeados pelos Juizes de Paz) também complementavam as atividades de patrulha urbana.

Essa indecisão, quanto à missão das polícias militares brasileiras, continuou nas décadas de 1940 e 1950. A oficialidade sabia que deveriam assumir o policiamento, porém, permanecia ainda dúvidas e receios, pois o policiamento era visto como atividade secundária em relação ao emprego na guerra, mas a democracia empurrava as instituições para outro mister. Nas escolas de formação de oficiais e praças, previam-se ainda instruções militares como ordem unida, utilização de armamento pesado e armas de guerra e exercícios de combate, como infantaria, artilharia e cavalaria, grandes marchas e formaturas militares (CARVALHO, 2011, p.124-130)

Na década de 1950, diversos questionamentos da sociedade, agora democrática após o fim do Estado Novo, em relação à missão da Polícia Militar, assim também a preocupação da oficialidade em dar um rumo à Instituição devido à nova situação pela qual passava a sociedade brasileira, levaram a reformas curriculares nas academias de Polícia Militar, viagens ao exterior para captar experiências e conhecimentos sobre as atividades de polícia e o interesse por cursos de inglês pela oficialidade. Além disso, como descreve Carvalho (2011, p. 145), houve a introdução de matérias da área do direito na formação dos policiais militares.

Durante esta década ainda os cursos voltados aos oficiais para progressão na carreira se passavam no Exército e, por algum tempo, os cursos de formação de oficiais tiveram intercâmbio de algumas matérias com a polícia civil. Isto demonstra a fragilidade dos policiais militares quanto à sua identidade que buscavam ainda consolidar enquanto outras profissões já haviam se estruturado. Nesse período a Polícia Militar já se preocupava em realizar seleção para

ingresso, evitando as críticas da sociedade por atos falhos de seus integrantes e tentando diminuir as exclusões por indisciplina e crimes. Eram realizadas avaliações psicológicas e havia preocupação com o comportamento e a disposição para disciplina dos candidatos. Oficiais que faziam viagens de estudos para o exterior voltavam com propostas sobre reformas curriculares de acordo com modelos canadenses e norte-americanos, e no final de 1950 já se mencionava a preocupação com o “[...] senso dos deveres para como público [...]” e “[...] capacidade de pensar e agir por iniciativa própria [...]” (CARVALHO, 2011, p. 172).

O período de 1960 a 1970 foi um marco para a profissionalização das polícias militares, com o relevante papel do Exército Brasileiro nesse sentido. Vez que foram as Forças Armadas que nortearam a consolidação das Instituições PM no país e, desta forma, baseadas na Doutrina de Segurança Nacional.

Em 1967, a Constituição Federal mantém as Polícias Militares como reservas do Exército e suas forças auxiliares. Além disso, nessa época, mudanças importantes ocorreram na estrutura do Estado e que chegaram até às Instituições, como a criação da Secretaria de Segurança Pública e da Inspeção-Geral das Polícias Militares do Brasil (IGPM). Em 1969, o Decreto-lei de 02 de julho de n. 667/69 (BRASIL, 1969), que reestruturou as Polícias Militares dos Estados, dizia o seguinte:

Art 2º A Inspeção-Geral das Polícias Militares, que passa a integrar, organicamente, o Estado-Maior do Exército incumbe-se dos estudos, da coleta e registro de dados bem como do assessoramento referente ao controle e coordenação, no nível federal, dos dispositivos do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. O cargo de Inspetor-Geral das Polícias Militares será exercido por um General-de-Brigada da ativa.

Essa interferência direta do Exército nas Polícias Militares, em especial na formação dos profissionais, reforça a dicotomia entre atribuições de polícia e as de militares, ainda hoje existente, mesmo em menor grau, nas atuações dos policiais. Somente começou a se dissolver com a Constituição de 1988 que, a despeito de manter as polícias militares como forças auxiliares e reserva do Exército, separou claramente as missões de segurança pública da segurança nacional, inclusive dedicando um capítulo para o tema.

Nesse percurso histórico, ocorreu, em 1974, uma orientação da Conferência

Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura Científica que, em sua 18ª Sessão, recomendava que o ensino dos Estados membros fosse voltado à formação técnica e profissional, o que levou ao início de reformas no país com vistas a estruturar o sistema educacional agora voltado para atender ao mercado de trabalho e que veio alcançar as polícias militares brasileiras e seus sistemas de ensino.

Assim também, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lança a Recomendação nº 150, em 1975, que acaba por considerar formação e orientação como processos direcionados para “[...] identificar e desenvolver as capacidades humanas para uma vida de trabalho produtiva e satisfatória e, juntamente com diferentes formas de educação [...]” (OIT, 1975). Além disso, o texto diz respeito à orientação profissional, educação inicial e complementar. Ou seja, desde os primeiros anos devida o ser humano deve ser orientado a pensar no futuro profissional e durante sua vida, manter-se ativo profissionalmente, atualizando-se por meio de cursos voltados à demanda do mercado de trabalho.

Partindo destas primeiras recomendações, segue-se a de 2004, também da OIT, que reconhecia a educação como formação e aprendizagem ao longo da vida e orientava que seus países membros se empenhassem em reformar os seus sistemas de ensino em todos os níveis, de modo a contribuir e atender aos interesses das empresas, economia e sociedade. Tendência esta que fora disseminada em diversas áreas, inclusive influenciando também os sistemas de ensino das Polícias Militares.

Porém, antes que essas mudanças educacionais começassem a ser implementadas nas PMs, a dicotomia existente no corpo de profissionais em relação às suas atuações – num palco que sentia a pressão social por uma polícia diferente, atenta aos direitos humanos dos cidadãos, aos deslizes e excessos cometidos pelos agentes da segurança pública numa sequência de atos questionáveis –, veio à tona dando subsídios às mudanças que viriam se desenrolar no novo milênio.

A partir de junho de 1997, o país viu, pela primeira vez, desde a década de 1920, uma demonstração de mobilização das polícias militares. Desta vez na reivindicação de direitos para os profissionais. Os movimentos eclodiram de Minas Gerais em todas as direções do Brasil. Diversos Estados aderiram em solidariedade as praças de Minas Gerais: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em alguns Estados os policiais militares saíram às ruas, marchando em protestos e reivindicações, em outros, houve enfrentamento com o Exército, transformando as ruas em zona de guerra armada, e em outros ainda, as mulheres dos policiais é que foram às ruas em protestos enquanto os companheiros permaneciam nos quartéis, deixando a cidade sem policiamento. Neste episódio histórico, os policiais militares acostumados que estavam a reprimir grevistas, desta vez, se viram do outro lado, fardados e armados, porém, reivindicando melhorias em suas condições trabalhistas. Almeida (2010, p. 24) analisa que teve início naquele momento um diálogo entre a cultura militar e a democracia da sociedade contemporânea: “O novo repertório da ação coletiva policial militar apontou para a modernidade, indicando possibilidades para a convivência social de soldados-cidadãos (sujeitos de direito), por meio da valorização de uma cultura política democrática da qual a greve faz parte.”

A despeito dessa análise de Almeida (2010), é importante lembrar que os movimentos grevistas foram protagonizados pelos praças, enquanto os oficiais ficaram de fora, acentuando uma divisão das classes nas instituições. No que é oportuno trazer novamente as análises de Holloway (1997) e Muniz (2001) já vistas em linhas atrás, quando lembram que as polícias tiveram sua origem na contramão dos interesses dos cidadãos e, mais, em defesa de vontades políticas. Muniz ainda analisa que o militarismo e sua cultura foram fortemente impressas no processo histórico de consolidação dessas instituições, tanto no sentido das leis, quanto no emprego em que se viam constantemente imersas, como guerras e controle de dissidentes políticos no seio da sociedade.

Somente com a Carta Magna de 1988 foi que as Polícias Militares viram dissociar-se sua missão daquela das Forças Armadas. Apesar de se manterem como Forças Auxiliares e reserva do Exército. Nesse ínterim, os oficiais das PMs recebem formação com forte influência militarista, que deveriam ser reproduzidas aos demais profissionais praças. Naquele momento, o cenário nacional demandava o respeito aos direitos humanos, e os organismos internacionais expediam orientações quanto às reformas nos sistemas de ensino dos países para que privilegiassem a formação profissional, o que veio a atingir a Segurança Pública.

1.5 Para se tornar um oficial da Polícia Militar no Brasil

O acesso ao cargo de policial militar ocorre mediante concurso público estadual. As próprias Unidades Federativas estabelecem os critérios dos editais, a estrutura das instituições e as carreiras dos profissionais. As Polícias Militares têm seus próprios Estatutos, e a autoridade do policial depende de seu grau hierárquico. Além disso, são regidos por regulamentos disciplinares que mantêm a disciplina e o comportamento sob controle:

[...] é preciso ser aprovado, primeiramente, em uma bateria de testes incluindo provas objetivas ou escritas, exames médicos e odontológicos, testes de aptidão física, avaliação psicológica e investigação social e funcional. Após todas essas fases do concurso, os aprovados passam pelos cursos de formação [...]. (MAINARDI, 2009, p. 49).

Os Cursos de Formação de Oficiais se dão em geral nas Academias de Polícia Militar. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 83, “[...] o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino” (BRASIL, 1996). Ou seja, seguem diretrizes político-pedagógicas aprovadas pelo Comando da Instituição e são considerados cursos de nível superior.

Alguns casos existem que diferem do modelo geral, como, por exemplo, o estado de Pernambuco onde, desde 2007, a antiga Academia de Polícia Militar do Paudalho se transformou em Campus Integrante da ACIDES (Academia Integrada Defesa Social), destinado à formação dos profissionais que atuarão na área de Defesa Social, integrando, nesse sentido, os profissionais policiais civis, delegados, bombeiros e policiais militares.

Nesse mesmo molde existe o Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública no Estado do Amazonas que tem por finalidade promover a formação integrada dos profissionais de segurança pública, desde sua criação em 2007, seguindo orientação da SENASP. Inclui a formação e aperfeiçoamento de policiais civis, militares e bombeiros militares. Assim também, o Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará, liga-se diretamente ao Secretário de Segurança Pública, possuindo autonomia na gestão acadêmica e na didática, além de decidir

sobre as questões científicas e disciplinares desde sua criação em 1999.

Os CFOs, em geral, têm duração de 3 a 4 anos em média, de acordo com a Instituição. No primeiro ano, os alunos passam pela adaptação, quando a ênfase é nas disciplinas militares e depois nas específicas. Nos demais anos de curso, diminuem as disciplinas militares e acentuam-se as específicas, bem assim aquelas das áreas humanas e sociais aplicadas, inclusive os estágios.

Durante o curso, os alunos são preparados para se tornar segundos-tenentes PM que, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), devem comandar pelotões, policiamentos, viaturas, guarnições. Trabalham também em seções administrativas, atuam em procedimentos administrativos e disciplinares, geralmente ficam sob estresse e colocam a vida em risco em suas atividades diárias. Para tanto, desde o curso vivenciam as atividades inerentes, com estágios supervisionados, tanto administrativos quanto operacionais.

No primeiro ano, os novos ingressantes ficam sob o comando dos alunos mais antigos (que estão há mais tempo na Instituição), isto é, apenas seguem as ordens e aprendem a comandar. Nos demais anos começam a ganhar maior responsabilidade, comandando guarnições de alunos modernos (que estão há menos tempo na Instituição) e depois planejando e executando policiamentos, sempre com supervisão de oficiais. Eis a demanda da rotina diária:

HORÁRIOS BÁSICOS 06:00 Alvorada anunciada pelo Dia-à-Eso. 06:00 às 07:00 Higiene pessoal dos Cadetes e limpeza dos alojamentos. 06:20 Café da manhã no Rancho. 06:50 Passagem de serviço no Bloco. 07:00 Revista nos alojamentos. 07:10 Primeira formatura. 07:30 às 12:00 Período de aulas. 12:00 Almoço. 13:10 Segunda formatura. 13:30 às 17:50 Período de aulas. 18:00 Arreamento das Bandeiras com a participação da Equipe de serviço. 19:00 Jantar. 20:00 Pernoite. 22:00 Silêncio no Bloco. (KARPINSKI, 2013, p. 31).

Seguem rígida disciplina com horários para tudo, para alvorada, almoço, aulas, intervalos, descanso, pernoite e silêncio. Exigências quanto à apresentação pessoal, como cabelo, barba, penteado, unhas e uniforme impecáveis são constantes. Quanto à vestimenta usam o chamado “bichoforme” nos primeiros meses, na fase de adaptação, que se trata de camiseta branca, calça jeans e tênis preto. Após, começam a vestir o fardamento da Instituição no dia a dia e os uniformes específicos do CFO em situações de eventos públicos e em algumas formaturas internas e treinamentos.

Quando o curso prevê internato no primeiro ano: “O regime acadêmico é de internato para o 1º CFO; de semi-internato para o 2º e 3º CFO e de externato para o 4º CFO, neste último caso a critério do Cmt do CEPM e da APMT.” (ROSA, 2004, p. 112); passam por situações tipicamente policiais como chamadas de emergência durante a noite, ou tipicamente militares como exercícios de campo, os quais ocorrem em meio à mata, durante a noite, com duração mínima de 12 horas e pontuados por manobras, marchas militares e treinamentos de guerra.

No último ano de curso, os alunos devem apresentar trabalho de conclusão com temas relacionados às atividades PM. Também trocam o Espadim (símbolo do Aluno – a – Oficial) e recebem a Espada (símbolo do Oficialato). Fazem juramento de expor a própria vida no desempenho de sua missão, como no exemplo do estado de Mato Grosso:

Art. 41 [...] esse compromisso obedecerá aos seguintes dizeres: “Ao ser declarado aspirante a oficial da(o) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso [...], assumo o compromisso de cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço militar estadual, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, **mesmo com o risco da própria vida**. (MATO GROSSO, 2005, capítulo VII, grifo meu).

Os Aspirantes – a – Oficiais permanecem sob supervisão até completarem o estágio, que dura, no mínimo, seis meses. Nesse período ainda não são efetivos, sendo avaliados pelos oficiais das Unidades a que estão servindo temporariamente.

As vagas para a realização do estágio probatório são estabelecidas pela Diretoria de Pessoal e a escolha destas será procedida pelos formandos, respeitada a antigüidade com base na média final da APMT. O Aspirante-a-Oficial, ao final do estágio probatório, se considerado ‘APTO’ para o Oficialato, será, nos termos da legislação em vigor, promovido ao posto de 2º Tenente PM e habilitado a exercer o Oficialato até o posto de Capitão PM. (ROSA, 2004, p.115, grifo do autor).

Em se vencendo todos os critérios satisfatoriamente, que incluem até mesmo a conduta fora dos quartéis e fora do serviço policial, permanecem nas fileiras e se efetivam como oficiais PM.

CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO QUE GEROU A MUDANÇA E A PROPOSIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Se olharmos o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, em 2000, e a Lei de Crimes Hediondos, a Lei Maria da Penha, são legislações que derivam de situações de alta emocionalidade social, de um pânico social, situações em que o legislador transforma o medo em lei. Até foram intituladas como a legislação do pânico.

José Vicente Tavares dos Santos

Por Renato Sérgio de Lima. (2011, p.179).

2.1 Matriz Curricular Nacional

Antes de analisar propriamente o contexto que gerou a mudança no processo de formação do oficial militar, é necessário fazer uma breve exposição sobre os conceitos de *currículo* e *matriz*. De certo modo, currículo e matriz são termos polissêmicos que podem ser empregados em várias acepções. Assim, torna-se imprescindível buscar uma definição que me guie nesta pesquisa, afim de evitar equívocos e incompreensões quando utilizo um e outro termo. Para me ajudar, parto do entendimento de Silva (2010) e Eyng (2013) sobre o assunto, quando mencionam que o conceito de *currículo* se liga estreitamente ao momento histórico em que participa e à teoria que o aborda. Segundo Eyng (2010), ao longo da história, as teorias de currículo podem tomar formas distintas, tais como ser mais conservadoras ou tradicionais, transformadoras, críticas e pós-críticas.

De maneira bem geral e simplificada, podemos dizer que, segundo Eyng (2013), as teorias tradicionais fazem a pergunta pelo “como?”, pois se concentram nas questões meramente técnicas, ou seja, o conhecimento que se deve passar é óbvio, basta saber como se ensina e como se aprende tal conhecimento. Já os modelos de currículos críticos e pós-críticos tentam responder à pergunta sobre o “porquê?”, pois suas teorias questionam o motivo de escolher determinados conhecimentos e não outros, de se escolher determinadas subjetividades e não outras.

De acordo com Silva (2010), os currículos desenvolvem critérios para selecionar os conhecimentos que devem fazer parte de sua composição e mostram as justificativas para tais escolhas, levando aos objetivos que buscam transformar as pessoas que os sigam. O currículo seria, pois, um caminho, um trajeto, cujo destino é uma identidade, uma subjetividade que se quer formar. Para Silva, as mudanças e adaptações em relação à organização curricular são operações de poder realizando a seleção dos conhecimentos considerados relevantes, além da própria subjetividade profissional desejada. Na realidade, o autor aprofunda a discussão quando menciona preferir usar o termo *discurso* ao invés de *teoria*. Nesse sentido, esclarece que a teoria descreve um objeto que existe independentemente de qualquer teoria, ao passo que o discurso cria o objeto a que se propõe a analisar.

O objeto do discurso, segundo o autor, se mostra numa trama linguística presente no currículo, sendo dependente desta. Nessa visão pós-estruturalista, descobre-se a subjetividade dos profissionais que se pretende construir, mediante determinadas categorias discursivas enfatizadas nos textos curriculares.

O quadro desenvolvido por Eyng (2013), sobre as teorias e suas concepções de currículo, mostra que nas teorias pós-críticas se tem os currículos como:

[...] práticas de subjetivação, de significação e discurso produzidos nas relações de saber-poder. Currículos entendidos como forma de seleção e representação da cultura, compreendendo as questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo. (EYNG, 2013, p. 43).

Eyng ainda esclarece que nas concepções contemporâneas sobre currículo existe a necessidade de se superar as abordagens em disciplinas e enfatizar a transversalidade e a interdisciplinaridade, o que, nesse sentido, é suprido pela organização curricular integrada chamada de *matriz*: “A palavra ‘matriz’ remete às ideias de ‘criação’ e ‘geração’ que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo [...]”. (BRASIL, 2003, p. 6, grifos do autor). Esta, segundo Eyng, “[...] constitui-se no polo aglutinador em torno do qual se articulam os diferentes elementos e estratégias formativas” (2013, p. 51). Seus elementos se organizam de maneira não linear, superando as abordagens fragmentadas dos temas, adotando “[...] processos sistêmicos, contextualizados e interdisciplinares”. Desta forma, o próprio texto da Matriz Curricular Nacional (MCN) se apresenta com suas características e objetivos definidos. Como adiante se vê.

Na apresentação da MCN, o documento já diz a que veio: impulsionar “[...] por meio de processos educacionais, a implantação das Academias Integradas em cada Estado [...]”. (BRASIL, 2003, p. 2). Apontando sua característica principal de oferecer um currículo que contemple as diversas necessidades de instituições que, embora diferentes em suas missões, correspondam à mesma área, qual seja, a de Segurança Pública.

O texto discorre, na *Introdução*, sobre a necessidade de se produzir um documento que sirva de norteador para as ações formativas, de modo que se desenvolvam nos futuros profissionais “[...] saberes e habilidades que exige continuamente novas aprendizagens e que requer uma integração de conhecimentos que vai além do desenvolvimento de currículos de forma fragmentada.” (BRASIL, 2003, p. 5).

A MCN (2003, p. 5) também destaca sua intenção de constituir-se num referencial nacional para um sistema único de educação dos profissionais da Segurança Pública, bem como para fortalecer o diálogo entre as diversas atividades da área e a transformação dos referenciais teóricos mediante a análise das práticas.

O termo ‘currículo’ não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos. [...] currículo significa a expressão de princípios e metas do projeto educativo que deve ser flexível, promover debates e reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos do processo educativo. (BRASIL, 2003, p. 7, grifo do autor).

A MCN oferece um conjunto de elementos que podem ser combinados na elaboração dos currículos específicos ao tempo em que disponibiliza espaço para atendimento das diversidades existentes no país: “[...] o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre *Eixos Articuladores e Áreas Temáticas*.” (BRASIL, 2003, p. 6, grifos meus).

Esse arranjo curricular que a Matriz oportuniza, busca aglutinar pontos em comum, deixando lacunas para certa acomodação de características específicas das Instituições policiais que engloba, bem como das regiões que adotem suas orientações. A intenção que aparece de maneira clara no texto da Matriz é a de que todos os profissionais da área tenham acesso à educação que vise desenvolvimento de competências necessárias às atividades, podendo articular os saberes teóricos com a prática. A figura 1, a seguir, apresenta pontos de articulação entre os eixos e as áreas temáticas:

Figura 1– Eixos articuladores e áreas temáticas

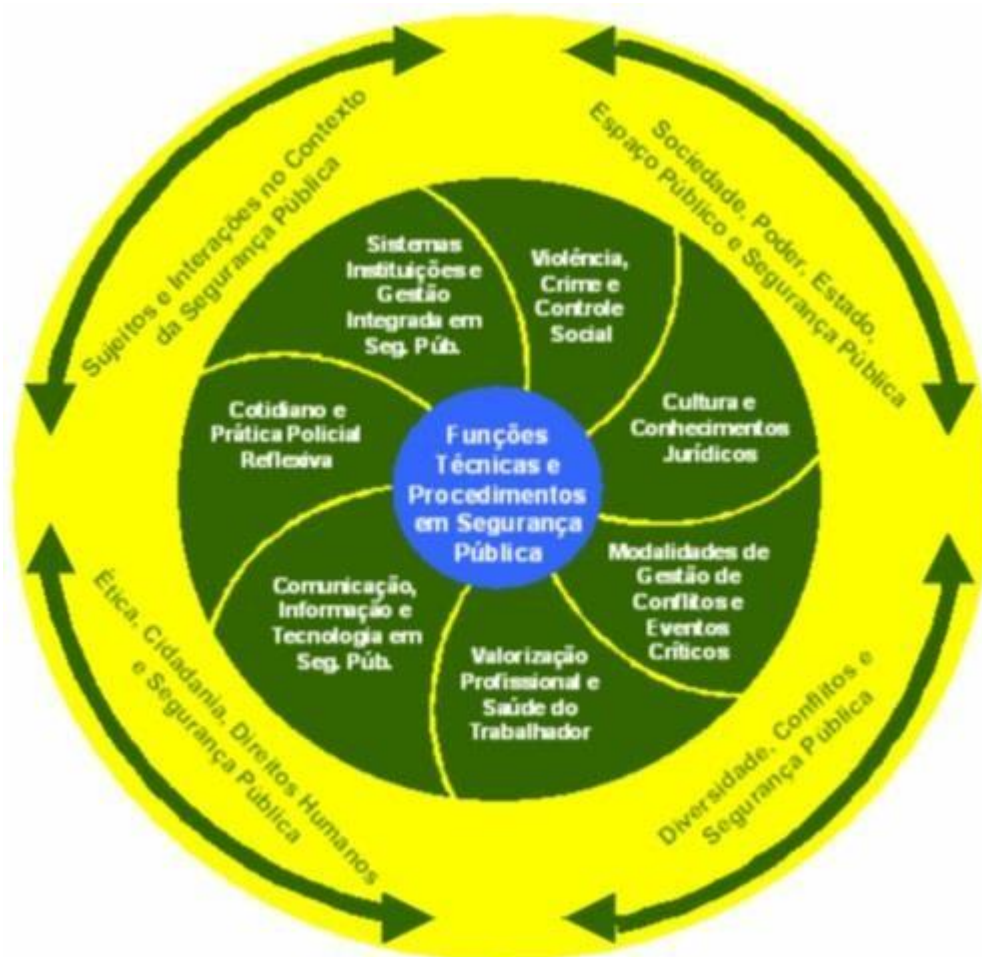


Fonte: Matriz Curricular Nacional (2003, p. 16).

Além disso, a MCN parte da orientação de áreas temáticas e eixos articuladores para o desenvolvimento de competências específicas que se originem de capacidades gerais, dispostos de forma a contemplar o enfrentamento de situações adversas sem desvincular-se do devido equilíbrio nas condutas e o bom encaminhamento dos conflitos: “[...] necessárias para responder aos desafios

sem precedentes das ações concretas do mundo do trabalho” (BRASIL, 2003, p. 6), conforme se aprecia na figura 2 subsequente:

Figura 2 – Áreas temáticas



Fonte: Matriz Curricular Nacional (2003, p. 22).

Já a interdisciplinaridade característica da organização curricular de matriz diz respeito à uma orientação voltada à integração das disciplinas e temas, assim descrita:

Os currículos traduzem as intenções pedagógicas das ações de formação. Entende-se por currículo interdisciplinar um currículo orientado para a integração, para o desenvolvimento de relações entre as disciplinas e também dos conteúdos que se encontram nas fronteiras entre elas, aqueles que são objeto de atenção em várias disciplinas e que possibilitam tratar de questões mais vitais e conflituosas, que normalmente não podem ser tratadas dentro dos limites de uma única disciplina. (BRASIL, 2003, p.7).

As disciplinas não sofrem um corte em suas fronteiras, mas se encontram nelas, oportunizando a discussão de questões que não se esgotam numa única disciplina e sim, extravasam seus limites abrangendo as correntes teóricas de diversas áreas. Nesse sentido, acaba por valorizar “[...] a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações [...]” (BRASIL, 2003, p.8).

Um dos principais objetivos da MCN (2003, p. 9) é o de oferecer parâmetros para uma formação que instigue autonomia e responsabilidade, tanto na busca da própria qualificação de cada agente quanto às suas tomadas de decisão nas atividades profissionais, devidamente baseadas em saberes específicos e reflexões críticas para as diversas complexidades do trabalho. Isto, utilizando-se de uma metodologia baseada na interação cognitivo-afetiva entre sujeitos e objetos e na reconstrução do conhecimento.

A MCN destaca a importância do desenvolvimento de competências complexas: “[...] o conjunto de competências que forma a competência profissional, é de natureza cognitiva, afetiva e prática e de ordem técnica e didática, incluindo diferentes saberes” (BRASIL, 2003, p. 37). Ao mesmo tempo em que busca desenvolver no futuro profissional a capacidade de aproveitar seus saberes anteriores, aplicando-os conjuntamente com os saberes específicos. Assim, de acordo com a figura 3, se tem o seguinte esquema de disciplinas na Matriz:

Figura 3 – Disciplinas e competências profissionais



Fonte: Matriz Curricular Nacional (2003, p. 51).

Essa nova concepção de formação não seria efetiva se não houvesse o envolvimento do corpo docente e, assim, a motivação para reflexão e transformação das práticas pedagógicas e didáticas anteriores à sua proposição. Dessa forma, o texto bem salienta sobre a necessidade de participação dos professores civis e militares nas discussões sobre a aplicação da Matriz nas Instituições PMs. Apesar do texto se preocupar em apresentar sugestões para uma didática atualizada de acordo com os novos objetivos, não se aprofunda, como deveria, neste item.

Percebe-se que a MCN reflete uma preocupação com as competências complexas, a partir de eixos, temas, conteúdos e disciplinas que devem formar o perfil do profissional desejado, deixando, no entanto, à mercê da sorte, o corpo docente. Dizendo de outro modo, não houve providências efetivas que movessem atualizações para os educadores e o corpo técnico das instituições. As Polícias

Militares ficaram, nesse campo de atuação sem precedentes para seus profissionais, com uma organização curricular nova, mas com os mesmos educadores e suas experiências e vivências de momentos outros, para aplicarem esse currículo.

No item que trata sobre os docentes, refere-se mais uma vez a estes reforçando a necessidade de estarem preparados para aplicar avaliação inovadora que:

[...] vai além da constatação de competências, habilidades e atitudes que compõem a caracterização do profissional a ser formado, das normas regimentais e dos critérios específicos estabelecidos com base nos eixos articuladores, nas áreas temáticas e nos conteúdos específicos das disciplinas. (BRASIL, 2003, p. 45).

Este critério, porém, não significa romper de maneira brusca com formas de avaliação até então usadas, mas, tentar dirimir aspectos autoritários contidos nelas anteriormente. Até mesmo porque, ainda uma vez, negligenciou-se o treinamento e a preparação do corpo técnico e docentes sobre a utilização dos novos instrumentos à sua disposição.

2.2 O Contexto que Gerou a Mudança

Na primeira versão da MCN já é possível de se notar que ela se apresenta como um instrumento disposto a facilitar e encaminhar uma das metas do Plano Nacional de Segurança Pública, que se compromete a integrar as instituições de segurança pública do país: a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio da integração da formação dos agentes.

Com a chegada do primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), no ano 2000 e, conseqüentemente, o lançamento da Matriz Curricular Nacional, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em 2003, iniciava-se, no país, um processo de mudanças na concepção de profissionalização dos agentes de segurança pública, começando pela formação e que, parece acompanhar as tendências da própria área de Educação a qual também havia passado por mudanças recentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/96.

Por meio da Matriz Curricular Nacional, a SENASP tem procurado incentivar,

no âmbito das instituições policiais, tanto militares quanto civis e de bombeiros, mudanças nas organizações curriculares dos cursos de formação.

São atualizações constantes e editais de apoio a novos cursos e projetos voltados a fomentar discussões sobre a eficiência no atendimento das demandas sociais e à observância dos direitos humanos. Estas iniciativas demonstram que é fundamental a proposição de pesquisas que investiguem a formação de oficiais a partir da área da educação e que revelem a necessidade de se conhecer a trajetória realizada até o momento pelos estudos já existentes, possibilitando encontrar os espaços em aberto e férteis para futuras pesquisas que possam contribuir com este processo formativo.

2.3 A formação em destaque

Em meio às transformações em curso tanto na Educação quanto na Segurança Pública, em Mato Grosso a formação teve destaque no evento denominado de “1º Encontro Nacional de Ensino Superior e Pesquisa Policial Militar”, ocorrido em 2012, promovido pela Polícia Militar e que teve como tema central a “Formação do Oficial da Polícia Militar na Pós-Modernidade”, embora não venha a ser foco da presente pesquisa, chamou à atenção justamente por sua proposta de discussão. O Encontro reuniu diversas Polícias e Bombeiros Militares dos Estados da Federação, além de diversas instituições de ensino superior⁶. Apenas para efeito de registro, segue a relação nominal das instituições presentes:

- Academia de Polícia Militar Costa Verde(APMCV);
- Academia de Polícia Militar “Senador Arnon de Mello” (APMAL);
- Academia de Policia Militar Guatupê(APMG);
- Academia de Policia Militar "Cel. Neper Alencar"(APMAM).
- Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Nazareno Marceneiro, - Comandante Geral da PMSC. Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais (CNCG-PMBM);
- Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) Suamy Santana da

⁶Disponível em: <http://enep.pm.mt.gov.br/?pg=pres_confirmadas> Acesso em: 28 de maio de 2016.

Silva - Comandante Geral da PMDF;

- Coronel da Polícia Militar de Alagoas (PMAL), Dimas Barros Cavalcante, - Comandante Geral da PMAL;
- Centro Universitário "Candido Rondon" (UNIRONDON);
- Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG);
- Faculdades Integradas de Cuiabá (FIC);
- Instituto Educacional Piracicabano (IEP);
- Instituto Integrado de ensino de Segurança Pública (IESP).

Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR);

- Polícia Militar do Estado do Pará (PA);
- Polícia Militar do Estado de Goiás (GO);
- Polícia Militar do Estado de Alagoas (AL);
- Polícia Militar do Estado do Piauí (PI);
- Polícia Militar do Distrito Federal (DF);
- Polícia Militar do Estado do Amazonas (AM);
- Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (SC);
- Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP);
- Universidade Federal do Ceará (UFC);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Universidade do Estado do Amazonas (UEA);
- Universidade de Cuiabá (Unic).

No evento, foram debatidos diversos temas, com enfoque para os cursos de formação de oficiais, diversidades de modelos de cursos, estruturas curriculares, quadros docentes e administrativos, entre outros.

As mesas de discussões, propostas pela organização do evento, demonstram e reforçam o interesse na temática abordada como uma preocupação das Polícias Militares do país, tanto pela quantidade de pessoas no referido evento, quanto pela variedade de temas em destaque: *A nova educação policial: complexidade e segurança cidadã; Academia Estadual de Segurança Pública: o modelo do Ceará; Modelos de Curso de Formação de Oficiais nas Academias do Brasil; O processo de credenciamento nas Academias do Brasil; A formação do oficial nas Polícias Militares: perspectivas; A importância da pós-graduação na*

formação do profissional de segurança pública.

O evento contou com o Edital de Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos ou de Inovação nº 001/2012, de 07/02/2012⁷. Uma inovação em termos do incentivo ao ensino e à pesquisa, em uma clara alusão à preocupação com os aspectos formativos.

Após a consideração desse evento como demonstrativo dos interesses temáticos sobre formação de policiais militares, a leitura de alguns artigos científicos publicados em periódicos nacionais nos últimos dez anos sobre os temas supramencionados, possibilitou observar que a questão formação de policiais militares ganha destaque e constitui importante objeto de investigação, transitando pelas análises e discussões dos autores examinados. A interlocução e o confronto com algumas destas fontes bibliográficas serão relevantes para a compreensão dessa temática e para o desenvolvimento da presente pesquisa.

No artigo intitulado *O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Rio de Janeiro*, Paula Poncioni (2005) analisa os currículos das academias de polícia civil e militar do estado do Rio de Janeiro, apontando para o modelo de polícia profissional presente na formação dos policiais e suas consequências no desempenho das atividades de polícia. A autora conclui que o modelo a persistir, em ambas as instituições, é o tradicional que reproduz um comportamento legalista e de arranjo burocrático. Alerta, ainda, que o processo de formação de oficiais é de fundamental importância para direcionar as competências que serão realçadas ao longo da carreira profissional dos agentes. Poncioni (2005) explica que, inicialmente, no século XIX, com a profissionalização das polícias, surgiu o modelo burocrático, com ênfase na aplicação da lei, em que o policial é imparcial e tenta enquadrar as situações diversas nos artigos dos códigos. Tudo que fuja dos enquadramentos é “assistencial” e considerado menos importante. Quando a sociedade em que se atua apresenta crescente índice de criminalidade, a instituição tende a ser militarizada com aval da própria sociedade que vê esse processo como eficaz no controle da violência, uma vez que dispõe da prontidão militar dos policiais para “combater” o crime. Por isso, a autora denomina este como o modelo tradicional

⁷Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Disponível em: <<http://www.fapemat.mt.gov.br/>>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso. Acesso em: 21 jun. 2016.

adotado pelas academias brasileiras. Segundo Poncioni (2005), esse modelo já foi alvo de diversos estudos e tem comprovado seu fracasso, pois se baseia na lei e na ordem, que se contrapõe à maioria das situações que se apresentam aos policiais na rotina das atividades. Sua preocupação encontra-se em um momento histórico de questionamentos e tentativa de entender a complexidade das necessidades das instituições policiais, vez que ainda eram recentes as discussões e reais mudanças nos currículos das academias de polícia brasileiras e seus resultados ainda eram construções no campo das ideias. Assim também, em sua análise curricular das academias do Rio de Janeiro, Poncioni (2005) percebe que predominam disciplinas da área jurídica e também ênfase na preparação física e policiamento ostensivo, ou seja, confirmando um modelo burocrático-militar que não é capaz de atender às situações que solicitam interação social e resolução de conflitos, muito mais do que confronto com o crime;

Os pesquisadores Menke et al. (2007), no artigo sobre “Profissionalização da polícia: em busca de excelência ou de poder político?”, destacam que a profissionalização das polícias é vista como uma ideologia da qual os policiais lançam mão por almejarem *status* de profissional. Segundo os autores, nas décadas de 1960-1970, observou-se um fracasso no controle do crime e da violência, o que gerou questionamentos sobre a necessidade de se profissionalizar as polícias, tanto no sentido de formação quanto de submissão às regras estatais. O conceito que escolheram para a profissão seria o de:

[...] grupo ocupacional que exerce controle relativamente exclusivo sobre um conjunto de conhecimentos e especialidades, empregado em interesse comum, para conseguirem certos valores sociais básicos. O traço distintivo de uma profissão, que a distingue de outras ocupações, é o grau de controle exercido por seus membros, sobre o trabalho feito na ocupação. (MENKE et al., 2007, p.88).

Os autores se baseiam em certas características para definirem se a polícia poderia ou não receber o mandato para o exercício de uma profissão. Dentre as características para ser considerado profissional, duas delas interessam a este estudo, quais sejam: conjunto de conhecimentos, teorias e técnicas científicas e, um período longo de formação e treinamento, normalmente ocorrido numa academia. Esse conhecimento proporcionará os fundamentos e justificativas para a existência da profissão de policial, daí sua importância. Porém, Menke et al.

(2007) advogam contra a especialização policial, argumentando que são diversas as atividades que as polícias desempenham, não somente no controle do crime, mas atuando em outras situações. O que dificultaria a produção de conhecimento especializado. Além disso, à época em que fora produzido o artigo, já se questionava sobre quem poderia ser os formadores dos policiais. Isto é, quem comporia o corpo docente das academias? Quais as credenciais necessárias para o profissional docente integrar o corpo de professores dos policiais?

Em relação ao Brasil, atualmente as academias se submetem à legislação que rege a formação profissional e superior; possuem um corpo docente de mestres e doutores, alguns civis de outras áreas e alguns policiais com formação acadêmica, todos de acordo com as exigências legais para se obter uma boa formação profissional. Existem polícias que formam seus agentes dentro da própria universidade e outras que trazem os professores destas instituições, mediante convênios para dar aulas nas academias de polícia. Não obstante às ponderações dos autores, é importante ressaltar que o artigo, embora sirva de base a diversos estudos posteriores, diz respeito à pesquisa realizada em um momento histórico em que a formação policial como a que se tem atualmente, com cursos superiores, produções científicas, debates e eventos para a discussão das necessidades profissionais e investimentos em pessoal, ainda era principiante na Europa e nos Estados Unidos e, no Brasil, ainda nem se cogitavam tais inovações.

Menke et al. (2007) enfatizam o período mais ou menos prolongado para a formação no domínio de um complexo conhecimento científico e citam a importância do treinamento para o desenvolvimento de habilidades necessárias ao desempenho da profissão. Ocorre que a obra não alcança no tempo o currículo elaborado, voltado à aprendizagem de competências complexas como se tem atualmente e como já se praticava desde 2003 no Brasil, após a Matriz Curricular Nacional. Na discussão tecida pelos autores, no mesmo artigo, as polícias não seriam profissionais pelo fato de que não possuem mandato público que lhes garantam legítima autonomia na prescrição de seu trabalho. Autonomia esta que dependeria de fatores diversos, sendo um deles o domínio do conhecimento teórico e o desenvolvimento das habilidades específicas, mediante treinamento disciplinado e regular, além do período de formação prolongado que garantisse a possibilidade de adquirir tais conhecimentos e habilidades. Em suma, finalizam a discussão de seu artigo levantando reflexões sobre o que chamam de

despolitização do crime, pois acreditam que em se legitimando um grupo de profissionais para o controle da violência, corre-se o risco de tirar o foco das discussões políticas de distribuição de recursos e justiça, alternando para a manutenção da lei e da ordem. Esta mudança de prioridades tiraria a responsabilidade estatal sobre o que leva à criminalidade, como fatores sociais e econômicos, deixando tudo a cargo de especialistas. Outra reflexão que os autores deixam em aberto seria que essa transferência de responsabilidade poderia gerar descrédito para a própria polícia, vez que seu enfoque principal seria o crime e não o cidadão.

Por seu turno, o artigo de Ana Paula Mendes de Miranda (2008), “Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação”, destaca os limites e desafios do ensino policial no Rio de Janeiro. Apresenta uma proposta de formação policial direcionada à mediação de conflitos por entender que a reestruturação da formação policial não é um problema social, mas sim, uma necessidade de ajuste à nova ordem democrática. Além disso, para a pesquisadora, a prática educacional seria um processo de socialização intencional, sistemático e continuado, o que tem sido distorcido pelas academias de polícia quando não compreendem bem o significado do “treinamento”. Segundo a autora, para as instituições PM, o treinamento não seria um simulado de situações reais em que se tem a possibilidade de verificar a aplicabilidade da teoria de sala de aula como aprendizado corporal, reações adequadas e atitudes coerentes de acordo com as premissas de cidadania e direitos humanos e, sim, o emprego dos alunos em eventos reais, sem prévio preparo prático do conhecimento a ser solicitado.

Essa metodologia das academias estaria colocando em descrédito o ensino prévio, pois que perde a conexão com a prática, entrando em conflito com a experiência de rua. Nestes casos o que era para ser competência profissional, torna-se repetição de atitudes sem base do saber específico da atividade de polícia. Miranda (2008) ainda lembra que são dois modelos de formação policial militar em confronto no Brasil: um que prioriza a obediência às ordens, decorrente da origem e estrutura militarizada da instituição, e outro, que ensina a mediação de conflitos, e que demanda reflexão por parte dos profissionais à frente das mais variadas situações, e também exige autonomia para a resolução dessas situações. Assim o primeiro modelo, que é concomitante com o outro, acaba por dificultar a

mudança para o segundo modelo. Esse paradoxo entre as duas formas de entendimento que convivem no mesmo espaço-temporeforçam a desconexão entre o que se aprende nas teorias e discursos e o que se cobra fora das salas de aula. Na pesquisa de Miranda (2008) foram usados o Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado em 1996, e a Matriz Curricular Nacional de 2003 como referenciais para a busca das necessidades dos cursos de formação das polícias na tentativa de transformações em direção à profissionalização, o que, para a autora, seria positivo no sentido de observância às regras do Estado de Direito e a responsabilização dos agentes em suas atividades.

Almir Balieiro, em 2009, produziu um artigo sobre as transformações da Polícia Militar de Mato Grosso, ao qual intitulou “Dos Homens do Mato aos homens e mulheres da cidade: por uma escrita dentro da nova história sobre a trajetória da Polícia Militar de Mato Grosso”. O pesquisador entre cruza os dados de sua discussão a partir da origem da Força Policial Mato-grossense em 1835; faz uma análise de valores culturais citadinos de diversas épocas e suas influências na constituição da instituição Polícia Militar. Menciona ainda a transformação das práticas dos agentes ao longo do tempo em atenção às necessidades que surgiam, passando da aplicação das táticas de guerrilha no século XVIII ao momento que considera um marco na história da Instituição e de sua profissionalidade, qual seria, o ingresso de mulheres nas fileiras da Polícia Militar de Mato Grosso em 1983.

A partir disso, Balieiro (2009) observa as transformações da função da instituição Polícia Militar, partindo de seu processo secular de institucionalização como característica principal, desde a Europa, no século X, na tentativa de acompanhar a complexidade do palco em que atuam as polícias e suas relações constantes e intrincadas com o poder. Neste trabalho realizado já dentro do espaço-tempo pós lançamento da Matriz Curricular Nacional, verifica-se a visão do pesquisador voltada às mudanças no processo histórico que influenciaram uma preocupação crescente da sociedade e dos governos para com a profissionalidade policial militar no que depende da formação dos agentes. Para tanto, o autor realça o ingresso de mulheres como ponto-chave de seu pensamento, verificando este marco na história das instituições PM e que define um novo rumo para as competências a serem desenvolvidas e trabalhadas por meio de novos modelos de formação policial. Sempre tangendo as pressões sentidas nas polícias na

tentativa de acompanhar as demandas tanto da sociedade quanto dos poderes que a permeiam.

As pesquisadoras Cordeiro e Gimenez (2014, p. 31), no artigo intitulado “Para que a vida siga adiante... as contribuições da Professora Valdemarina na concepção teórico-metodológica da Matriz Curricular Nacional e a proposta de atualização”, evidenciam o que era buscado e para qual resultado estava sendo orientado o ensino policial no Brasil, no momento da elaboração da Matriz Curricular Nacional. As autoras ressaltam que a Matriz procedia das Bases Curriculares Nacionais, implantada em 1998, pela SENASP, e tinha o objetivo de homogeneizar e orientar a elaboração dos currículos e unificar as ideias partindo da inclusão das disciplinas de direitos humanos e de polícia comunitária. Porém, a Matriz deveria se apresentar como inovação, pois, estaria dentro de uma nova política para a segurança pública do novo governo Luís Inácio Lula da Silva que se iniciava em 2003. E tinha a pretensão de auxiliar no projeto de unificação da formação policial no país, de acordo com o que havia sido definido no Plano Nacional de Segurança Pública em 2000.

A Matriz inovou partindo da organização curricular pela ideia de matriz, ou seja, possibilitando contemplar diferentes realidades, arranjando as disciplinas de forma linear e introduzindo a interdisciplinaridade, cujo objetivo era possibilitar uma visão e reflexões sobre temas com abrangência diversa, passeando por áreas diferentes, porém, discutindo um único assunto. Além de ser flexível às necessidades de cada Instituição e seus contextos. A preocupação da nova proposta de organização curricular era o desenvolvimento de competências específicas e complexas, com aquisição progressiva de capacidades gerais. Para tanto, a base teórica da Matriz foi a Teoria da Complexidade de Edgar Morin, em que possibilitava um trabalho sobre pontos de vista reducionistas, princípios simplificadores, frutos de uma cultura ainda presa às impressões do passado. De acordo com as autoras, a Matriz impulsionou uma tendência premente, à época, para a sobrevivência da Instituição Polícia Militar, já que era preciso acompanhar o ritmo da sociedade pós-moderna com suas características peculiares de incertezas mesmo em sistemas estabelecidos, necessidade de interagir com outras organizações, imprevisibilidade, ausência de estabilidade e constantes mudanças e adaptações.

Certamente, existem trabalhos de outros pesquisadores que falam sobre

formação, contida no período aqui privilegiado, porém, estes foram escolhidos pois discutem a temática específica de formação de oficiais e ligam direta ou indiretamente essa questão à profissionalidade policial militar, traduzindo e desvelando a importância das transformações ocorridas nessa área para o atendimento das demandas sociais em relação à segurança pública.

Destarte, entendendo que “[...] o real nunca toma a iniciativa já que só dá resposta quando é questionado [...]” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002, p.48), parto da hipótese de que as mudanças ocorridas na formação de oficiais, a partir da edição da Matriz em 2003, não estão descolados dos eventos anteriores envolvendo tanto a violência policial como também os movimentos grevistas protagonizados pelos policiais militares.

Além disso, ainda lembram Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002, p. 58) que as questões históricas levantadas durante a pesquisa, sugerem a possibilidade de *virtualidades latentes* a se revelarem ao pesquisador mediante análise mais apurada e acompanhamento do grupo eleito ao encontrar-sediante de situações novas. Assim, trago adiante alguns recortes de acontecimentos ocorridos antes ao lançamento da Matriz da SENASP como argumentos que evidenciam as minhas suspeitas.

2.4 Eventos que Antecederam a Matriz Curricular Nacional

Bourdieu (1996, p. 91) alerta para a questão dos estudos que tentam pensar sobre o Estado. Segundo ele “[...] um dos poderes principais do Estado, o de produzir e impor (especialmente por meio da escola) as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado”. Assim, não se deve esquecer de que a Matriz é, antes de mais nada, parte de uma política de Estado, sendo aplicada como reformulação dos processos formativos dos agentes da segurança pública, sob pena de não se compreender o verdadeiro “espírito” que está por de trás de suas letras.

Vale lembrar que, na década de 1990, diversos episódios ocorreram no Brasil que levaram a cobranças, por parte da sociedade civil, por mudanças na estrutura das instituições policiais militares e também na formação de seus profissionais. A mídia escrita e falada registrava fatos que revelavam e denunciavam a necessidade de rever a situação das polícias militares frente à

acontecimentos que tomaram proporções de caráter nacional, tais como os casos a seguir:

- a) **Carandiru, em São Paulo:** Em 02 de outubro de 1992, teve início um motim no Pavilhão 9, da Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru e que à época era o maior presídio do país. A Polícia Militar foi acionada e compareceu ao local, munida de armamento pesado e cães. Os detentos, amotinados, destruíram parte do presídio ateando fogo aos colchões e causando o desligamento da energia interna. Cerca de 341 policiais estavam em frente ao presídio. No comando da operação, estava o coronel Ubiratan Guimarães, do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM), que chefiou pessoalmente a tropa. Na ação de invasão da PM, foi registrado um saldo de 111 detentos mortos. Nenhum dos policiais indiciados foi preso. Em 2002 o Carandiru foi desativado e implodido.

A esse respeito, de acordo com o *site Pública*⁸, na matéria com o título “Para PM, réus do Carandiru não cometeram faltas”, o foco da informação gravita em torno de que, do ponto de vista institucional, não houve transgressão ou crime a ser apurado na esfera administrativa, ou pela Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo. Segundo concluiu a agência de jornalismo investigativo, a Instituição não considerou que os policiais envolvidos tenham agido fora dos regulamentos. Além disso, o posicionamento da PM fora endossado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Esse discurso a favor da ação policial, com excesso de força, fora sendo enfraquecido após outros fatos que ocorreram nos anos seguintes e que estarreceram a sociedade e, o apoio aberto das autoridades como governadores, secretários de segurança e do poder judiciário tornaram-se mais tímidos a cada episódio. O regulamento disciplinar da PM de São Paulo somente veio a sofrer modificações no ano de 2001 (SÃO PAULO, 2001). Anteriormente eram regidos pelo Decreto-lei nº 13.657, de 1943;

- b) **Candelária, no Rio de Janeiro:** Em julho de 1993, oito jovens, entre 11

⁸ Disponível em: <<http://apublica.org/2014/04/para-pm-reus-carandiru-nao-cometeram-faltas/por-Jessica-Mota> | 10 de abril de 2014>. Acesso em: 9 jun. 2016.

e 19 anos, no centro do Rio de Janeiro, foram executados a tiros enquanto dormiam na praça da Igreja da Candelária, por homens que chegaram ao local em dois carros. As motivações do crime não ficaram comprovadas. Três policiais militares foram condenados pelos crimes. Sete anos mais tarde um dos sobreviventes da chacina, Sandro do Nascimento, tomou de assalto um ônibus da linha 174, no Rio de Janeiro, e fez uma mulher como refém. Ao final de quatro horas de ameaças, acabou por ser morto pela polícia, não sem antes atirar na refém, que morreu no hospital, Geilsa Firmo Gonçalves. Em 2009, uma cruz foi colocada em frente à Igreja lembrando o crime;

- c) **Vigário Geral, no Rio de Janeiro:** em 29 de agosto de 1993, 50 pessoas encapuzadas invadiram casas da Favela de Vigário Geral e executaram 21 moradores. Após investigações, 52 policiais militares foram indiciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. O crime teria sido em represália à morte de quatro policiais. Dos policiais indiciados apenas sete foram condenados;⁹⁸
- d) **Corumbiara, em Rondônia:** em 09 de agosto de 1995, em Corumbiara, Rondônia, um acampamento com cerca de 600 sem-terras, que haviam se fixado na Fazenda Santa Elina da região, foram atacados por homens encapuzados, dentre eles pistoleiros contratados pelos fazendeiros e policiais militares. Oficialmente foram mortas 12 pessoas, sendo dois policiais e uma criança. Além disso, foram 64 feridos entre sem-terras e policiais, e 355 detidos. Vinte policiais, um fazendeiro e seu gerente foram indiciados, além de quatro sem-terras. Dos acusados, três policiais e dois sem-terras foram condenados. O local do massacre não passou por perícia. Por esse fato, o Brasil respondeu perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, da qual saiu com recomendação para indenizar as vítimas do massacre, o que até hoje

⁹⁸Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/chacinas-brasil/chacinas-brasil-02.htm>>. Site do portal Terra: "Relembre 10 grandes chacinas que marcaram o Brasil". Acesso em: 30 maio 2016.

nãooocorreu;¹⁰

- e) **Eldorado dos Carajás, no Pará:** em 17 de abril de 1996, na “curvado S”, da estrada que liga Marabá a Eldorado dos Carajás, o episódio de violência ocorreu quando 1500 sem-terras, acampados numa fazenda, decidiram fazer uma marcha em protesto pela demora no assentamento das famílias. Durante a “Marcha para Belém”, a Polícia Militar do Pará recebeu ordem do então governador Almir Gabriel para desobstruir a estrada, eu sou gás lacrimogênio e armas de fogo contra os manifestantes. Dezenove sem-terras morreram e 51 ficaram feridos na ação da polícia. Segundo a Revista Veja noticiou à época, mais da metade dos manifestantes, morreu em decorrência de tiros à queima-roupa, na nuca, nos olhos e na cabeça e também com golpes de foice, com esmagamento de crânios, membros decepados e buracos nos corpos. As reportagens disponíveis descrevem violência e crueldade sendo classificadas como chacina devido à brutalidade que os corpos das vítimas denunciavam de execuções sumárias e aleatórias. Ainda segundo a entrevista do então Secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara, os policiais estavam autorizados a reagir e atirar se necessário.¹¹Dos 155 policiais que atuaram no massacre, dois foram condenados e cumprem pena, e os demais foram absolvidos.

Após esse fato, em 29 de abril do mesmo ano, por decreto, fora criado o Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária, atuando como ministro Raul Jungmann que provinha da presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Além disso, o presidente à época, Fernando Henrique Cardoso (FHC) enviou tropas do Exército para o local, a fim de conter uma onda de violência, tendo à frente o então Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência, o General Alberto Cardoso. Um monumento, em lembrança aos mortos no episódio, foi erguido em Marabá no mês de setembro

¹⁰MASSACRE que matou 12 pessoas em Corumbiara, RO, completa 20 anos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/2015/08/massacre-que-matou-12-pessoas-em-corumbiara-ro-completa-20-anos.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

¹¹SANGUE em Eldorado. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/em_dia/carajas_capa.html>. Acesso em: 03 jun. 2016

daquele ano, porém, logo em seguida fora destruído.

Mas essa questão não termina na disputa entre sem-terras e fazendeiros da região, pois o então presidente da República, FHC, possuía fazenda também em Minas Gerais, e esta situação reforçou a preocupação em enviar tropas federais, em novembro de 1996, para assegurar a posse de sua propriedade¹². Em setembro de 1998, após acirramento dos protestos, mortes e invasões de fazendas pelo país, o governo decide manter o Exército e a Polícia Federal à frente da segurança de suas terras. Este último fato irritou o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que pediu um estudo para desapropriação da fazenda do Presidente FHC. Em abril de 2002, a fazenda de FHC em Buritis, Minas Gerais, é invadida pelo MST e assim permaneceu por 22 horas;

- f) **Diadema**, São Paulo: Na madrugada de 07 de março de 1997 um cinegrafista amador registrou cenas de agressão ocorridas na Favela Naval, em Diadema, Grande São Paulo. Um carro Gol passava pela favela quando foi abordado por um grupo de policiais militares que queriam dinheiro. Como nenhum dos ocupantes tinha dinheiro, os policiais militares passaram a espancá-los. Foram minutos de tortura que ficaram registrados em vídeo e depois foram vendidos à emissora de televisão Globo. Mas as cenas não ficaram apenas nos espancamentos. Após liberarem o carro, o policial militar conhecido como Rambo, Otávio Lourenço Gamba, efetuou dois disparos de arma de fogo contra o veículo em movimento, acertando na nuca um dos ocupantes, Mário José Josino, de 29 anos, que não resistiu aos ferimentos e morreu horas mais tarde no hospital. As imagens e xibidas no Jornal Nacional, no dia 31 de março de 1997, também rodaram o mundo. No total foram 10 policiais militares que participaram das cenas de violência e morte, sendo levados a julgamento e condenados pelos crimes cometidos. Apenas um dos acusados não foi expulso da PM, Adriano Lima de Oliveira, condenado a 01 ano e 06 meses de reclusão. A mãe de Mário José Josino não recebeu indenização pela morte do

¹²REVISTA VEJA ONLINE. Reforma agrária: contexto e números. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/cronologia.html>. Acesso em: 07 jun. 2016.

filho.

Nesse último episódio violento, que marcava uma série de outros cometidos por policiais militares, a Polícia Militar de São Paulo temeu pelo seu fim. Como mostra um texto do jornal “Estado de São Paulo” (2007), contando sobre o fato vergonhoso de Diadema.¹³

De acordo com o texto, a Instituição se viu forçada a implementar mudanças urgentes e radicais, pois a viabilidade de sua existência começou a ser questionada pela sociedade. Os projetos de criação das Bases de Polícia Comunitária começaram a sair do papel, mapeamento criminal *online* e treinamentos de policiais militares, baseados em defesa dos direitos humanos, foram iniciados.

De outro norte, a sociedade via os índices de criminalidade crescerem na cidade de Diadema e, para os policiais, era um castigo serem designados para servirem numa região tão perigosa:

Depois do episódio, em 1998 e 1999, a cidade ainda liderou o ranking dos homicídios no Estado. Havia atingido o fundo do poço. 'A gente comprava móvel e eles se recusavam a entregar porque era na Favela Naval. Nunca dizia onde morava, senão não conseguia arrumar emprego', afirma a doméstica Andréa Cristina Carlos Gomes. (ESTADÃO, 2007, grifo do autor).

A Prefeitura da cidade também deu seu quinhão e implementou projetos sociais na região, além de mobilizar segurança pública e sociedade civil para tentar encontrar outras soluções. Foram criadas mais delegacias especializadas, e reuniões passaram a se realizar mensalmente entre os órgãos para discutir segurança pública.

Diante da sequência desses acontecimentos em diversos Estados, vieram as mobilizações de policiais civis e militares pelo país, que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e que tiveram repercussão também na mídia informativa. Ondas de greves eclodiram por todo o território nacional no ano de 1997. Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e

¹³ MANSO, Bruno Paes; GODOY, Marcelo. Favela Naval acelerou mudanças na PM, diz coronel Diniz, “Era preciso mostrar que a solução radical não era ‘necessária’, diz o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Roberto Antônio Diniz”. **Estadão**. São Paulo, 05 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=8045>>. Acesso em: 04 jun.2016.

São Paulo entraram em greve:

Acostumados a reprimir protestos PMs vindos de dezenas de municípios gaúchos, agiram como sindicalistas, marcharam pelas ruas de Porto Alegre e promoveram um silvo que as paredes do Palácio Piratini, mais acostumadas às sinetas dos professores, jamais ouviram. (ZERO HORA, 18 jul.1997, p.1).

Ilustração 1 – Marcha da Polícia Militar em Minas Gerais no ano de 1997.



Fonte: Jornal "O Tempo". Greve da Polícia Militar. Publicado em 21 novembro. 2014.

A crise aberta pela Polícia Militar de Minas Gerais no mês passado já se alastrou pelas polícias de vários Estados e obrigou o Exército a ir para as ruas, até agora, em seis deles. Em Alagoas, a PM desafiou e enfrentou o Exército, transformando o centro de Maceió em praça de guerra, num fogo cruzado de cinco minutos. (JORNAL DO BRASIL, 18 jul.1997, p.1).

Ilustração 2– Greve de Policiais Militares do Estado de Minas Gerais no ano de 1997



Fonte: Isa Nigri. “Tiro na greve de policiais provoca a morte de um policial”. Jornal O Tempo, 24 jul.1997.

Oito municípios goianos do Entorno do Distrito Federal estão sem policiamento nas ruas desde a manhã de ontem, depois que todo efetivo do 10º Batalhão da Polícia Militar de Goiás decidiu não mais sair dos quartéis em protesto. (JORNAL DE BRASÍLIA, 22 jul.1997, p. 8).

Com fuzis e metralhadoras, 615 homens ocuparam ontem as ruas de Recife. Tropas federais policiam Campo Grande, Maceió, João Pessoa e Porto Alegre. Em São Paulo, o protesto das mulheres de PMs teve apoio do MST e da CUT. O governo pensa em decretar estado de calamidade em Alagoas para agilizar a liberação de verbas. (O GLOBO, 22 jul.1997, p.13).

Em diversos Estados essas greves foram duramente reprimidas com prisões e expulsões, apesar de lograrem conquistas salariais (ZAVERRUCHA, 2005, p. 150).

Após o ápice, os movimentos continuaram a ocorrer, principalmente no ano de 2001, com pequenos motins e o governo não hesitou em divulgar que poderia passar a missão de polícia ao Exército para os casos de emergência:

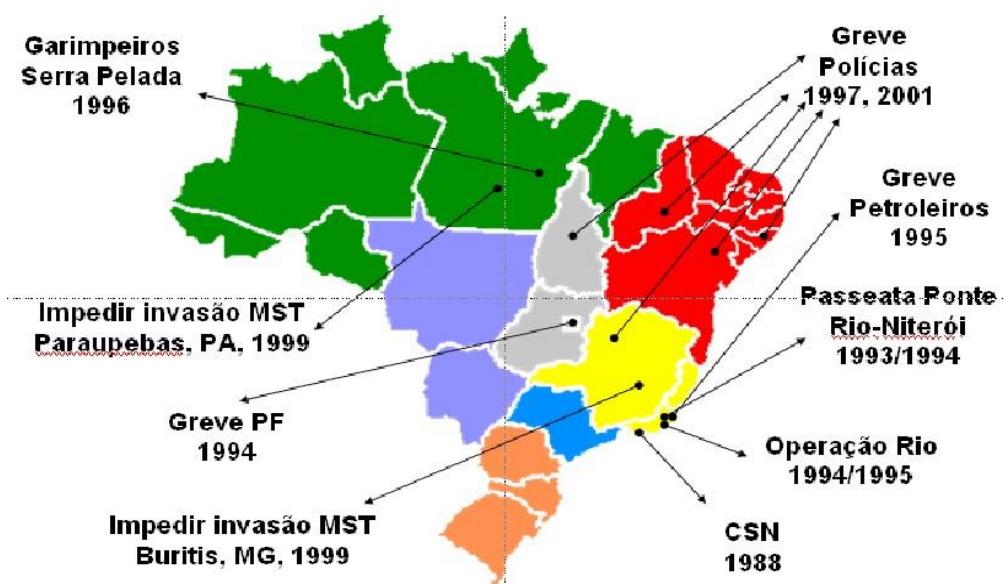
Se novas greves de policiais militares e civis acontecerem nos próximos dias, comprometendo a segurança pública, o presidente Fernando Henrique Cardoso irá assinar a medida provisória que dá poder de polícia às Forças Armadas. ‘O presidente afirmou que não irá hesitar em usar as

Forças Armadas se houver necessidade', disse o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB).¹⁴(FOLHA On Line, 2001).

Ação que foi realizada posteriormente, em 2001, pelo Decreto nº 3.897, de 24 de agosto, mediante o qual foram fixadas diretrizes para emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, o que na prática significa que o Exército tem o poder de polícia em ações de competência constitucional das Polícias Militares:

[...] Considerando a missão conferida pelo art. 142 da Constituição às Forças Armadas, de garantia da lei e da ordem, e sua disciplina na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; [...] Considerando o que se contém no PARECER AGU Nº-GM-025, de 10 de agosto de 2001, da Advocacia-Geral da União, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, conforme despacho de 10 de agosto de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte; [...] Art. 3º Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico. (BRASIL, 2001).

Ilustração 3 – Emprego do Exército Brasileiro em operações internas até 1999



Fonte: Fuccille (2001).

¹⁴FOLHA On Line, de 27 de julho, 2001, "FHC diz que não hesitará em usar Exército durante greves". Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33788.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Como é possível de se observar, em linhas atrás, o Governo já vinha utilizando as Forças Armadas em ações de segurança pública e, em 1999, fora publicada a Lei Complementar nº 97, que regulou a atuação das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Estas, conforme o Manual do Ministério da Defesa, são operações militares conduzidas pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública, do patrimônio e a segurança dos cidadãos em situações em que os instrumentos, para isso previstos no art. 144 da Constituição Federal de 1988, tenham se esgotado ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem. Depois, em 2001, o Decreto nº 3.897, de 24 de agosto, vem fixar as diretrizes para o emprego das Forças Armadas.

Segundo a imprensa divulgou à época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso elaborou, juntamente com alguns governadores que enfrentavam as greves dos policiais, medidas para manter o controle das polícias, endurecendo na proibição dessas greves, criando uma guarda nacional e forçando a unificação das polícias civil e militar:

[...] Também foi proposta a criação de uma espécie de Guarda Nacional, que passaria a atuar como polícia ostensiva, em qualquer Estado, no caso de greve na área de segurança pública. Ela poderia ser formada por tropas de elite dos vários Estados, que seriam deslocadas no caso de emergência [...]. Serão ampliados os estudos de unificação das polícias Civil e Militar, a partir da junção do comando, da formação profissional e da remuneração [...]. Também estão sendo estudadas medidas na área jurídica para que o Ministério Público tenha maior controle da atividade policial. (FOLHA Online, 2001).¹⁵

Além disso, já em 1998, por meio da Emenda Constitucional nº 18, de 05 de fevereiro, os policiais e bombeiros militares passaram de servidores públicos estaduais a militares estaduais:

Art. 2º. A seção II do Capítulo VII do Título III da Constituição passa a denominar-se 'DOS SERVIDORES PÚBLICOS' e a Seção III do Capítulo VII do Título III da Constituição Federal passa a denominar-se 'DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E

¹⁵FOLHA Online, de 27 de julho, 2001: "Em reunião com FHC, governadores propõem criação de uma Guarda Nacional que atuaria em casos de emergência". Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2707200101.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2017

DOS TERRITÓRIOS', dando-se ao art. 42 a seguinte redação:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (BRASIL, 1998).

Uma modificação que demonstra o sentido da administração federal em controlar os policiais por meio de legislação que acentua o militarismo e a subordinação às Forças Armadas e ao governo federal. Ideia esta reforçada por FHC, em seguida: "O que não se pode aceitar é a quebra da hierarquia, é a rebeldia, ainda que o fundamento seja de que o salário é mau", afirmou o presidente, em entrevista coletiva"¹⁶ (FOLHA On Line, 2001):

Os governadores estão propondo ainda a unificação das polícias civil e militar, a criação de uma espécie de Guarda Nacional para substituir as polícias estaduais em caso de emergência, proibir policiais de se filiarem a partidos políticos, como já ocorre hoje com militares das Forças Armadas e membros do Poder Judiciário, e transformar a remuneração das corporações sob a forma de subsídios, extinguindo-se o grande número de parcelas e gratificações.[...] Os governadores também querem a reforma do Código Penal, alegando que hoje é praticamente impossível punir um policial desonesto ou amotinado [no caso, um grevista]. (FOLHA, Online, 2001).¹⁷

Em relação à criação de uma guarda nacional, a promessa se cumpriu com o nome de Força Nacional, em agosto de 2004. Para pertencer à Força Nacional o militar, policial ou bombeiro deve ser oriundo do quadro de oficiais combatentes, possuir experiência operacional e ter disponibilidade de integrar a Força Nacional por até 90 dias em qualquer data:

A Força Nacional de Segurança Pública foi criada em 2004 para atender às necessidades emergenciais dos estados, em questões onde se fizerem necessárias a interferência maior do poder público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança. Ela é formada pelos melhores policiais e bombeiros dos grupos de elite dos Estados, que passam por um rigoroso treinamento no Batalhão de Pronto Resposta (BPR) (BRASIL. Ministério da Justiça, 05 mar. 2016).

¹⁶FOLHA, On Line. "Governadores querem proibir sindicalização de policiais e greves". 26 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33777.shtml?cmpid=softassinanteuol>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

¹⁷FOLHA, On Line. "Governadores querem proibir sindicalização de policiais e greves". 26 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33777.shtml?cmpid=softassinanteuol>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Segundo Jorge Zaverucha, quando escreve em seu livro sobre FHC, *Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia. 1999-2002*, o conceito para militarização seria: “[...] o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal em atividades de natureza civil, dentre elas a segurança pública [...]” (2005, p. 128). E mostra ao longo dos capítulos as contribuições do referido Governo de Fernando Henrique Cardoso nesse processo de militarização da segurança pública no Brasil.

Zaverucha (2005) denota ainda, em sua obra, que existe uma incompatibilidade entre a militarização da segurança pública e a democracia, o que inclui dizer que o fato de as Polícia Militares serem reserva do Exército demonstra a vontade ainda latente dos governos que não modificam esse ponto da legislação. A democracia não deve tentar resolver seus impasses civis com força militar e nem militarizar os conflitos sociais. Assim, o uso de termos como “combate à criminalidade”, “guerra contra o tráfico” e “montagem de forças-tarefas” evidenciam bem os discursos que tendem à militarização das questões de segurança pública num contexto de mudanças da legislação e de militares das Forças Armadas a assumirem cargos destinados às atividades de natureza civil.

Desse modo, seguiram-se diversas mudanças realizadas, no período do governo de FHC, que mostram a tendência e a efetiva militarização das polícias no país. O que foi impulsionado pelas diversas situações de violência em que a Polícia Militar se envolveu, causando desgaste de credibilidade perante a sociedade e também pelas greves que se sucederam.

É claro que estes episódios poderiam ter sido resolvidos de outra maneira, como por exemplo, com investimentos na segurança pública, com melhorias salariais, com mais diálogo com a categoria, com reformas na legislação que contemplassem a humanização das polícias, com investimentos no setor social do país, no setor da educação, enfim, diversas outras formas poderiam ter sido escolhidas que não o reforço do caráter militarizado da segurança pública e da resolução de problemas sociais.

Continuando com os esclarecimentos de Zaverucha (2005), o autor analisa que no Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um processo que o autor chamou de militarização da segurança pública, partindo da entrega da gestão da recém-criada SENASP, em 1997, nas mãos de generais do Exército. Em 2000, quando do lançamento do PNSP e, em seguida, da MCN, a SENASP fora

reestruturada para gerir o PNSP e, quem estaria à frente era um coronel da reserva do Exército. Assim como outros oficiais das Forças Armadas foram colocados à frente de outros setores importantes do país, como na Secretaria Nacional Antidrogas, no Conselho Nacional Antidrogas, no Comitê de Acompanhamento e Integração de Programas Sociais, entre outros. Até mesmo a Polícia Rodoviária Federal passou a ser comandada por um general em 1999 e o treinamento de seus agentes se passava no Exército até 2002.

Na mesma época, o governo de Minas Gerais, o então governador Itamar Franco, segundo Zaverucha (2005, p. 138-144), nomeou um general para Secretaria de Administração, intencionando adquirir apoio militar, já que as manifestações de policiais tinham justamente partido daquele Estado, o governo não queria por certo mais surpresas. Além disso, as relações entre Itamar, governador de Minas Gerais e o presidente FHC não estavam boas e houve, segundo o autor, uma queda de braço entre os dois políticos. Observe-se:

Em junho de 2000, as relações entre o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e o Presidente Fernando Henrique azedaram de vez. Irritado com a decisão presidencial de privatizar Furnas [...]. Itamar determinou o recrudescimento de operações de treinamento da Polícia Militar na área de Furnas [...]. Sentindo-se fragilizado, [...] nomeou general para posição política. (ZAVERUCHA, 2005, p.139).

A queda-de-braço entre o Presidente FHC e o Governador Itamar no ano de 2000, era no sentido de demonstrar quem tinha mais apoio militar. Naquele momento, ambos tentavam trazer para si generais que representavam poder armado, nomeando-os em cargos de natureza civil. Mais uma vez, apresenta-se o quadro das tendências dos políticos brasileiros à época em envolver as Forças Armadas nas situações do âmbito da política.

Em 2000 criou-se o Sistema Brasileiro de Inteligência, que passou a agrupar informações de inteligências tanto das Forças Armadas quanto das polícias, sob o controle dos generais. Em 2003, o cargo de ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, antiga Casa Militar, passa a ser privativo de oficial general das Forças Armadas e os demais cargos do novo Ministério ficaram divididos entre oficiais das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. Todas estas providências demonstraram o interesse do governo em manter as forças auxiliares sob controle das Forças

Armadas que por sua vez se mantinham fiéis ao governo.

O primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, editado no ano de 2000 (BRASIL, 2000), no governo Fernando Henrique Cardoso, ressaltava, em seu texto, como uma das providências para melhoria da área, a integração das polícias civis e militares por meio do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP):

[...] é viável adotar diversas iniciativas que possibilitem às polícias atuarem de forma integrada, compartilhando determinadas rotinas, procedimentos e estruturas, racionalizando a administração dos recursos humanos e materiais, e otimizando a eficácia do aparato policial. (BRASIL, 2000, p. 30).

Avançando na discussão, importa destacar que, na acepção do governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, o SUSP deveria iniciar o processo de integração das polícias estaduais pela revisão dos cursos de formação dos agentes:

Esse sistema de segurança pública unificado não se confunde com a junção das funções institucionais, legais, das polícias. Pressupõe, isso sim, a unificação da formação, da requalificação, das rotinas e das áreas de atuação das polícias civis e militares. A formação unificada das polícias é fator imprescindível para a integração coordenada, profissional e ética do trabalho preventivo e investigativo, tendo sempre como destinatário o cidadão, a sua defesa e a proteção de seus direitos. (BRASIL, 2000, p.31).

A Matriz Curricular Nacional aparece como parte das promessas anunciadas pelo governo federal à época das manifestações dos policiais, como resposta aos episódios violentos envolvendo as Polícias Militares e lançando mão dos preceitos dos direitos humanos em sua contextualização. Vale reportar que a matriz concretiza, em parte, a ideia divulgada pelo governo federal em 2001 sobre a unificação das polícias, pois a Matriz trata apenas da unificação da formação, mantendo diversas as missões das instituições:

O discurso agora concentra-se em integração, fazer as duas polícias trabalharem de forma a uma complementar o trabalho da outra, ao mesmo tempo em que compartilham atribuições. A experiência que existe nesse sentido é uma academia de polícia única no Pará, onde se formam policiais tanto civis como militares. O Espírito Santo vai atrás da ideia e já recebeu dinheiro do governo federal para levar adiante a proposta. (DIÁRIO DO GRANDE ABC Online, 2001).

Isso explica a reorganização curricular baseada no modelo de matriz que fora lançado e que passava a centralizar as diretrizes que orientariam os processos formativos das polícias estaduais brasileiras. Pois, a Matriz (BRASIL, 2003, p. 8) se coloca como um referencial nacional para formação em segurança pública. É uma proposta de instrumentos a permitirem orientar as práticas formativas, possibilitando unidade e respeitando as diversidades. Existe a observação quanto às características de cada região, pressupondo adaptações às necessidades próprias dos Estados.

[...] esta Matriz deve constituir-se num marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas por todas as polícias, contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP [...] e que requer uma integração de conhecimentos que vai além do desenvolvimento de currículos de forma fragmentada. (BRASIL, 2003, p.2-5).

Assim, vê-se o início do século XXI para a segurança pública no país como parte de uma sequência de situações desencadeadas na década de 90. Esta marcada por eventos envolvendo tanto a violência policial como também os movimentos grevistas protagonizados pelos próprios policiais militares.

Esses movimentos foram interpretados pelo governo brasileiro como perda de controle tanto da população quanto de suas forças estaduais. O que levou o presidente a traçar medidas a longo prazo, partindo de um Plano Nacional de Segurança Pública e que realizasse mudanças inclusive na formação dos profissionais, por meio de uma Matriz Curricular Nacional. Essas medidas visaram integrar a formação das polícias civis e militares, bem como corpo de bombeiros, assim também posicionar as polícias militares como servidores militares estaduais, mantendo-as sob a égide da disciplina e hierarquia das Forças Armadas.

Este capítulo mostrou que as Instituições têm respondido aos movimentos da sociedade, estando longe de serem instrumentos inertes nas mãos dos governantes. A história provou que os policiais militares, longe de serem uma massa manipulada, são também sujeitos das suas próprias ações. Eles podem ser preparados para obedecer apenas, porém, diversos fatos ao longo da história, mostram que lideranças surgem dentro das Instituições levantando pensamentos diferentes e fazendo com que se caminhe num sentido diversa vontade do Estado e da sociedade, ou seja, com um sentido e uma direção própria.

Mas é preciso observar que, os movimentos de mudanças em qualquer setor e, em especial, na segurança pública não são lineares. A existência de concepções diferentes sobre o que é e, para quem seriam os Direitos Humanos, ainda persiste na sociedade brasileira e talvez isso esteja impedindo a completa implementação da Matriz, pois nem todos estão convencidos de que esse é o melhor modelo. Além disso, a prática de uma nova organização curricular tem que negociar com a cultura institucional fortemente alimentada pelo sistema em que se insere, o que não seria garantia de mudanças significativas.

CAPÍTULO 3 – DELIMITANDO UM CAMPO DE CONHECIMENTO

Todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.

Pierre Bourdieu (1996, p. 15)

Esta pesquisa tem como marco temporal, o lançamento da Matriz Curricular Nacional no ano de 2003. Porém, uma vez que os estudos em estado da arte requerem continuidade para constante atualização bibliográfica e científica, mas que se efetivam em etapas, esta pesquisa delimitou o ano de 2014 como marco final, privilegiando assim o período que vai de 2003 a 2014. Outras possibilidades de recortes ficam para futuras pesquisas sobre o tema.

Quanto à definição dos períodos a serem assinalados e do marco espacial da pesquisa são acontecimentos que devem ser localizados na história para então elaborar as perguntas e observações necessárias à pesquisa. Também é interessante contextualizar os marcos definidos com os demais acontecimentos, mesmo aqueles de outras áreas, montando assim um panorama, um cenário de tudo que envolveu o objeto da pesquisa à época. Esse processo de construção do conhecimento deve ser acompanhado pela consciência das limitações e possibilidades tanto do pesquisador como da própria pesquisa quanto à análise da totalidade da conjuntura, ou seja, da realidade. Como diz Pedro Demo,

O maior problema da ciência é a realidade, tanto no sentido de que ela tem como questão central atingir a realidade da melhor maneira possível, como no sentido de que este atingimento é sempre apenas parcial e imperfeito. Por isso pesquisamos, porque a realidade nunca estará suficientemente estudada. (1985, p.13).

Quanto ao marco espacial, decidiu-se a princípio pela delimitação da região sudeste por incluir as forças policiais dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro que trazem em seu processo histórico acontecimentos que demonstram seu pioneirismo diante das demais PMs brasileiras. Poderíamos destacar em primeiro lugar o levante do qual se originou a Coluna Prestes, em

1924, quando o Major da Força Pública Miguel Costa liderou um aquartelamento num bairro do centro de São Paulo, depois disso, a Força se dividiu, de um lado um grupo que apoiava o movimento e, de outro, o grupo dos que defendiam o governo. Daí a coluna se encaminhou ao interior do país arrebanhando seguidores das demais Forças Públicas. E, em segundo lugar, por Minas ter protagonizado o primeiro movimento grevista de policiais militares da história do país em julho de 1997, quando os praças de Belo Horizonte pararam os serviços e foram para a rua reivindicar melhorias de condições de trabalho, sendo seguidos por outros Estados da Federação. Este episódio desencadeou diversas mudanças no sistema de segurança pública do país e principalmente para as PMS, inclusive na elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública e, em seguida, a Matriz Curricular Nacional. Além do fato de que o Estado do Rio de Janeiro recebeu a Família Real Portuguesa no ano de 1808, sendo beneficiado com diversas adequações para abrigar a Corte de Portugal. Dentre elas se deu a criação da Academia Real Militar que no futuro se tornaria a Academia Militar das Agulhas Negras, e também a criação da Guarda Real de Polícia de Corte a qual daria origem às Polícias Militares.

Naquilo que concerne aos fatos, destacam-se os acontecimentos que marcaram a sociedade e as polícias militares como feridas abertas até os dias atuais. Os massacres do Carandiru, em 1992, em São Paulo; de Vigário Geral, em 1993, no Rio de Janeiro; e de Diadema, em 1997, em São Paulo. Estes fatos contrastam com o clima das revoluções tanto no processo histórico destas Polícias quanto no contexto de reivindicações dos praças, a partir de 1997.

Além disso, esta pesquisa pretende pontuar de que forma esses episódios envolvendo as Polícias Militares da região sudeste influenciaram o desenvolvimento das pesquisas das universidades dessa região, ao mesmo tempo em que tenta cotejar com os da região centro-oeste, a partir do levantamento das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos programas de pós-graduação em Educação, situados em ambas as regiões. Este levantamento visa também compreender os caminhos e tendências que estas PMs vêm se pautando no que diz respeito à profissionalidade e formação de seus oficiais, a partir do processo de produção científica dos Programa de Pós-Graduação em Educação dessas regiões.

Por sua vez, a região centro-oeste se destaca na pesquisa por incluir o

estado de Mato Grosso, onde sirvo como policial militar, no posto de oficial, e desempenho funções na área de educação. Fato este que me possibilitou a participar de discussões sobre o ensino superior e a formação de oficiais nas Polícias Militares do país e despertou em mim algumas questões alusivas a esse processo. A efervescência das discussões sobre esta temática impulsionara a organização de um evento sobre o tema, o qual já fora comentado anteriormente e que destacaram a região centro-oeste como pioneira no assunto (ver p.49-50).

Diante da percepção da necessidade de socialização do que já se conhece sobre a temática proposta, além da importante contribuição para a consolidação do conhecimento, descortina-se a oportunidade de desenvolvimento da pesquisa no campo teórico da área de educação. As transformações ocorridas tanto na área de educação quanto na Segurança Pública motivaram-me a optar pela realização de uma pesquisa em “estado da arte” ou “estado do conhecimento”.

3.1 Questões Metodológicas: o Olhar do Pesquisador

Os pesquisadores franceses Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p.45) advertem que a escolha do objeto de pesquisa depende da construção/escolha teórica do pesquisador, quando citam a frase de Saussure de que “[...] o ponto de vista [...] cria o objeto”, ou quando relembram a ruptura weberiana com o realismo ingênuo que acredita que o que percebe de imediato corresponde ao que as coisas realmente são. Assim afirma Weber em *Essais sur La théorie de La science*.

Não são as relações reais entre as ‘coisas’ que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas as relações conceituais entre problemas. É apenas nos campos em que é aplicado um novo método a novos problemas e em que são descobertas, assim, novas perspectivas que surge também uma nova “ciência”. (WEBER, 1965, p. 146 apud BOURDIEU et al., 1999, p.45, grifo dos autores).

O esforço de se precisar o objeto de pesquisa gravita em torno da órbita de conhecimento do pesquisador que num esforço intelectual busca não se deixar prender nas malhas que a aparência tece na realidade imediata, ou em outras palavras, na superficialidade dos fenômenos que emergem no nosso dia a dia.

Ainda na mesma direção, segundo Stubbs e Delamont (1976), “[...] a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado” (STUBBS; DELAMONT, 1976 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.15). Esta não é uma escolha a *priori*, ela emerge da análise dos dados e do olhar do pesquisador, de seu posicionamento no campo de estudo, como já observaram diversos teóricos da ciência “[...] não é possível ver a realidade sem um ponto de vista” (DEMO, 1985, p. 19). Segundo as ponderações de Vieira:

Nesse processo destaca-se a necessidade de o pesquisador compreender que a realidade social é sempre muito mais rica e abrangente do que a sua construção teórico-metodológica, que, de certa forma, a reduz e a artificializa, além do fato de não existir uma construção histórica neutra da realidade, mas sempre situada e interpretada a partir de critérios hermenêuticos do pesquisador. Esse desafio só pode ser superado pela experiência do pesquisador que, consciente da particularidade de qualquer abordagem, faz dessa premissa o limite de sua pesquisa, evitando, assim, a deturpação dos fatos, as afirmações apressadas, as generalizações etc. (VIEIRA, 2006, p. 21).

Assim, parece-me importante tecer aqui algumas rápidas considerações, uma vez que este procedimento afeta de modo crucial o desenvolvimento da presente pesquisa que se pretende levar adiante. Primeiro, merece relevo destacar que, nesta pesquisa, há momentos que requerem a narrativa na primeira pessoa, por se tratar de depoimentos e percepções vivenciadas e experienciadas pela pesquisadora, posicionada no mesmo campo dos fenômenos observados, e há momentos que carecem do emprego da narrativa no modo impessoal na tentativa de buscar um maior afastamento em relação aos fenômenos observados. De acordo com Demo:

Não podendo ser realizada a objetividade, por razões lógicas e sociológicas, e permanecendo ela o ideal máximo da ciência, dizíamos que o critério mais importante da demarcação científica é a objetivação, a saber, o esforço controlado de conter a subjetividade dentro dos limites da suposta objetividade (deixar os fatos falar!). Trata-se de um *esforço*, porque não o conseguimos realizar plenamente, mas é essencial conservarmos esta meta, para não fazermos do objeto construído um objeto inventado. (DEMO, 1985, p. 19, grifos do autor).

Pois, como frisa Nietzsche (1995, p. 53), só se escreve sobre aquilo que se vivencia: “[...] não se tem ouvido para aquilo a que não se tem acesso a partir da experiência”, ou Demo ao dizer que “[...] ninguém coloca uma pergunta se nada sabe da resposta; pois se nada soubesse da resposta, não haveria o que

perguntar” (1985, p. 21). Sendo eu uma policial militar, formada oficial numa Academia de Polícia Militar em Mato Grosso, acrescento certas propriedades no momento de escolha do tema e do objeto de pesquisa, bem como essa atitude estabelece, como ponto positivo, ressignificação na reflexão sobre as experiências vividas ante o processo de pesquisa, criando, por outro lado, um caminho para a reverberação dos próprios valores, o que não dispensa os devidos cuidados extras quanto aos rigores teóricos e metodológicos, uma vez que “[...] embora todo cientista seja treinado a afastar-se das ideologias, não se pode esquecer que é também um ideólogo, mais do que um cientista” (DEMO, 1995, p. 20) e, no meu caso, a busca por essa objetividade ganha contornos de uma intensa luta interna.

Marli André (2001), ao discorrer sobre os novos panoramas dos trabalhos de pesquisa no Brasil, adverte para o fato de que a partir das décadas de 80 e 90, com a maior projeção dos cursos de pós-graduação, as pesquisas ganharam outros olhares e lugares de análise. Antes mais voltadas para ações controladas, como as realizadas em laboratórios, grandemente influenciadas pelo modelo positivista, passaram a ganhar o vasto campo da cotidianidade das relações estabelecidas, no caso em particular observado pela autora, o campo escolar. Com isso, o lugar do pesquisador também sofreu mudanças. Se antes o pesquisador era aquele que privilegiava um olhar de ‘fora’, distanciado de seu objeto, se é que isso é possível, nas últimas décadas “[...] tem havido uma grande valorização do olhar ‘de dentro’, fazendo surgir muitos trabalhos em que se analisa a experiência do próprio pesquisador ou em que este desenvolve pesquisa com a colaboração dos participantes” (ANDRÉ, 2001, p. 54, grifo da autora).

Diante desse “olhar do pesquisador”, tomando por base os princípios de André (2001), atentarmos para os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, parece-me a condição primordial para o desenvolvimento da presente investigação. Mas, por outro lado, sendo a realidade social muito mais abrangente do que os recortes artificiais e provisórios que fazemos dela, sabemos que esses instrumentais analíticos são apenas um parâmetro para nos aproximarmos com maior cautela dessa realidade.

Para o aprofundamento da discussão sobre o que tenho chamado aqui de “olhar do pesquisador”, e como forma de ilustração passo a utilizar parte da pesquisa de doutorado de Vieira (2000), visando tentar explicar esta ambiguidade do pesquisador que desenvolve pesquisa no interior do próprio campo

depertencimento.

O termo "ambivalência" utilizado por Vieira em sua pesquisa, diz respeito àquele observador que pertence a um determinado campo da esfera social e, que, ao mesmo tempo, é um pesquisador do próprio fenômeno ao qual é intrinsecamente participante enquanto profissional, seja na esfera religiosa, como é o caso do estudo feito por Vieira (2000), seja nas esferas da vida social de modo geral. Hoje existem diferentes abordagens no campo da antropologia, da história da literatura e mesmo da educação, que reconhecem a importância desse duplo pertencimento, é o caso, por exemplo, das abordagens (autoetnografia, autobiografia, história de vida, escrita de si, pesquisas participantes etc.) que levantam novas questões ao modo narrativo da produção do conhecimento científico, difundida no final do século XIX e início do XX e ainda, de certa forma, majoritária comandada pelo positivismo.

Segundo o critério formal de ambivalência, ainda que o pesquisador/militante tenha a capacidade de transitar entre duas esferas sem deixar que uma se sobreponha à outra, sua visão estará sempre condicionada por sua posição e função dentro do perímetro de deslocamento (VIEIRA, 2000, p. 38). Para aprofundar esta questão, Vieira traz para discussão o princípio da relatividade, estabelecida por Einstein, que dentre outros:

[...] atribui à figura do observador um papel preponderante, já que a descrição e compreensão dos fatos relativos a um determinado fenômeno depende do movimento do observador, que não é uma figura externa, mas interna ao processo, operando assim uma reviravolta no *Cogito* cartesiano que propunha como ponto de partida para a aproximação científica o afastamento do sujeito do objeto do conhecimento. (VIEIRA, 2000, p. 38, grifo do autor).

Pesquisadores mais inclinados à visão positivista das ciências sociais preferem ver neste deslocamento um princípio de "ambivalência", que compromete e inviabiliza a objetividade do pensamento científico. Na busca de uma solução, Vieira (2000) argumenta que as reflexões produzidas por Mendonça (1997, p.39) contribuem muito para a superação da visão dicotômica a respeito dessa questão quando alude que: "[...] o que deve estar em questão não é a biografia do pesquisador, pois esta só é capaz de nos revelar as suas motivações [...]". A avaliação do trabalho do pesquisador tem de partir "[...] primariamente da sua contribuição teórica para o avanço do conhecimento." (MENDONÇA, 1997, p. 39

apud VIEIRA, 2000, p. 38). Observação contundente que ganha abrangência quando ampliamos o leque da discussão para o campo social como um todo, segundo observamos na preocupação de alguns sociólogos.

Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p. 23) "[...] a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência por que ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade". Vieira, acompanhando as argumentações dos sociólogos franceses, defende que para haver uma ruptura desta familiaridade no campo social, há que se impor, ato do pesquisador, "[...] uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável" (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 23 apud VIEIRA, 2000, p.38).

Logicamente, esse deslocamento da posição do pesquisador vai exigir aperfeiçoamento e "[...] questionamento dos instrumentais teóricos-metodológicos disponíveis e dos parâmetros usuais para o julgamento da qualidade do trabalho científico" (ANDRÉ, 2001, p. 54), principalmente quando reivindica-se participação no campo da educação, procurando estudar um objeto que não se adéqua, em todas as suas características, aos instrumentais frequentemente utilizados pela área, mas que se aproxima mais das potencialidades interpretativas das ciências sociais, como parece ser o caso desta temática aqui levantada.

Na tentativa da superação desse saber imediato por um saber construído coletivamente, a partir de uma perspectiva crítica, voltemos a falar sobre a produção do conhecimento como algo realizado no coletivo da comunidade científica, como um processo constante de busca numa relação dialética que se dá entre os estudos anteriores e as novas produções. Para Alvez-Mazzotti,

A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombras e lacunas que merecem ser esclarecidas. (ALVES- MAZZOTTI, 2002, p.27).

Este processo de verificação do estado atual do conhecimento se faz

necessário, pois “[...] ajuda o pesquisador a definir melhor seu objeto de estudo e a selecionar teorias, procedimentos e instrumentos ou, ao contrário, a evitá-los, quando estes tenham se mostrado pouco eficientes na busca do conhecimento pretendido” (ALVES-MAZZOTTI, 2002, p. 27). Muito embora a pesquisadora esteja referindo-se a uma exigência indispensável para a elaboração de um projeto de pesquisa, ou seja, como condição *a priori* à elaboração de um estudo mais profundo de pesquisa, como uma dissertação de mestrado e/ou de uma tese de doutorado, é possível aproveitar destes mesmos critérios como guia para a condução do próprio estudo quando o pesquisador, por inexperiência, necessita apropriar-se, de modo mais específico, do conhecimento já acumulado no campo temático do conhecimento pretendido. Ou seja, fazer desse processo – a análise crítica do estado atual do conhecimento – o seu próprio estudo. Creio que esta é a primeira condição rumo à superação do que vimos acima sobre a “ambivalência” do pesquisador.

Contudo, deve-se tomar alguns cuidados para não se deixar guiar por tipos de revisões amplamente encontrados em relatórios acadêmicos do tipo dissertações e teses que, pela pouca experiência de seus pesquisadores, adotam um caráter fragmentário com variedade de abordagens teóricas e metodológicas, criando, por vezes, dificuldades para a sua apropriação e relevância. “Muitas vezes, resultados conflitantes que focalizam um mesmo tópico são devidos à utilização de diferentes procedimentos, unidades de análise, bem como ao tipo de população envolvida” (ALVES-MAZZOTTI, 2002, p. 29).

Nas palavras de Bourdieu et al. (1999), a simples coleta de dados não basta para responder às questões para as quais não foram suscitadas. Seria preciso antes sua análise no complexo dos fatos em que estão envolvidos e mediante determinada perspectiva teórica para que houvesse, no dizer dos sociólogos, sua “retradução”. Sim, retradução, pois estes dados, a princípio, são expostos a determinados tipos de análise, são constituídos para determinado fim e, após isso, são redirecionados, e podem ser analisados sob outra perspectiva que não aquela primeira: Entretanto, “[...] não se trata de contestar, por princípio, a validade da utilização de um material já usado, mas sim lembrar as condições epistemológicas desse trabalho de retradução que incide sempre sobre fatos construídos (bem ou mal) e não sobre dados” (1999, p.49).

Essa reflexão sobre o trabalho do pesquisador incide ainda sobre a

construção do objeto de pesquisa, pois quando se procura “retraduzir” ou reinterpretar os dados, se está diante da construção de um novo objeto de pesquisa que, por sua vez, gera novos conhecimentos. De acordo com Bourdieu et al. (1999, p. 49), esse processo exige uma exposição metódica das problemáticas que envolvem esse objeto e de seus princípios de construção. Assim, as pesquisas levantadas neste estudo tomam a forma de objetos de pesquisa, de dados, na medida em que possuem a característica de abordarem como tema a formação de oficiais das polícias militares do Brasil com o objetivo de lhes “[...] conferir outro sentido” (1999, p.49).

Seguindo o entendimento desses pesquisadores franceses (1999), o objeto selecionado para esta pesquisa sofrerá uma “retradução”, na medida em que será observado sobre um outro sistema teórico, levando-se em conta que são estudos realizados cada qual com sua abordagem própria do tema formação de oficiais e também com suas próprias perspectivas e motivações.

3.2 Estado da Arte: Reflexões Teóricas e Metodológicas

De acordo com Minayo (1994), a metodologia é o caminho percorrido pelo pensamento e sua trajetória prática para conseguir abordar a realidade, tornando-se um ponto importante e relevante para a pesquisa, isto é, seu norte. Cada metodologia demanda métodos correspondentes para o proceder das pesquisas, de acordo com os objetivos buscados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Assim, a metodologia propõe os métodos a serem empregados e a forma de se obter as respostas por meio dos processos da ciência. Dessa maneira, o método é a ordenação de etapas a serem concluídas uma a uma na construção da pesquisa e, que, segue as necessidades da metodologia escolhida para se alcançar a cientificidade do trabalho investigativo. O método auxilia na coleta de dados e também reforça a confiabilidade nos resultados.

No presente caso pretende-se desbravar um campo investigativo relativamente novo, qual seja, o campo da formação de oficiais das polícias militares, numa perspectiva de análise em estado da arte, ou seja, um método pouco explorado pelas Ciências Humanas, de acordo com Alves-Mazzotti:

Infelizmente, são poucas as revisões produzidas no Brasil sobre o

conhecimento acumulado numa dada área[...]Prática tradicional nos países desenvolvidos, a elaboração dos chamados estados da arte entre nós fica muito restrita a capítulos encontrados em teses e dissertações de mestrado e doutorado. (2002, p. 28).

Por se tratar de uma metodologia pouco utilizada no Brasil, busco me apoiar nos estudos de pesquisadores como Romanowski e Ens (2006), Ferreira (2002), Luna (2002), Soares (1989, 2000), dentre outros pesquisadores de relevância para a pesquisa em “estado da arte”.

Ao falar sobre os procedimentos e limites dos estudos denominados de “estado da arte” no Brasil, as pesquisadoras Romanowski e Ens (2006) revelam que o interesse por esse tipo de pesquisa:

Deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de iniciar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. (2006, p. 39).

E afirmam que esse tipo de pesquisa é imprescindível para se apreender a amplitude do que vem sendo produzido em uma determinada área de conhecimento, além de favorecer a compreensão de como se dá a produção do conhecimento nesta área, por meio da circulação de teses, dissertações e artigos num determinado período. De acordo com as autoras:

A necessidade de realizar estados da arte já foi indicada por Lüdke (1984, p.80), no Seminário ‘A Didática em Questão’, pois, segundo ela, podem constituir ‘um marco histórico’, de uma área de conhecimento possibilitando verificar sua evolução. Esse tipo de pesquisa, que segundo Brandão (1986, p.7) é usual na literatura científica americana, é pouco conhecido entre pesquisadores no Brasil. O termo estado da arte resulta de uma tradução literal do Inglês, e, conforme a autora, tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em determinada área. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40, grifo das autoras).

No Brasil, esta prática ganhou relevância com os trabalhos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Comitê dos Produtores de Informação Educacional (COMPED), e com o aumento de pesquisas envolvendo temas sobre formação de professores, currículo, metodologia de ensino, identidade e profissionalização docente, políticas de formação e formação

continuada, mas frise-se que ainda há poucos trabalhos dedicados à pesquisa em estado da arte, “[...] menos ainda aqueles que escrevem e teorizam sobre este tipo de pesquisa” como advertem Palanch e Freitas (2015, p. 785).

Parece-nos que o Estado da Arte, enquanto metodologia de pesquisa, ainda encontra-se envolto em um grande mistério, não apenas em seu formato e forma de coleta de dados, mas também na análise desses dados, impossibilitando, assim, que os conceitos obtidos em diferentes manuais de pesquisa científica sejam revistos e ampliados. Ao buscarmos informações específicas sobre esta metodologia, entraremos em uma seara ainda bastante complexa, encontrando quase sempre o silêncio dos antigos compêndios, ou indicações que se resumem basicamente no formato catalográfico. Poucas são as indicações que acenam para a possibilidade de a pesquisa ser exclusiva no formato de Estado da Arte. (PALANCH; FREITAS, 2015, p.785).

Soares (1989), em sua pesquisa sobre *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*, revela que as pesquisas em estado da arte apresentam um caráter bibliográfico, e têm como procedimentos inventariar e sistematizar trabalhos em determinada área do conhecimento. Apesar de serem recentes no Brasil mostraram-se essenciais, porquanto podem levar à apreensão da situação em que se encontra determinado tema. A autora ainda esclarece que esse tipo de estudo é importante no desenvolvimento da ciência, na organização das informações e dos resultados já obtidos. Esta metodologia é capaz de evidenciar as contradições existentes no campo e indicar caminhos a serem pesquisados.

De acordo com Luna, o estado da arte tem como um dos objetivos:

[...] do estado atual de uma determinada área de pesquisa: o que já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos. Entre as razões que tomam importantes estudos com esse objetivo, deve-se lembrar que eles constituem uma excelente fonte de atualização para pesquisadores fora da área na qual se realiza o estudo na medida em que condensam os pontos importantes do problema em questão. (LUNA, 2002, p.83).

Além disso, o que caracteriza os trabalhos científicos atualmente são os constantes questionamentos e dúvidas, pois que a ciência se encontra num ponto de avanço e discussões em diversos temas que a única motivação capaz de fazer progredir o pesquisador é sua curiosidade em busca de novas respostas, novos campos de estudos, novas abordagens sobre o que já se conhece e novas indagações.

Nesse sentido, as pesquisas em estado da arte têm sua alavanca

motivacional exatamente na busca por uma nova abordagem em torno daquilo que já se acredita discutido e conhecido o suficiente. E seu enfoque permanece na pesquisa bibliográfica. Um mapeamento que possibilita encontrar repetições bem como progressos no tema em questão e que a princípio parece esgotado ou desconhecido. Além disso, com essa metodologia é possível detectar delineamentos teóricos que mostram as tendências que as pesquisas vêm tomando.

Muito longe de apenas mapear o estado de determinado conhecimento, essa metodologia torna-se útil em duas situações: primeiro, na consolidação de uma área do conhecimento ou um campo de pesquisa, o que leva a demonstrar seu progresso em termos de cientificidade e, por outro lado, também pode tornar-se um marco na indicação de novos rumos a serem delineados.

[...] da mesma forma que a ciência se vai construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto ora outro, ora uma metodologia ora outra, ora um referencial teórico ora outro, também a análise, em pesquisas de 'estado do conhecimento' produzidas ao longo do tempo, deve ir sendo paralelamente construída, identificando e explicitando os caminhos da ciência, para que se revele o processo de construção do conhecimento sobre determinado tema, para que se possa tentar a integração de resultados e também, identificar duplicações, contradições e, sobretudo, lacunas, isto é, aspectos não estudados ou ainda precariamente estudados, [e] metodologias de pesquisa pouco exploradas. (SOARES; MACIEL, 2000, p.6, grifo dos autores).

O trabalho realizado com este tipo de metodologia traz em si a necessidade de identificar, selecionar e classificar documentos de acordo com objetivos e necessidades da pesquisa. São escolhidas categorias para a busca e depois a análise dos resultados. Na descrição do material encontrado deve-se evidenciar suas peculiaridades, assim como os caminhos que indicam para o campo pesquisado, além das possibilidades que apontam na ciência em prol da sociedade e suas lacunas como sugestões de novas pesquisas.

Após encontrar as tendências apontadas pelas pesquisas, o pesquisador observa também os pontos em que existem falhas, lacunas em relação ao tema, ou seja, novas possibilidades que refletem o caminho por onde as pesquisas devem ainda avançar naquele campo de estudos. Nesse sentido, a busca em estado da arte se baseia em trabalhos científicos como dissertações, teses e artigos. Ferreira argumenta que:

Um segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui, ele deve buscar responder, além das perguntas 'quando', 'onde' e 'quem' produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a 'o quê' e 'o como' dos trabalhos. (FERREIRA, 2002, p.265, grifo do autor)

Para o pesquisador que escolhe trabalhar com esta metodologia existe sempre algo a mais a ser buscado, sempre um enigma a ser desvendado, como se nada estivesse acabado, nada estivesse de fato esclarecido demandando dúvidas e questões a serem levantadas. Para este tipo de pesquisa a curiosidade recai de forma a abalar estruturas postas, conceitos estabelecidos e realidades que assumiram a forma de naturalidade.

Outra característica importante do estado da arte é o recorte temporal e a especificação máxima do objeto de estudo, devido à quantidade de produções a serem buscadas nas diversas bases de dados disponíveis. Se diferencia pela atualização do conteúdo já produzido, dando conta das relevâncias notema.

A preocupação com a forma sistemática do método em estado da arte permite que os resultados sejam reconhecidos e usados por outros estudiosos com maior confiabilidade, evitando a repetição e perda de tempo com estudos já realizados, permitindo que se foque apenas nas lacunas que ficam evidentes ou mesmo reutilizar resultados já apresentados, desenvolvendo os temas já estudados. Há aí a economia de tempo e de recursos para a pesquisa, além do fortalecimento da área do conhecimento.

Áreas ainda existem que sofrem o problema da fragilidade dos estudos teóricos por falta de sistematização das pesquisas. Em muitos casos, os problemas já estão exaustivamente discutidos, mas devido à quantidade de trabalhos publicados e diversas bases de dados, o processo de busca e identificação dessas pesquisas torna-se um processo complexo e cansativo. Importante salientar que, para uma área de conhecimento, este tipo de pesquisa se torna relevante por ser considerado o ápice do levantamento teórico- científico, já que se baseia numa gama de estudos anteriores sobre um assunto determinado, permitindo sua análise e avaliação de um ponto de vista privilegiado do pesquisador.

As pesquisas em estado da arte ainda se diferenciam de pesquisas de

Revisão Bibliográfica devido ao enfoque analítico-crítico do pesquisador, primeiramente numa seleção sobre os documentos e depois sobre seu conteúdo. De acordo com Ferreira (2002, p. 258), essas pesquisas têm apresentado em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Tentam responder quais os aspectos que têm sido destacados, os períodos e lugares de determinados temas, assim também, as formas e condições de suas produções.

Partindo do entendimento de que a formação de oficiais PM é ponto importante para compreensão da segurança pública e de suas problemáticas esta pesquisa se dispõe a fazer um levantamento das pesquisas científico- acadêmicas que contemplem a temática do conhecimento produzido sobre a formação de oficiais PM nas regiões sudeste e centro oeste do Brasil. Segundo Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 7),

[...] trabalhos científicos, principalmente aqueles produzidos na academia, apresentam compreensões diversas do estado da questão. Explicitar essas compreensões e seus significados constitui preocupação [...] oriunda de debates e discussões em disciplinas e seminários de metodologia de pesquisa, bem como em sessões de orientação de monografias, dissertações ou teses.

As questões sobre a formação de policiais militares em geral têm tido destaque em meio à sociedade e principalmente na academia, por isso é importante buscar as concepções que têm merecido espaço no desenvolvimento das pesquisas. Daí a relevância deste estudo com a intenção de analisar as produções científicas na tentativa de demonstrar a evolução da temática ao longo do período de 2003 a 2014 no campo da educação.

O conhecimento do estado da arte sobre formação de oficiais é extremamente importante, pois trata de uma pesquisa que pode contribuir para a melhorias nas políticas de segurança pública, voltadas para o cumprimento dos direitos humanos e que assegurem o melhor atendimento aos cidadãos, partindo, inclusive, da formação desses profissionais, sob o prisma da própria educação.

Este trabalho destaca-se na escolha do tema de relevante importância e que contribuirá com o avanço do conhecimento em formação tanto para a área de educação quanto para a Segurança Pública, a partir do levantamento dos problemas que ainda não foram pensados, assim também explorando um campo

temático ainda incipiente de pesquisas.

Com esta perspectiva, este trabalho interessa tanto a pesquisadores da educação quanto à própria Polícia Militar e a Segurança Pública, uma vez que a formação de oficiais policiais militares diz respeito ao futuro destas Instituições, pois o aluno oficial ou o futuro oficial das Polícias Militares ao findar com êxito seu curso de formação e também um período de estágio probatório como aspirante a oficial, recebe o título de 2º Tenente da Polícia Militar, o qual, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL, 2010, p. 33):

Comandam pelotão, coordenam policiamento ostensivo, reservado e velado; assessoram comando, gerenciam recursos humanos e logísticos, participam do planejamento de ações e operações, desenvolvem processos e procedimentos administrativos militares, atuam na coordenação da comunicação social; promovem estudos técnicos e capacitação profissional.

Após certo tempo de carreira como Oficial da Polícia Militar, o tenente, mediante requisitos determinados, galga os demais postos até chegar ao escalão superior do círculo de oficiais, que tem como funções:

[...] comandar unidades de Polícia Militar e elaborar os planos diretores da instituição. Planejar ações estratégicas, definir ações táticas e executar ações operacionais. Gerenciar atividades administrativas, administrar recursos humanos e manter hierarquia e disciplina (BRASIL, 2010, p.29).

Significa dizer que o profissional a se formar em um Curso de Formação de Oficial (CFO), tem como objetivo de carreira o comando da Instituição, seja nas operações nas ruas das cidades, seja nas questões estratégicas e políticas que envolvem a integridade do Estado e a segurança da população. Sendo de primordial importância o conhecimento científico deste campo tanto para as pesquisas em educação quanto para a Segurança Pública.

Nessa questão também encontramos a importância do oficial como sujeito que incorpora e reproduz o *habitus* institucional, pois que “Comandam pelotão [...] atuam na coordenação de comunicação social; promovem estudos técnicos e capacitação profissional” (BRASIL, 2010, p. 33).

Foram utilizados os seguintes descritores para a busca nos bancos de dados: *polícia militar*, *policiais militares* e *segurança pública*. Dentre os trabalhos encontrados, foram selecionados aqueles que tratam da formação de oficiais, de

acordo com a leitura de cada título, resumo, sumário e da introdução. A leitura dos resumos foi feita repetitivamente para garantir que mesmo aquelas pesquisas que não apresentavam os descritores indicados nas palavras-chave, mas que tratavam do tema proposto, pudessem ser incorporadas (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.44).

A pesquisa se inicia com o levantamento no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na busca aos Programas de Pós-Graduação em Educação das regiões centro-oeste e sudeste, a partir de uma lista de programas atualizados fornecida pelo Fórum Nacional dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPRED).

O olhar que perscruta os temas voltados à violência e à criminalidade, por certo, se dirige também aos agentes envolvidos diretamente com tais cenários, quais sejam, os policiais militares. Assim adentra o pesquisador no universo policial militar e sua complexidade. As atividades que envolvem a rotina da PM de atuação, levam a pensar em como este profissional chega nas ruas, como é preparado para lidar com os conflitos com os quais se depara, ou seja, como se dá sua formação profissional.

Assim é que se constroem os temas que buscam olhar o dia-a-dia dos agentes de segurança pública, responsáveis pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. A questão aqui é: se a área de educação tem se interessado pela formação desses profissionais e do que as pesquisas desenvolvidas têm tratado. Além disso, de onde partiriam esses olhares? Melhor dizendo, quem são os pesquisadores que se importam com estas questões? Estas perguntas são importantes no processo de pavimentar o caminho da consolidação do campo da ciência que estuda a formação dos agentes da segurança pública. E a pesquisa sobre o estado do conhecimento pretende ajudar nesse sentido, ordenando os resultados de teses e dissertações apresentados até aqui, mostrando as perspectivas que se integram e outras que se opõem e, a partir disso, buscar as possibilidades que se abrem para outras pesquisas e novos questionamentos possíveis. Indo além, necessário se faz relacionar os marcos definidos na pesquisa com outros acontecimentos, ligados a outras áreas, para que se possa ter ideia do panorama que o envolvia e o influenciava ou era influenciado por ele. Assim, as áreas escolhidas foram a educação e a segurança pública, seu entrecruzamento, além da própria ciência, já que os objetos são as

pesquisas com foco restrito, ou seja, de mestrado edoutorado.

Os trabalhos de mestrado e doutorado serão analisados como amostras e estudados tanto em níveis quantitativos de dados quanto qualitativo dos resultados. Serão decompostos de acordo com os traços assinaláveis que apresentarem, destacando-se suas correlações, interpretações, frequência e distribuição. Acontecimentos e instituições que participem do cenário dos objetos da pesquisa merecerão atenção.

O segundo momento desta tese será a construção e atualização do campo temático, partindo da análise qualitativa com a produção acumulada sobre a formação de oficiais nas regiões sudeste e centro-oeste, de modo a privilegiar a busca sobre a profissionalidade policial militar. Neste momento, a pesquisa fará uma articulação de uma atuação comprometida com o papel de agente da segurança pública, em sentido amplo, com as demandas sociais. Ou seja, espera-se que os conhecimentos sobre a formação de oficiais PM, por meio das análises de dissertações e teses, propiciem a construção de um campo temático na Educação e na própria Segurança Pública e indiquem os caminhos possíveis sobre a profissionalidade como processo em prol da sociedade. Serão destacados os aspectos da cultura policial militar, competências almeçadas, valores éticos, direitos humanos, currículos e outros.

Tomando como ponto de partida o documento fornecido pelo FORPRED, listando os Programas de Pós-Graduação em Educação, iniciei o levantamento dos trabalhos. Primeiramente, acessando os *sites* fornecidos pelos próprios Programas e que deveriam dar acesso ao Banco de Dissertações e Teses de cada Instituição. Porém, encontrei inúmeras dificuldades de acesso às produções, vez que muitos dos endereços eletrônicos estavam desatualizados. Nestes casos, tentava acesso através do *site* da Instituição e de lá ao *site* do Programa desejado.

O acesso direto aos *sites* das Instituições foi o mais complicado em diversos casos. Pois, quando as produções não estão disponíveis no próprio *site* da Instituição, esta deveria informar em que banco de dados estaria disponível, porém, na maioria das vezes, não é o que acontece. O pesquisador deve fazer varredura nos bancos de dados existentes para encontrar as produções. Além disso, essa busca nos *sites* das instituições torna-se difícil porque não disponibiliza ferramentas que facilitem as buscas, tornando o processo demorado por ser manual.

Estes obstáculos encontrados durante o levantamento das produções demonstram o quanto ainda é difícil levar adiante uma pesquisa com base no estado da arte em Educação no Brasil. O acesso às produções ainda é trabalhoso, e exige vontade de seguir em frente para a conclusão da pesquisa. Magda Soares e Francisca Maciel, numa pesquisa de 2000 sobre Alfabetização, mencionam “[...] que, num país como o nosso, [...] as fontes de informação acadêmica são poucas e precárias, sobretudo no que se refere a teses e dissertações [...]” (2000, p. 6). E ainda, Romanowski e Ens lembram que:

[...] o acesso ao material de pesquisa pode constituir limite severo na realização do estado da arte. [...] Alguns trabalhos, apesar da obrigatoriedade de depósito em biblioteca, por algum motivo deixam de fazer parte do acervo, inviabilizando a consulta. (2006, p. 47).

Ainda pode-se mencionar Ferreira quando destaca as dificuldades do pesquisador que pretende fazer seu levantamento de dados partindo dos títulos e dos resumos:

E há sempre a sensação de que sua leitura a partir apenas dos resumos não lhe dá a ideia do todo, a ideia do que ‘verdadeiramente’ trata a pesquisa. Há também a ideia de que ele possa estar fazendo uma leitura descuidada do resumo, o que significará uma classificação equivocada do trabalho em um determinado agrupamento, principalmente quando se trata de enquadrá-lo quanto à metodologia, teoria ou mesmo tema. Por outro lado, há também a sensação de que os resumos encontrados nos catálogos são mal feitos, cortados, recortados por ‘n’ razões, sem autoria definida e de difícil acesso. Por último, ao se constatar a existência de mais de um resumo para um mesmo trabalho e, além de tudo, diferentes entre si (no suporte material do texto; nas disposições tipográficas; nas informações que apresentam), institui-se o conflito de qual resumo responderá melhor às questões a que se propõe investigar. E passa-se a avaliar qual é o resumo mais ‘correto’, completo e coerente com o trabalho ‘original’, isto é, integral. (FERREIRA, 2002, p. 265, grifos do autor)

Ferreira (2002, p. 260) também fala sobre a utilização dos catálogos impressos, CD-ROM ou informatizados de faculdades, institutos, universidades, Associações nacionais e órgãos de fomento da pesquisa como fonte documental. Segundo a autora, “[...] os catálogos são organizados pela ideia de *acumulação*”.

Os catálogos permitem o rastreamento do já construído, orientam o leitor na pesquisa bibliográfica de produção de uma certa área. Eles podem ser consultados em ordem alfabética por assuntos, por temas, por autores, por datas, por áreas. (FERREIRA, 2002, p. 266).

Entretanto, mesmo sendo um requisito de avaliação institucional, nem sempre as universidades, principalmente as universidades particulares, se utilizam desses catálogos na organização de suas produções científicas. Na maioria das vezes, as informações ainda se encontram fragmentadas e difusas. Alerta Ferreira que “[...] os resumos das dissertações e teses presentes nos catálogos como lugar de consulta e de pesquisa, e que sob aparente homogeneidade, há grande heterogeneidade entre eles” (2002, p. 264).

As buscas foram realizadas em 44 Programas de Pós-Graduação em Educação. Foram encontrados ao todo 12 trabalhos, dentre eles 11 dissertações de mestrado e uma (01) tese de doutorado tratando da formação de oficiais no Brasil. Estão distribuídas da seguinte forma (Tabela1):

Tabela 1 – Dissertações e Tese distribuídas por Instituições e Regiões

	UNICAMP Sudeste	UFMG Sudeste	PUC-SP Sudeste	UnB Centro- Oeste	UFMT Centro- Oeste	TOTAL
DISSERT	01	01	02	01	06	11
TESE			01			01
TOTAL	01	01	03	01	06	12

Fonte: Bancos de dissertações e teses disponíveis na internet. Ago. 2015 a fev. 2016.

No rol dos 12 trabalhos examinados, foram depurados diversos temas, mediante seus títulos cuja confluência entre eles, denota as similitudes agregadas na temática que engloba as polícias e seus processos de formação e atuação profissional, conforme se aprecia nos seguintes títulos:

1. *Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT-Almir Balieiro, UFMT, ano de defesa: 2003. Dissertação de Mestrado;*
2. *O uso legal da força na formação de jovens tenentes: um desafio para a atuação democrática da Polícia Militar do Mato Grosso - Wilquerson Felizardo Sandes, UFMT, ano de defesa: 2007. Dissertação de Mestrado;*
3. *Fenomenologia da educação jurídica na formação policial militar – Edson Benedito Rondon Filho, UFMT, ano de defesa: 2008. Dissertação de Mestrado;*
4. *A formação da mulher para se tornar policial militar em Mato Grosso – Diva*

- Maria de Oliveira Mainardi, UFMT, ano de defesa: 2009. Dissertação de Mestrado;
5. *O Centro de Instrução Militar de Mato Grosso: Processo de criação e desativação do Curso de Formação de Oficiais (1952-1960)* – Marcos Roberto Gonçalves, UFMT, ano de defesa: 2009. Dissertação de Mestrado;
 6. *Currículo cultural: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde* – Gabriel Rodrigues Leal, UFMT, ano de defesa: 2010. Dissertação de Mestrado;
 7. *Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília a cerca do aluno policial militar* – Daniele Alcântara Nascimento, UnB, ano de defesa: 2012. Dissertação de Mestrado;
 8. *Curso de Bacharelado em Ciências Militares: reconstrução do percurso sócio histórico, análise da concepção pedagógica e perspectivas* – Paola Bonanato Lopes, UFMG, ano de defesa: 2011. Dissertação de Mestrado;
 9. *L'enseignement d'une elite: a (re)invenção das tradições na Academia Militar Paulista (1931-1944)* – Samuel Robes Loureiro, PUC-SP, ano de defesa: 2012. Dissertação de Mestrado;
 10. *A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo* – Homero de Gorge Cerqueira, PUC-SP, ano de defesa: 2006. Dissertação de Mestrado;
 11. *Os paradoxos do currículo da Academia de Polícia Militar do Barro Branco: a cidadania como fundamento das Forças de Segurança Pública* – Homero de Gorge Cerqueira. (Encontra-se com acesso restrito a pedido do autor), PUC-SP, ano de defesa: 2011. Tese de Doutorado;
 12. *Academia do Barro Branco: a história da criação e implantação da escola de formação dos oficiais da Força Pública paulista na República* - Enio Antonio de Almeida, UNICAMP, ano de defesa: 2009. Dissertação de Mestrado.

No que se refere à formação dos autores das dissertações e teses supramencionadas, apresentamos, na subsequência, uma síntese de suas atuações acadêmicas e profissionais. Dos 12 trabalhos, dois são do mesmo autor; dos 11 autores, 11 eram oficiais das polícias militares do Brasil ao tempo da defesa de seus trabalhos. Além disso, são 08 homens e 03 mulheres apenas. Carece de destacar ainda que as informações fornecidas sobre eles, foram extraídas do CV Lattes de cada autor:

1. **Almir Balieiro:** Graduado no curso “Formação de Oficiais” pela Academia de Polícia Militar da Bahia (1982); mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2003); doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2014). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem e na direção

de instituições de ensino. Atua nos seguintes temas: avaliação do processo ensino-aprendizagem (objeto de dissertação), polícia comunitária e direitos humanos, gestão e sistema de segurança pública, ética profissional e cidadania, teoria de polícia e práticas policiais (objeto da tese);

2. **Wilquerson Felizardo Sandes:** Doutor em Educação pela Unicamp, Mestre em Educação pela UFMT; graduado em Administração; possui cursos internacionais e nacionais na área de Segurança Pública; é Coronel da Polícia Militar e exerceu a função de Coordenador de “Planejamento Estratégico e Projetos Especiais” da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, com a Coordenação de 26 Ações Nacionais na Área de Segurança Pública; é professor em Cursos de Graduação e Especialização desde o ano de 2002; possui publicações de livros, capítulos e artigos nacionais e estaduais. Integra os quadros da Polícia Militar de Mato Grosso desde 08 de julho de 1993, exercendo na trajetória profissional, funções administrativas e comando de tropa, nos postos de 2º tenentes, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel;
3. **Edson Benedito Rondon Filho:** Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de “Violência, Criminalização, Cidadania e Direito”, com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit e les Institutions Pénales (CESDIP) / França (2013). Mestre em Educação (IE/UFMT - 2008). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC (UFMT - 72008). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC- UFMT (2003). Bacharel em Ciências Sociais (UFMT- 2010). Bacharel em Direito pela UFMT (2001). Graduado no Curso de “Formação de Oficiais” pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (1994). Docente convidado da Pós-graduação em Direitos Humanos aplicados à Segurança Pública da Universidade Federal de Mato Grosso. Docente de Criminologia do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Direito Penal Militar. Já atuou como Coordenador do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e como Diretor Comandante da Academia de Polícia Militar Costa Verde da Polícia Militar de Mato Grosso;
4. **Diva Maria de Oliveira Mainardi:** Doutoranda em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba; Mestre em Educação e Especialista em Gestão em Segurança Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso; Bacharel em Ciências Sociais e Bacharel em Segurança Pública. É tenente-coronel da Polícia Militar de Mato Grosso e docente na Academia de Polícia Militar e demais cursos na Instituição;
5. **Marcos Roberto Gonçalves:** atua principalmente nos seguintes temas: Polícia Militar, Administração Pública, História da Educação e Negros. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. (Carga horária: 790h). Polícia Militar do Estado da Paraíba/Diretoria de Ensino/Centro de Ensino;
6. **Gabriel Rodrigues Leal:** Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde - PMMT (2006); mestre em Educação

- (Movimentos Sociais e Educação Popular) pela Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT (2010), doutor em Educação (currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP (2015). Atualmente é professor na Academia de Polícia Militar Costa Verde e na Escola de Formação de Praças, ambas Instituições de Ensino Superior da PMMT; possui vínculos com o grupo de pesquisa Edmund Burke da UFMT, coordena o Grupo de Trabalho Educação e Cidadania do Seminário de Educação da UFMT. Desenvolve pesquisas na área de formação e currículo policial-militar; direitos humanos e atividade policial; ciências policiais; pensamento conservador e filosofia política;
7. **Daniele Alcântara Nascimento:** Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal. Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília, atuando na linha de pesquisa “Violência, Segurança e Cidadania”. Realizou estágio doutoral no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal, e estágio doutoral no Centre d’Analyse et d’Intervention Sociologiques (CADIS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris - França, no período de setembro de 2014 a maio de 2015. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB, 2012). Especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB, 2009). Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL, 2011). Graduada em Educação Artística pela Universidade de Brasília (UnB, 2002). Graduada em Letras Espanhol pela Universidade de Brasília (UnB, 2010). Graduada em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID, 2014). Entre os interesses de pesquisas encontram-se temas relacionados à violência, polícia, educação policial pautados pela teoria das representações sociais e por concepções. Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Professora do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP);
 8. **Paola Bonanato Lopes:** possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991); Especialização em criminologia pelo Instituto de Educação Continuada da PUC MINAS (2003); Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas (2012). É psicóloga do quadro de oficiais de Saúde da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais desde 1994. Serviu no Centro de Recrutamento e seleção da Polícia Militar de 1994-1996; no 1º Batalhão de Polícia Militar 1996-2001; na Academia de Polícia Militar (Escola de Formação de Oficiais) de 2001-2013; na Assessoria Institucional, lotada no Ministério Público do Estado de Minas Gerais/Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário de 2013-2014. Atualmente serve na Academia de Polícia Militar, prestando seus serviços como assessora na Coordenadoria dos Sistemas de Qualidade da Educação de Polícia Militar. Tem experiência na área de Psicologia, Educação de Polícia Militar e Direitos Humanos.
 9. **Samuel Robes Loureiro:** Doutorando em História da Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (EHPS-

PUC/SP). Pesquisa o processo de consolidação do sistema escolar adotado pelas Academias de Polícia Militar no Brasil. Mestre em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (EHPS-PUC/SP). Defendeu a dissertação *L'enseignement du nééélite? A (re) invenção das tradições na Academia Militar Paulista (1931- 1944)*, pesquisa na qual foi estudada a evolução histórica das tradições da Academia de Polícia Militar do Barro Branco entre 1931 e 1944. Também obteve o título de Mestre Profissional pelo Centro de Altos Estudos da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, quando pesquisou o processo de consolidação das tradições da escola militar paulista na década de 1960. Possui bacharelado (2009) e Licenciatura (2010) em História pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Também é bacharel em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB, 1994). Frequentou o primeiro ano do bacharelado em Química pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (IQ/USP, 1991) e o segundo ano do bacharelado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP, 1997). Capitão da PMESP atua como coordenador Operacional no município de Praia Grande, professor de atualidades no Cursinho do XI de Agosto e de história da PM na Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Pesquisador na área de História da Educação, integrando o projeto de pesquisa *História das Instituições Educacionais: intelectuais, políticas e práticas*;

10. **Homero de Gorge Cerqueira:** Vínculo institucional 1985– Atual vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: efetivo, Carga horária: 40, Regime: dedicação exclusiva. Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo e pesquisador em educação e currículo. Doutor em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP- (2011); Especialista em Segurança e Ordem Pública pela Universidade Estadual de Goiás (2014); Mestre em Educação (Currículo) pela PUC/SP- (2006); Mestrado profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela APMBB (2009); Especialista em Tecnologia Educacional pela Faculdade Armando Alvares Penteado (2004); Mestre em Educação e Direitos Humanos pelo Centro Universitário Capital(2003); Bacharel em Direito pela Universidade de Guarulhos (1996); Bacharel em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela APMBB - (1989). Atualmente é professor do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores Cel. PM Nelson Freire Terra. Diretor Segurança Comunitária e de Dignitários da Casa Militar do Gabinete do Governador de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, Administração e Desastres Naturais.
11. **Enio Antonio de Almeida:** Vínculo institucional 1992. Servidor Público, Enquadramento Funcional: Oficial Comandante de Operações/Gestor de Segurança Pública com carga horária de 40h. Possui doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP (2015); mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp (2009); mestrado profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos de Segurança Coronel Nelson Freire Terra da

Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013); Especialização em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1998); graduação em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco (1994). Atualmente é o chefe da Seção Operacional do 36º Batalhão de Polícia Militar do Interior em Limeira/SP; professor de pós-graduação nas Faculdades Anhanguera (a partir de 2011); desde 2008 professor do Centro de Altos Estudos de Segurança Coronel PM Nelson Freire Terra (CAES) e pesquisador do Grupo de Estudos em História, Educação e Sociedade no Brasil (HISTEDBR), na linha de pesquisa historiografia e questões teórico metodológicas da História da Educação. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Política e Planejamento Governamentais, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de segurança pública, planejamento operacional com ênfase na análise de índices criminais, república, democracia, estado-nação, sociedade política, e accountability.

É oportuno frisar que das 12 pesquisas produzidas no interstício de 2003 a 2014, cinco advêm da região sudeste e, sete da região centro-oeste. O que permite depreender que, quantitativamente, há quase uma equiparação de trabalhos científicos, trazendo à tona questões atinentes à formação de oficiais PM e suas implicações para a segurança pública nestas duas regiões brasileiras. Também, é importante destacar que a maior concentração dos trabalhos produzidos – seis deles –, é oriunda do estado de Mato Grosso, com procedência da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e um trabalho originário da Universidade de Brasília (UnB), sediada no Distrito Federal. Enquanto que as outras cinco pesquisas realizadas, se pulverizam entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. É notória a participação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a produção de duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. A Universidade de Campinas (UNICAMP) também oferece sua contribuição, por meio da produção de uma dissertação que aborda a temática em questão, bem assim a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a se presentificar com um trabalho de dissertação. Então, no tratamento da temática em estudo, nas duas regiões mencionadas, inventariou-se a participação de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) ofertantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação. Destas IES, três delas advêm da esfera administrativa federal: UFMG, UFMT e UnB; uma alojada na esfera estadual (UNICAMP); e uma instituição se assenta na esfera privada (PUC-SP). Mas frise-se que estas análises serão desdobradas com mais acuidade no Capítulo 4, subsequente.

Destarte, buscando delimitar o campo de conhecimento acerca da formação de oficiais nas Polícias Militares do país, bem assim as questões teórico-metodológicas de análises e pesquisas em educação, alicerçadas na abordagem do estado da arte, este capítulo procurou retratar o caminho percorrido e os instrumentos utilizados para a coleta de dados, respeitantes à formação de oficiais PM nas regiões sudeste e centro oeste, no período de 2003 a 2014, e seus reflexos que incidem sobre a segurança pública nestas mesmas regiões.

CAPÍTULO 4 – CONHECENDO O ESTADO DA ARTE NO CAMPO DELIMITADO

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbítrio e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga.

Pierre Bourdieu (1996, p. 69)

Para realizar as análises dos trabalhos destacados no capítulo anterior, optei por seguir um mesmo roteiro para manter a metodologia e a cientificidade da pesquisa. Os dados apresentados procuram captar a motivação dos pesquisadores; as linhas de pesquisa; o perfil dos orientadores e co-orientadores; a atenção que os pesquisadores deram ao tema proposto, seu enfoque; os tipos de pesquisa, as metodologias e técnicas; problemas, objetivos e hipóteses; os referenciais teóricos mais utilizados; principais resultados e suas conclusões.

4.1 Distribuição da Produção Acadêmica 2003 - 2014: Dissertações e Teses

1- Título: *Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde –MT.*

Nome do Autor: Almir Balieiro

Ano de defesa: 2003

Curso e Instituição: Mestrado/UFMT

Dissertação oriunda da área de Concentração Práticas Pedagógicas e Formação de Professores, na linha de pesquisa Formação de Professores, sob orientação do Professor Doutor Sérgio Roberto de Paulo. Este com graduação e doutorado em Física, passou pouco tempo na área de Educação como orientador, de 2000 a 2003, período em que orientou seis trabalhos de mestrado em

Educação. O aspecto destacado nesta pesquisa é o ensino-aprendizagem, com ênfase na avaliação.

O tema objeto de estudo é a Academia de Polícia Militar Costa Verde do Estado de Mato Grosso. Criada pela Lei nº 5.177 de 27/11/1987 e efetivada pelo Decreto nº 3.145 de 06/07/1993, é uma Instituição de Ensino Superior destinada a formar, habilitar, adaptar, especializar e aperfeiçoar os Oficiais da Polícia Militar. A justificativa apresentada pelo autor, é a de que são muitos os avanços alcançados por diversos autores no mundo, tratando de avaliação para contribuição no processo educacional. Entretanto, Balieiro (2003) não faz referências à Matriz Curricular Nacional, ausentando-a de todo o seu trabalho. Além disso, menciona que as escolas focam sobremaneira na avaliação, tanto que dão uma preparação especial para os alunos, bem como um período específico para sua realização.

Dessa forma, a avaliação influencia no processo de formação de maneira significativa. O autor destaca ainda que é importante estudar a concepção que se tem de avaliação, pois esta encontra-se fortemente ligada ao tipo de aprendizagem que se contempla. O recorte temporal foi o ano de 2001, e o espacial é a Academia de Polícia Militar Costa Verde, sediada em Cuiabá, Mato Grosso, em razão de ter iniciado, nesse ano, a revisão do Projeto Político-pedagógico, o que gerou uma série de reuniões pedagógicas, contribuindo para uma proximidade maior entre o grupo de professores, em especial, os professores da turma do 1º Ano do Curso de Formação de Oficiais de 2001. Além disso, à época, o autor era o Diretor/Comandante da Escola, o que também motivou sua escolha pelo recorte espacial e pelo objeto.

Balieiro aborda primeiramente o conceito de avaliação como aquela que contribui com o processo de formação de qualidade significativa. Procura conhecer as epistemologias e concepções dos professores sobre avaliação e a aprendizagem que proporcionam aos alunos. Além disso, aborda sobre o que auxilia os alunos no momento das avaliações, na opinião dos professores, e quais os critérios que utilizam para avaliar.

O autor trata ainda sobre o surgimento da avaliação no Brasil e sua respectiva função, a opção feita no país, os aspectos técnicos e éticos, a influência do modelo construtivista, metodologia, processo de inclusão e avaliação como parte do processo de aprendizagem e melhoria do ensino. São também analisadas as abordagens epistemológicas, suas características e seus idealizadores. O

modelo construtivista cognitivo de Ausubel se apresenta como aprendizagem significativa e a contribuição de Novak ao modelo de Ausubel, por meio da Teoria Polivalente da Educação, bem como a importância que dá à avaliação como um dos principais elementos básicos da educação. A pesquisa utiliza questionários com perguntas abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas com 80 professores e 64 alunos. As categorias de análise utilizadas foram baseadas nas perspectivas epistemológicas empirista, racionalista e na construtivista.

Na perspectiva empirista, Balieiro trabalha com John Locke e David Hume. Segundo o pesquisador, no empirismo a avaliação é entendida como instrumento de medida do rendimento escolar, que ainda não foi superada entre os professores, a despeito de seus esforços. Na perspectiva racionalista, o pesquisador lembra que seus representantes são Descartes, Spinoza e Kant, dentre outros. No racionalismo, o conhecimento é inato, devendo ser desabrochado no indivíduo. Concepção de educação que leva a crer que a responsabilidade do aprendizado é unicamente do aluno. Segundo Balieiro, as concepções dos professores sobre educação em geral, permanecem entre empirismo e racionalismo em sua maioria. Já na perspectiva construtivista, o autor se utiliza das teorias de Jean Piaget, lembrando que para este viés, o conhecimento é construído na interação entre o sujeito e o meio em que vive. Para a educação, o construtivismo consubstancia uma visão interativa do aluno na construção do conhecimento, ou seja, o foco dos estudos se volta para as dificuldades do aluno e menos para as técnicas de ensino. Porém, Balieiro ainda se baseia na Teoria da Aprendizagem Significativa de David Paul Ausubel que, por sua vez, parte do construtivismo.

Ausubel concentra seus estudos na sala de aula e discorre sobre o ponto principal da aprendizagem como a partir daquilo que o aluno já conhece. Ou seja, toda aprendizagem deve partir e se vincular, ter ligação com algo que é significativo para o aluno. Na Teoria Polivalente da Educação, Joseph D. Novak contribui com a teoria da Aprendizagem Significativa, pois para ele a aprendizagem é de responsabilidade do aluno, já que os significados dependem da experiência de cada um, porém, o professor deve encontrar os meios de captar o estado emocional do aluno para, por meio dele, fazer que a informação tenha significado diante do aluno. Além disso, o meio é o cenário onde ocorre a educação e envolve o físico, emocional e cultural.

O pesquisador apresenta como problema de pesquisa a seguinte questão: “Quais as concepções sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem que possuem os professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde do Estado de Mato Grosso?” Os objetivos pretendidos no trabalho foram os seguintes: Conhecer as concepções sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem que possuem os professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde do Estado de Mato Grosso; Desvelar as abordagens epistemológicas dos professores sobre avaliação e; Identificar o tipo de aprendizagem que tem sido proporcionado aos alunos.

As hipóteses levantadas foram: Se o foco é a avaliação a ponto de o aluno se preparar somente para esta etapa, o tipo de aprendizagem utilizada estará, da mesma forma, fortemente impregnada desta concepção de avaliação, sustentada pela abordagem epistemológica subjacente a essa concepção. Daí a necessidade justificada pelo autor em descobrir as concepções dos professores sobre o tema. O autor conclui que as concepções dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde, no tocante às avaliações dentro do processo educacional da Instituição, integram características de ambos os modelos de ensino: o Tradicional e o Construtivista. Embora, baseiem-se predominantemente no modelo construtivista, apresentam também, características associadas às concepções do modelo tradicional. Para tanto, Balieiro baseou-se principalmente nos seguintes autores: Juan Manuel Álvarez Méndez, David Paul Ausubel, Robert Bogdan, Marta Maria Pontin Darsie, Maria Teresa Esteban, Zacarias Jaegger Gama, Marco Antônio Moreira, Joseph D. Novak; Jean Piaget.

2- Título: *A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo* Nome do Autor: Homero de Gorge Cerqueira.

Ano de defesa: 2006

Curso e Instituição: Mestrado/PUC-SP

O presente trabalho científico, apresentado na linha de pesquisa Currículo, esteve sob orientação do Prof. Dr. Alípio Marcio Dias Casali. Professor graduado em Filosofia e Letras, com mestrado em Filosofia da Educação e doutorado em Educação; pesquisador com ênfase em Currículo, Conhecimento, Cultura e Ética;

atua como consultor sobre Ética nas Organizações junto a empresas públicas e privadas, além de possuir experiência na gestão pública como secretário municipal de São Paulo.

O interesse do autor, como ele mesmo descreve em sua *Introdução*, nasce de sua atuação em diversas atividades na área de educação policial militar:

[...] coordenador do Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos da instituição (1996- 2000); instrutor da disciplina de 'Ciência jurídica' (2000-2004); integrante da comissão de trabalho na elaboração das propostas curriculares para os diversos cursos da Polícia Militar (2003). Atualmente, sou capitão da Polícia Militar; coordenador dos cursos e estágios de informática da instituição; e membro da comissão de estudos de pós-graduação. (CERQUEIRA, 2006, p. 10, grifo do autor).

O trabalho tem como foco a prática dos educadores em sala de aula, pelo prisma do processo de formação do oficial da Polícia Militar de São Paulo, que se passa na Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Para tanto, traz como ponto de análise o autoritarismo e a disciplina militar dentro do ambiente de sala de aula. O autor justifica sua pesquisa por contribuir com uma reflexão sobre o currículo do Curso de Formação de Oficiais, propondo uma organização curricular mais humanizada que resulte num profissional cidadão. Propõe também um espaço de formação onde seja possível professores e alunos exercerem cidadania, liberdade e autonomia. Nesse mister, aborda o percurso histórico da Polícia Militar de São Paulo, os direitos humanos e dignidade dos cidadãos na atividade policial militar. Também trata da fundamentação do currículo do Curso de Formação de Oficiais, o diálogo com demandas sociais e o limite da força para o exercício da profissão.

Partindo dessa ideia, o autor levanta a seguinte questão, como principal problemática para sua pesquisa: “[...] como se manifesta a autoridade pedagógica no relacionamento entre o instrutor e o cadete durante a formação dos oficiais?” (2006, p. 20). Nessa trajetória, busca identificar os aspectos de incompatibilidade entre o ensino autoritário vigente em sala de aula e a proposta de exercício de cidadania pelo cadete. Tenta compreender a cultura de caserna e de sala de aula, descobrir os símbolos, significados e contextualização da formação dos futuros oficiais. Cerqueira trabalha com a hipótese de que “[...] o autoritarismo, durante o processo de formação do oficial, é incompatível com o que a APMBB declara querer realizar, isto é, preparar o oficial militar para o exercício da cidadania” (2006, p. 20).

A pesquisa aponta para uma falha na relação autoritária durante a formação dos oficiais, a qual não garante a formação de atitudes cidadãs aos profissionais diante de realidades complexas. Cerqueira propõe que o instrutor seja construtor de conhecimento, mais que um executor de autoridade. Propõe uma polícia com práticas comunitárias como forma de desenvolver capacidades de resolução de conflitos. Além disso, destaca que é essencial formar os oficiais na instituição militar e ao mesmo tempo, na universidade, para se obter um profissional com competência para articular-se em quaisquer situações.

O autor também aponta como necessárias para resolver a questão da melhoria na formação do cadete e diminuir o autoritarismo, a medição e avaliação do curso, além de implantação de novas áreas temáticas no currículo do curso, voltadas a esse mister. Sua contribuição está voltada à área da Educação quando aborda sobre a construção curricular para se alcançar o profissional PM que atenda às demandas da sociedade. Ao mesmo tempo, essa abordagem responde às questões de profissionalidade quando traz preocupações com as necessidades da sociedade, que os profissionais devem observar.

Ainda que a pesquisa seja na linha de Currículo e de se encontrar no período de vigor da Matriz Curricular Nacional – ano de 2006 –, o trabalho passa a ideia de independência do sistema de ensino da PMSP, por não demonstrar no texto uma relação ou motivação pela implementação da então recém lançada MCN: “O currículo da instituição tem como ideologia os objetivos organizacionais estabelecidos pelo comandante-geral da Polícia Militar, assessorado por seu Estado Maior” (CERQUEIRA, 2006, p.15).

O pesquisador realizou uma pesquisa exploratória com aspectos curriculares. E, para dar sustentação teórica ao trabalho, apoiou-se nos seguintes autores: Pierre Bourdieu; Jean Claude Passeron; Michael Whitman Apple; Antonio Flavio Moreira; Tomaz Tadeu da Silva; Henry Armand Giroux; Paulo Freire; Mário Sergio Cortella; Moacir Gadotti; Marcos Tarciso Masetto e Philippe Perrenoud com os quais discutiu sobre a educação brasileira e as tendências no ensino. Também contribuíram com sua pesquisa os seguintes autores da área da Educação: José Luiz Domingues; Ivani C. Arantes Fazenda; Shirley Grundy; Jürgen Habermas; Sandra Machado Lunardi Marques; Paul Monroe; Antonio Flavio Barbosa Moreira e José Gimeno Sacristán. Além desses, os demais autores também tiveram destaque no texto: Michel Foucault; Zygmunt Bauman; e Michel Maffesoli.

03 - Título: *O uso legal da força na formação de jovens tenentes: um desafio para a atuação democrática da Polícia Militar do Mato Grosso*

Nome do Autor: Wilquerson Felizardo Sandes

Ano de defesa: 2007

Curso e Instituição: Mestrado/UFMT

Dissertação apresentada à área de Concentração Educação, Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, sob orientação da Professora Doutora Maria Aparecida Morgado. Esta com formação em Psicologia e doutorado em Psicologia Social, reúne em seu currículo, diversos trabalhos acadêmico-científicos que orientou na área de Educação. Um de seus temas de pesquisa é a educação da juventude, na perspectiva político-pedagógica.

Morgado foi a maior influência neste trabalho de Sandes na área da Educação, visto que os demais autores com quem dialogou são sociólogos e os textos, em sua maioria, voltados à discussão das atividades de polícia. Os demais autores com pesquisas em educação e que contribuíram neste trabalho de Sandes foram Janaína C. M. Capobianco, Almir Balieiro e Marcos Cassim. Dessa maneira, o trabalho de Sandes apresenta ênfase no aspecto sociológico da formação dos profissionais PM. Eis suas explicitações:

No ano de 2000 a direção da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) convidou-me a participar da construção de um novo currículo para o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Na época, a reforma curricular era presidida pelo coronel Almir Balieiro (estudante de Mestrado em Educação e Comandante da APMCV). (SANDES, 2007, p. 09).

O pesquisador justifica sua escolha por ter sido professor na Polícia Militar de Mato Grosso, com algumas disciplinas nos diversos cursos de formação de dentro da Instituição, além disso, o fato de ele ter participado da construção de um modelo curricular novo para o CFO despertou-lhe o interesse em investigar a influência das Bases Curriculares Nacionais – que foram um ensaio para a Matriz Curricular Nacional – e seus efeitos nas ações policiais militares dos futuros tenentes. O convite para tal atividade partiu do coronel Almir Balieiro então comandante da Academia e aluno de mestrado na UFMT à época, e que o precedeu no referido curso, demonstrando uma possível relação e influência para que se interessasse pelo Mestrado em Educação nos anos seguintes. Em relação

à importância da pesquisa para a sociedade, o autor justifica que as ações policiais, revestidas de caráter democrático, se concretizam em razão de seguir os princípios claros do uso da força e da arma de fogo, o que implica diretamente na rotina de vida dos cidadãos.

A contribuição de Sandes (2007) para a Segurança Pública em relação à profissionalidade policial militar foi levantar os efeitos das modificações curriculares propostas para a formação dos policiais militares. Além disso, para a educação, vem corroborar com o esclarecimento de fatos ocorridos nesse período temporal, alcançando parte significativa de acontecimentos que envolvem um campo de pesquisa ainda pouco explorado na área, qual seja, a de formação de policiais militares.

O corte espacial se dá na realização da pesquisa com os tenentes egressos dos cursos de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde em Mato Grosso, e que atuavam em Cuiabá, vez que o interesse do pesquisador foi focar nos oficiais que comandam as ações policiais nas ruas, emanando suas ordens de forma direta aos praças e lidando estreitamente com o público civil no atendimento de ocorrências do serviço policial diário.

O corte temporal, por sua vez, ficou com os concluintes do curso de formação de oficiais que iniciaram em 2001 e terminaram em 2003. Período esse que marca a implantação das Bases Curriculares Nacionais, e a passagem para a Matriz Curricular Nacional, lançada em 2003. O tema, objeto do estudo, para Sandes, foi a *força*. Esta seria um instrumento das polícias que, por sua vez, são um instrumento do Estado com o monopólio do uso da força. Quanto mais complexa as divisões de funções da sociedade, maior a tendência da monopolização da força pelo Estado. Este cria, então, um instrumento para que se especialize no uso da força que é atribuída ao Estado pelos indivíduos na sociedade. O pesquisador inicia a discussão, contextualizando sobre o Estado e o seu monopólio do uso da força. Em seguida, trata dos investimentos governamentais para democratizar as ações policiais, enfocando o poder de polícia e o uso legal da força.

Para estabelecer uma relação lógica com o tema, Sandes (2007) contextualiza sobre o sistema de ensino da Polícia Militar de Mato Grosso e as implicações das bases curriculares nacionais, bem assim o bacharelado em segurança pública na PMMT. Sua pesquisa é bibliográfica, exploratória, utilizando entrevistas semiestruturadas num primeiro momento, em seguida, estruturadas

com outros sujeitos. Trabalha com os conceitos de Estado Democrático de Direito, monopólio do uso da força pelo Estado, força como instrumento de trabalho das Polícias Militares. Dialoga com o sociólogo Norbert Elias e seu Processo Civilizatório, no tocante à consolidação do monopólio do uso da força pelo Estado, por meio das polícias como Instituições de controle. Michel Foucault também vem acrescentar sobre a vigilância do governante por meio da microfísica do poder disciplinar. No tocante à formação dos policiais menciona Erving Goffman que contribui com a análise das instituições totais como os quartéis e, para explicar o funcionamento do Estado chama para dialogar Louis Althusser que fala dos aparelhos ideológicos do Estado.

Dessa forma, sua pesquisa cria bases sociológicas fortes que contribuem na construção do objeto de análise sob olhar crítico. O problema proposto pelo autor se apresenta assim: “Com o novo sistema de ensino na Academia de Polícia Militar, ocorreram mudanças na formação e atuação democrática dos tenentes a partir de 2003 em relação ao uso da força e armas de fogo?”

Para responder essa pergunta, Sandes coloca os objetivos a seguir: explorar a construção das Bases Curriculares Nacionais; investigar os resultados das modificações no processo formativo, por meio dos reflexos na atuação profissional dos egressos do CFO, após o lançamento das bases curriculares no âmbito de Mato Grosso. As hipóteses norteadoras do trabalho são:

Hipótese1: O novo sistema de ensino da Academia de Polícia Militar não promoveu mudanças na atuação democrática dos tenentes a partir de 2003 em relação ao uso da força e armas de fogo, pois a cultura vigente ainda tem grande influência na postura profissional dos egressos, principalmente quando em contato direto com policiais que mantêm uma concepção de formação voltada para a defesa do Estado;

Hipótese 2: O novo sistema de ensino da Academia de Polícia Militar possibilitou mudanças parciais na atuação democrática dos tenentes a partir de 2003, em relação ao uso da força e armas de fogo, pois os jovens egressos entendem a necessidade de melhoria da atuação policial, todavia avaliam que a nova base curricular tem alguns focos de resistência cultural no processo formativo, principalmente quando deparam com a necessidade de realizar atividades e estágios nos batalhões. Ocorrem dificuldades de decidir, na prática, o que foi estudado na formação. Nota-se, em geral, uma distância dos discursos

policiais relacionados ao que aprenderam no bacharelado e suas práticas correspondentes, oscilando entre posições conservadoras e posições inovadoras.

O pesquisador confirmou apenas a segunda hipótese, em que o novo sistema de ensino da Academia de Polícia Militar teria realmente proporcionado mudanças, mesmo parciais, na atuação dos tenentes apartir do ano de 2003 em relação ao uso da força e armas de fogo, tornando-a mais democrática. Sandes trabalhou com: Helena Wendel Abramo; Louis Althusser; Norbert Elias; Erving Goffman.

4- Título: *Fenomenologia da educação jurídica na formação policial militar*

Nome do Autor: Edson Benedito Rondon Filho

Ano de defesa: 2008

Curso e Instituição: Mestrado/UFMT

Dissertação defendida na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, tendo como orientador o Prof. Dr. Luiz Augusto Passos e como co-orientador o Prof. Dr. Saulo Tarso Rodrigues. Com formação em Filosofia e dois doutorados em Educação, sendo um em Educação Pública e o outro voltado para currículos, o professor Passos atuou em diversos temas, inclusive no campo da epistemologia merleau-pontyana que aparece neste trabalho de Rondon Filho. Por sua vez, o professor Saulo Tarso Rodrigues tem formação em Direito e doutorado em Sociologia do Estado e do Direito, atuando como pesquisador predominantemente na área do Direito, porém, com participação no grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Educação na UFMT. No sentido de sua formação, o Prof. Saulo orienta Rondon Filho, que também possui formação em Direito, nos aspectos que analisam as disciplinas jurídicas do currículo dos futuros oficiais PM. Assim, percebe-se uma predominância dos aspectos fenomenológicos em sua pesquisa, concomitantemente com aqueles sociológicos e os de currículos em menor grau.

Como Rondon Filho utiliza o método fenomenológico, ou seja, pesquisar um fenômeno, este se constitui em seu objeto de estudo, qual seja, o processo educacional jurídico aplicado na Academia de Polícia Militar de Mato Grosso. Discorre sobre o processo de formação do oficial à época. Também aborda as matrizes curriculares vigentes no período em estudo e as implicações do ensino

jurídico e sua importância na formação policial militar. Baseia-se na Matriz Curricular Nacional para suas análises sobre a percepção dos parâmetros quanto à observância do Estado Democrático de Direito, adotados na organização curricular da APMCV/MT quando de suas atualizações realizadas no período pesquisado. Rondon Filho (2008) questiona como problemática da pesquisa: “Qual a implicação do processo educacional jurídico praticado pela Academia de Polícia Militar Costa Verde na atividade policial militar do Estado de Mato Grosso?” (p.17). Partindo dessa pergunta ele procura ao longo da pesquisa descrever a relevância do processo educacional jurídico para consolidação do Estado Democrático de Direito e no tocante à formação do oficial da PMMT, gestor e comandante nas atividades e operações policiais militares. Traçando como hipótese a seguinte situação:

Se o processo educacional jurídico, na acepção do Direito como arcabouço dogmático jurídico e regulador da conduta do homem em sociedade, for um processo contínuo e ininterrupto, contemplado por práticas pedagógicas adequadas que propiciem o desenvolvimento de habilidades compatíveis à função policial-militar, então teríamos uma atividade policial-militar consagrada do Estado Democrático de Direito, bem como, uma melhoria nas práticas de gestão aplicadas na PMMT, diminuindo os índices de desvios de condutas. (RONDON FILHO, 2008, p.18).

O autor apresenta como motivação para a escolha do tema de pesquisa, sua vivência na Corregedoria Geral da PMMT, segundo a qual pôde acompanhar diversos casos de condutas de policiais que afrontavam direitos humanos e a missão da instituição. Sua preocupação com os reflexos da formação do oficial no sentido da observância dos direitos humanos e democráticos dos cidadãos, em suas atuações como profissionais, contribui sobremaneira para a consolidação da profissionalidade policial militar. Além disso, também contribui com a Educação pelas reflexões que pode despertar quanto à determinadas práticas – ainda arraigadas nas unidades de ensino e percebidas ao longo do estudo como opostas às propostas de formação –, contribuindo não apenas para a Educação como também para a Segurança Pública. Pois, certas condutas no momento da formação, acabam por resultar em ações policiais praticadas sem observância aos direitos fundamentais das pessoas, e que ainda constarão de pilhas de inquéritos e processos instaurados por meio das corregedorias.

O pesquisador não deixa claro o corte temporal, porém foi possível concluir

que a pesquisa se realizou com foco nos anos 2000 a 2007. Quanto ao recorte espacial, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, além de entrevistas com professores e alunos da Academia de Polícia Militar Costa Verde, sediada em Cuiabá, Mato Grosso. Destacou como pontos relevantes para sua pesquisa o processo educacional jurídico, no tocante ao Direito e sua Epistemologia na consolidação do Estado Democrático de Direito e também para a formação de oficiais em Mato Grosso. Também aborda o processo ensino-aprendizagem do Direito dentro do curso e sua influência nas condutas administrativas e operacionais dos oficiais policiais militares. Para tanto, utiliza-se do método dialético em consonância com a orientação fenomenológica, baseada nos estudos de Merleau-Ponty e Foucault. Contou ainda com a hermenêutica de Geertz na descrição das teias que prendem o policial à cultura institucional. Suas conclusões são de que existe uma cultura militar que ainda se sobrepõe à educação jurídica, porém não descarta a importância desta na formação dos oficiais PM, para uma visão crítica e libertadora. Na área educacional dialogou principalmente com Paulo Freire, Jean Jaques Rousseau, Antonio Muniz de Rezende e Joel Martins. O autor concluiu que, por uma escolha da própria Instituição PMMT, houve uma mudança significativa do currículo de formação dos policiais militares de humanista para tecnicista, do ano de 2000 para 2007, pois houve redução da carga horária das disciplinas de Direito e aumento considerável da Educação Física Policial Militar, dentre outras comparações que analisou. Segundo Rondon Filho, a mudança se deu devido a um questionário que fora aplicado aos comandantes dos egressos do CFO, e que sugeriram ênfase maior nos aspectos policiais. Os autores mais utilizados foram: Luiz Otávio de Oliveira Amaral; Marinete Covezzi; Vitor Hugo do Amaral Ferreira; Michel Foucault; Paulo Freire; Clifford Geertz; Immanuel Kant; Joel Martins; Antonio Muniz de Rezende; Saulo Tarso Rodrigues.

5- Título: *A formação da mulher para se tornar policial militar em Mato Grosso*

Nome do Autor: Diva Maria de Oliveira Mainardi

Ano de defesa: 2009

Curso e Instituição: Mestrado/UFMT

Pesquisa realizada sob a tutela da linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, e orientada pelo Prof. Doutor Silas Borges Monteiro. Este graduado e mestre em Filosofia e doutor em Educação, seus estudos circulam em torno da filosofia da educação, da diferença e da formação de professores. Também orientou outro trabalho no que diz respeito à formação de oficiais, defendido posteriormente em 2016. O prof. Silas teve influência predominante na pesquisa de Mainardi, que transcorre baseada na filosofia de Nietzsche, embora a autora apresente um capítulo que mostra sua formação em ciências sociais e, em que pese também sua formação e atuação em segurança pública a nortearem a escolha do tema. Além disso, sua banca contou com o Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz e o Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa, mencionados nos *Agradecimentos* de Rondon Filho (2006, p. 5). Vale salientar que Costa é o primeiro oficial PM de São Paulo, estudioso do tema *violência*.

A pesquisa trata dos relatos das mulheres policiais militares que falam sobre suas vivências por meio de textos que integram as análises e auxiliam o traçado de um perfil da mulher PM. Trata ainda da formação, do tornar-se policial militar e tudo que rege esse processo, focando na disciplina como fator diferenciador na construção de uma identidade da mulher PM. A intenção da autora foi mostrar os trajetos que as mulheres ouvidas percorreram e os fatores que permitiram e conduziram o tornar-se o que são. Mainardi apresenta como sua motivação para a escolha do tema, o fato de que já vinha percorrendo um caminho como pesquisadora, estudando gênero na Polícia Militar de Mato Grosso. Além disso, justificou a pesquisa por mostrar um caminho para novas reflexões sobre valores postos pela sociedade, e despertadas por meio das experiências vividas pelas próprias interlocutoras. Seu trabalho contribui com o campo temático de formação de oficiais PM na área de Educação e em Segurança Pública quando dá visibilidade ao processo de tornar-se policial militar, abordando o período de formação.

Além disso, corrobora com a profissionalidade policial militar enfocando mudanças de postura institucional positivas quando da inserção das mulheres nas fileiras da Instituição PMMT. O interstício temporal da pesquisa transcorre entre 2007 e 2009, período em que a autora trabalhava na unidade de ensino Escola Estadual Tiradentes da PMMT. A unidade faz parte do recorte espacial escolhido pela autora, qual seja, as unidades destinadas à formação de policiais militares, e

que Mainardi destaca pela facilidade de acesso às interlocutoras.

O trabalho não menciona a MCN, apesar de constar no período de seu pós-lançamento, pois, não era essa a proposta da pesquisa de Mainardi (2009), mas sim analisar as questões singulares de suas interlocutoras, postura esta exigida pela metodologia escolhida dentro de uma pesquisa que tem aspectos filosóficos. Com respeito aos principais tópicos abordados na pesquisa, a autora destaca primeiramente uma contextualização do universo policial militar, com um breve histórico da PMMT e com uma abordagem sobre a missão das polícias militares e seu instrumento de trabalho: a força¹⁸.

Do viés de gênero, Mainardi (2009) analisa as relações cotidianas e do mercado de trabalho. Depois, passeia por um panorama das mulheres nas instituições PM do país evidenciando seu perfil profissional e expondo a legislação que embasa a formação dos agentes. Por fim, compartilha analisando as vivências das interlocutoras policiais militares. A pesquisadora utilizou para seu estudo o método otobiográfico fundamentado nos trabalhos de Jacques Derrida e Silas Borges Monteiro. Método qualitativo, cujo procedimento recorre às escutas das vivências das mulheres PM. Além disso, vivência seria um conceito de Nietzsche que identifica os fatos que marcam mudanças de percurso na vida das interlocutoras. A autora ainda problematiza a pesquisa partindo das seguintes questões: “Como a mulher se torna policial militar? Quais vivências as trouxeram à profissão de policial militar? Em que momento de sua trajetória de vida decidiram por esta carreira? De que maneira percebem sua identidade profissional hoje?”. Para responder a essas perguntas traça como objetivo do estudo a compreensão da formação das mulheres para se tornarem policiais militares no estado de Mato Grosso, por meio da escuta do que ela chamou de vivências do cotidiano na construção da identidade como profissionais. Para tal empreitada, a pesquisadora parte das seguintes hipóteses:

[...] que a escuta das vivências das policiais militares é um método que dá importante contribuição para a pesquisa sobre formação de mulheres em agentes de segurança pública; que a opção pela carreira geralmente não

¹⁸ De acordo com Muniz (1999), o uso da força pela polícia significa dizer que é um ato discricionário, legal, legítimo e idealmente profissional. Difere do uso da violência, que é um impulso arbitrário, ilegal, ilegítimo e amador. O uso da força pela polícia, como agente mediador, deve ser pensado em suas diversas gradações, desde uma advertência até a letalidade com arma de fogo, de acordo com a gravidade da situação de conflito que se apresente.

é pontual, mas construída no decorrer das suas trajetórias de vida e a partir de suas vivências; que sua identidade profissional baseia-se normalmente em modelos masculinos causando um paradoxo a ser explorado e; que o universo construído por elas é novo, único, pouco explorado — o universo das mulheres policiais militares. (MAINARDI, 2009, p. 8).

Em suas considerações finais, a autora ressalta a contribuição do método otobiográfico para a pesquisa a que se propôs. Destaca ainda que as vivências na Instituição PM consolidam a identidade da mulher como policial militar e criam um universo único, porquanto só recentemente elas têm procurado modelos femininos devido à predominância de uma cultura e de valores masculinos. Nesta pesquisa, Mainardi se utilizou principalmente dos autores da Sociologia que abordam gênero e trabalho, além dos filósofos como base de suas análises. Na Educação dialogou com Silas Borges Monteiro. Também fizeram parte com destaque os seguintes autores: Friedrich Wilhelm Nietzsche; Michel Foucault; e Pierre Bourdieu.

6- Título: *O Centro de Instrução Militar de Mato Grosso: Processo de criação e desativação do Curso de Formação de Oficiais (1952-1960)*

Nome do Autor: Marcos Roberto Gonçalves

Ano de defesa: 2009

Curso e Instituição: Mestrado/ UFMT

Pesquisa apresentada na linha de pesquisa História da Educação, tendo como orientador o Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá, graduado em Pedagogia com mestrado e doutorado em Educação, tendo como temas investigativos aqueles concernentes à História da Educação.

O objeto de estudo desta pesquisa é o Centro de Instrução Militar de Mato Grosso (CIM), criado em 22 de agosto de 1952, através da Lei n. 480 com o objetivo de formar oficiais e praças para atuarem na Polícia Militar do Estado. Segundo o autor, a formação era norteadada por um plano geral de ensino, com ênfase no ensino profissional (ensino fundamental) e nas instruções militar e policial, desenvolvido em três períodos e tendo duração de dois anos.

Gonçalves (2009) justifica seu interesse pelo tema sobre o percurso histórico do antigo CIM devido à ausência de estudos a respeito desta instituição, no campo acadêmico. Sua pesquisa contribui sobremaneira nas reflexões

necessárias para a compreensão dos processos históricos de construção de uma doutrina educacional e ideológica que transformasse ações policiais em procedimentos padronizados e regulamentados, nas esferas militares, de administração ou policiais, o que não existia até então nas instituições que começavam a sedimentar o percurso da especialização profissional partindo de um modelo regular de formação. Para quem:

[...] Mato Grosso, por intermédio de sua polícia, passava pelo mesmo processo de transição da política enquanto forma de ascensão profissional nessa área para a capacitação técnica, através de um ensino formal com critérios de avaliação e recompensa. (GONÇALVES, 2009, p. 14).

O recorte temporal escolhido pelo autor percorre o período de 1952 a 1960, isto porque pretendeu analisar a trajetória do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso desde a criação do Centro de Instrução Militar, seu processo de consolidação até a sua desativação. Neste trabalho, o autor ainda trata das questões políticas internas e externas à Instituição, assim também das estratégias lançadas pela PMMT, para efetivar o funcionamento do Centro de Instrução Militar. Nesse mister, Gonçalves traça uma reconstituição da trajetória de criação do CIM, considerando os pareceres do Comando Geral e do Governador do Estado em tal projeto, tendo como pano de fundo a repercussão, perante a sociedade. Considerando os meandros de sua pesquisa, optou por utilizar os recursos da História Oral, que lhe possibilitou acessar o olhar de quem viveu o processo, por meio de entrevistas aos ex-alunos do CIM. Além disso, o autor procurou fundamentar-se nos trabalhos que partem da educação militar e também de documentos oriundos da PMMT, como registros encontrados no Arquivo Público do Estado. Inferiu-se, a partir da leitura criteriosa, que Gonçalves parte do seguinte problema de pesquisa: desvendar a trajetória do CFO da Polícia Militar no CIM do Estado de Mato Grosso. Para tanto, buscou

[...] evidenciar as implicações decorrentes desse processo de criação, implantação e desenvolvimento do Centro de Instrução Militar, focalizando-se à luz de Chartier, Bourdieu e Foucault, as apropriações, reproduções e ideologias que nortearam suas ações enquanto centro de formação profissional. (GONÇALVES, 2009, p.16).

Também no quesito de uma hipótese da qual parte o pesquisador, considera-se que:

[...] o modelo de educação militar efetuado nas forças militares (Exército e Polícia Militar de São Paulo e do Distrito Federal), sob a influência das escolas militares francesa e alemã, foi apropriado pelo CIM de Mato Grosso com vistas a modernizar e aprimorar a formação profissional dos seus quadros de oficiais. (GONÇALVES, 2009, p.08).

Em suas considerações finais, o autor destaca que a criação e ativação do CIM foi movida pela preocupação interna de se igualar o ensino militar ao ensino civil, preocupação esta que motivava todas as instituições militares à época e ainda motiva:

[...] quando o Governador do Estado entendeu que, em decorrência de questões político-partidárias nas quais vários oficiais se envolviam, afetando inclusive a manutenção da disciplina, tornava-se necessário acompanhar a tendência da época: a busca pela profissionalização policial. (GONÇALVES, 2009, p.14).

Dessa forma, Gonçalves contribui com o estudo sobre a profissionalização dos policiais militares quando enfoca a preocupação institucional de regulamentar e buscar reconhecimento do preparo especializado dos profissionais no decorrer da história de uma instituição de formação da Polícia Militar de Mato Grosso, assim também, destacando um tema relevante da área de Educação, qual seja, o processo de formação dos agentes ao longo da história da instituição escolar.

O CIM conseguiu formar 52 oficiais, constituindo-se num desafio sem precedentes para o oficialato da época, já que não tinham nenhuma experiência em ensino e formação. Para tanto, buscaram os modelos da escola da Força Pública de São Paulo, do Distrito Federal e também da Academia do Exército. Este trabalho não cita a MCN, devido ao período estudado, e parece que não fora sua motivação também. Porém a pesquisa contribui sobremaneira com a educação PM, pois enfoca determinado momento histórico que ainda não havia sido explorado e que é parte relevante da trajetória da formação da Polícia Militar de Mato Grosso. Dentre os autores da Educação, Gonçalves dialoga com Franco Cambi; Magali de Castro; Beatriz R. da Costa Cunha; Renata Neves Tavares de Barros Freitas; Nicanor Palhares Sá; Elizabeth Madureira Siqueira; Dimas Santana Souza Neves; Diana Gonçalves Vidal; Maria Lúcia Spedo Hilsdorf e Ana Paula da Silva Xavier. O autor apoiou-se também em autores como: Heloisa Rodrigues Fernandes; Michel Foucault; José Canavó Filho; Edilberto de Oliveira Melo e

Ubaldo Monteiro.

7- Título: *Academia do Barro Branco: a história da criação e implantação da Escola de Formação dos Oficiais da Força Pública Paulista na República*

Nome do Autor: Enio Antonio de Almeida

Ano de defesa: 2009

Curso e Instituição: Mestrado/UNICAMP

Pesquisa vinculada à linha Filosofia e História da Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli. Esta formada em Pedagogia com mestrado e doutorado em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, história da educação, pedagogia e políticas educacionais. O trabalho teve como um dos componentes da banca examinadora o Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz: “[...] colega de Turma no Barro Branco e amigo de lutas profissionais, que soube pontuar com precisão a questão da Educação e da política da corporação policial militar em São Paulo [...]”. (em seus *Agradecimentos*), o qual já fora mencionado anteriormente em outros trabalhos, como participante de bancas examinadoras.

Neste trabalho, o pesquisador elucida a história da unidade de formação militar paulista, Academia do Barro Branco, quanto ao momento de sua criação em 1913, quando então instituição da Força Pública. Com a publicação da Lei Estadual dando origem ao Curso Especial Militar, contratou-se uma missão estrangeira para pensar sobre a profissionalização militar dos futuros oficiais. A atual Academia do Barro Branco continua sendo local onde são formados os policiais militares, responsáveis pela gestão da segurança pública militarizada e que atuam nas diversas cidades do Estado de São Paulo nas mais variadas demandas públicas, mas em especial no policiamento ostensivo para preservação da ordem pública.

Almeida (2009) justifica a escolha do tema – a formação de oficiais que deverão comandar o policiamento preventivo e repressivo –, devido a sua importância, pois que a prevenção e repressão da criminalidade é um assunto que interessa e atinge a sociedade como um todo. A pesquisa foca no período da República, para, então, destacar a Academia do Barro Branco, uma das unidades de formação de policiais militares dentro da antiga Força Pública de São Paulo

(FPESP).

O estudo engloba o período de 1906 a 1930, momento em que a Força Pública Paulista demonstra o ápice de sua atuação política. Segundo o autor, nesse período também ocorre a criação da Academia do Barro Branco e a vinda da Missão Francesa de instrução. O pesquisador coloca em questão os motivos de contratar Exército estrangeiro e não a Polícia para treinamento dos oficiais da Força Pública de São Paulo. Almeida analisa os interesses de poder que moveram tal escolha para concretização de uma ideologia militarista e liberal da elite cafeeira da época, que intentava domínio político da província de São Paulo, ostentando seu pequeno exército. Contribui com a História da Educação e com o entendimento do processo de profissionalização, nesse sentido, mostrando que essa cultura militar, ainda fortemente presente nas polícias militares, se originou intencionalmente mesmo com treinamento direcionado para tal fim:

Trata-se, certamente, de uma contradição a milícia estadual, visando profissionalizar seus militares nas questões técnicas, contratar Missão estrangeira de treinamento militar antes mesmo que o próprio Exército nacional. Isto apenas reforça a objetividade com que os paulistas tratavam estas questões afetas à imposição da vontade da Província no concerto da federação. (ALMEIDA, 2009, p.134).

Nesse período histórico a oligarquia paulista alavancou a profissionalização da polícia estadual, buscando a excelência na execução de objetivos políticos, culminando com mudanças nas regras de promoções e acesso aos seus quadros dirigentes – os oficiais. Almeida faz uma abordagem histórica do Brasil do final do século XIX e início do século XX; analisa a profissionalização da força repressiva paulista pela Missão Francesa contratada pelo governo à época; desvela o processo de criação do Curso Especial Militar (CEM) e do Centro de Instrução Militar (CIM) e da Academia do Barro Branco, bem como a evolução curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO).

O autor aponta as características da Força Pública Paulista no limiar do século XX. Baseou-se principalmente em Miliband, Althusser, Fernandes e Ludwig. Adotou os conceitos de Althusser de Aparelhos Repressivos de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado. A pergunta que norteia o trabalho é: “O que esta instituição de ensino instituiu?” (ALMEIDA, 2009, p. 9). Objetiva examinar o processo histórico da origem e funcionamento da instituição que ficou conhecida como Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB). Também, analisar os

fatos que levaram as autoridades de São Paulo, no final do Século XIX e início do Século XX, a injetarem recursos e atenção numa unidade militar local a ponto de transformar a instituição a qual pertencia numa das mais poderosas do país, perdendo apenas para o Exército Nacional.

A hipótese levantada pelo autor seria a de que a Missão Francesa foi um projeto político da classe dominante paulista da época, para apartar ideologicamente a Força Pública do Exército Nacional e, dessa forma, acabaram por contribuir com sua profissionalização, na medida em que foi organizada a ascensão na carreira. Como bem concluiu o autor, a origem das polícias militares remonta à uma obediência e lealdade somadas à eficácia sempre que convocada a atuar, aí está a explicação para sua longanimidade na história. O autor ainda destaca que foram poucas as demonstrações de desobediência à vontade do poder civil regional, quais sejam, em duas ocasiões apenas: “[...] a fuga do Presidente da Província Lopes Leão para Santos em 1860 e a Revolução de 1924 com a intensa participação de Miguel Costa.” (ALMEIDA, 2009, p.137). E ressalta: “Infere-se que a Força Pública, a partir de seus oficiais, sempre foi colocada à margem do cenário político paulista enquanto jogadores: eram peças do tabuleiro. Peões, cavalos e torres movimentados ao sabor das demandas dos donos dos meios de produção capitalista.” (2009, p.139).

Além disso, destaca que as dúvidas que sempre permearam o universo policial militar sobre sua missão e sua destinação também foram cuidadosamente alimentadas pelas elites dominantes:

Esta postura foi estabelecida pela elite agrária e seguida pela elite industrial a partir da manutenção da sensação de inferioridade e insegurança, levada aos oficiais da milícia em virtude de sua formação: sem um rótulo, sem uma definição, sem uma seara de atuação consolidada. (ALMEIDA, 2009, p.140).

O pesquisador ainda finaliza dizendo que os currículos têm caminhado na direção da democracia, pelo menos na intenção, pois ainda não houve um distanciamento temporal significativo para se concluir pela mudança efetiva das Instituições. As principais bibliografias utilizadas foram: Antonio Carlos Will Ludwig; Heloísa Rodrigues Fernandes; Yara Maria Martins Nicolau Milan; Ralph Miliband de Louis Althusser. Os autores voltados à Educação que foram utilizados foram: Ester Buffa; Paolo Nosella; Justino Pereira de Magalhães; Ronilson de Souza Luiz;

Jorge Nagle; Maria Isabel Moura Nascimento; Casimiro dos Reis Filho; Maria Luísa Santos Ribeiro; Mirian de Oliveira Santos; José Luis Sanfelice e Demerval Saviani.

8- Título: *Currículo cultural: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde*

Nome do Autor: Gabriel Rodrigues Leal

Ano de defesa: 2010

Curso e Instituição: Mestrado/UFMT

Pesquisa articulada à linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, tendo como Orientador o Prof. Dr. Luiz Augusto Passos, bacharel em Filosofia, graduado em Teologia, mestre e doutor em Educação, e doutor em Educação Pública. O Prof. Passos também já havia orientado outro oficial PM de Mato Grosso, Edson Benedito Rondon Filho, que por sua vez, parece ter sido pessoa que influenciou e estimulou Leal no prosseguimento do Mestrado: “À Edson Benedito Rondon, meu mentor e por consequência mentor dessa dissertação; a quem dou-me a liberdade hoje de escrever o nome sem o posto... E isso diz tudo.” (LEAL, 2010, p. iv), assim mencionado por Leal nos seus *Agradecimentos*. Também o Prof. Dr. Saulo de Tarso Rodrigues que foi membro de sua banca de defesa, fora outrora, co-orientador de Rondon Filho (2008). E o Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz, lembrado por Leal como oficial da PM de São Paulo e, da mesma forma, membro de sua banca, é mencionado nos *Agradecimentos* de Rondon Filho (2008, p.5):

Ao Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz pelas considerações formuladas e que muito ajudaram no enriquecimento deste inquérito fenomenológico. Referência de inspiração nacional para os policiais militares interessados no conhecimento do universo institucional policial-militar; símbolo de luta e dedicação aos estudos.

É possível perceber uma ligação entre estes pesquisadores seja como membros que são das Instituições PM tanto de São Paulo quanto de Mato Grosso, seja numa relação de orientador e orientando e como pesquisadores mesmo na Educação que se interessaram pelo tema e permanecem se envolvendo nas bancas e nas orientações sobre formação de oficiais.

Apartir de uma perspectiva filosófica, a pesquisa trata de investigar o “[...] o ser humano policial-militar posto na sua mundanidade cotidiana.” (LEAL, 2010, p. 11). Dessa forma, o autor buscou descrever a experiência do período de formação de um oficial PM na Academia de Polícia Militar Costa Verde em Mato Grosso, no período de 2004 a 2006. Descreve como justificativa para realizar a pesquisa com este tema, o fato de o estudo poder ajudar a Instituição a trilhar um caminho na formação humanística dos policiais militares, em especial dos oficiais. Esta pesquisa torna-se relevante para a Educação quando revela um problema de paradoxo entre o currículo oferecido e que delinea o perfil do profissional desejado pela Academia e pelo Governo Federal, já que parte de um modelo de matriz elaborado pelo Ministério da Justiça, por meio da SENASP, que deve ser adaptado pelas polícias do país. De acordo com Leal, em sua dissertação, ocorre um contrassenso entre o que se propõe e o que se efetiva, quando o autor ressalta suas vivências no CFO e percebe que os discursos e as práticas são contraditórias, em relação a proposta pedagógica do curso, à época de sua pesquisa.

Dessa maneira, Leal corrobora com o estudo da profissionalidade policial militar ao dizer que ocorrem desvios na prática curricular e que levam à certa insegurança e incerteza quanto às tomadas de atitudes dos profissionais, vezque, em tese, existe um modelo traçado, mas que não se configura no profissional egresso do CFO em virtude de uma trama discursiva que enreda a prática curricular: “[...] é a própria condição discursiva dominante cujo enredo de poder modela o currículo acadêmico às tramas de uma vontade alheada da teoria.” (LEAL, 2010, p.146).

O autor inicia fazendo uma descrição etnográfica dos anos de formação do oficial, depois fala sobre os ritos de formação. Também faz uma breve análise sobre a história marginal das polícias militares no Brasil e também relaciona um pouco com a história de Mato Grosso. Faz uma discussão sobre o tema currículo e a Matriz Curricular Nacional e seus conflitos com as culturas diversas nas Academias de Polícia. Utilizando o método autoetnográfico, pois é o autor e ao mesmo tempo sujeito da pesquisa, com perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty e de Husserl. Seu problema de pesquisa se apresenta como: “[...] dizer a polícia do ponto de vista da polícia.” (2010, p. 9). Leal pretendeu descrever o processo de adaptação e, o que ele chama de ajuste dos futuros oficiais às

rotinas, à disciplina militar, a incorporação do *ethos* policial militar, partindo da matriz profissional, qual seja, a APMCV. A partir da compreensão de como se constrói esse mundo à parte de quem ingressa num Curso de Formação de Oficiais e que depende quase que inteiramente de sua adaptação ao grupo para o sucesso final.

A hipótese da qual o autor se vale para realizar sua investigação é a seguinte: “[...] houve casos onde o sangue vertido durante a formação rememorada — agora literalmente falando... — estava mais associado a um processo de humanização dos afetos que propriamente a um projeto político-ideológico hierarquizante.” (LEAL, 2010, p. 12). O autor parte da ideia de que esse *ethos* seria o de um guerreiro e herói ao mesmo tempo, que é esperado pelo aluno quando ingressa no curso, e também pela sociedade, mas não exatamente coerente com o projeto pedagógico do CFO. Isto, do ponto de vista do autor, seria uma falha na formação dos oficiais, já que ideologicamente, por meio de uma cultura que se reproduz em todas as atividades que se desenvolvem ao longo do curso, fica a cargo do preparo técnico-profissional salvaguardar as condutas dos futuros oficiais. Para o autor, o preparo oferecido caminha de encontro ao perfil do oficial planejado pela Instituição, tanto que menciona: “A instituição não *quer (ia)* profissionais competentes trabalhando dentro de protocolos humanísticos e regras de ações técnicas-rígidas” (p. 19). Dentre os referenciais teóricos da Educação que foram utilizados encontram-se: Lev Semenovitch Vygotsky; Paulo Freire. E os autores, principalmente da etnografia e da fenomenologia, foram: Clifford Geertz; Claude Lévi-Strauss; Maurice Merleau-Ponty; Peter Berger; Raimundo Faoro; Michel Foucault; Bertrand Husserl.

9- Título: *Curso de Bacharelado em Ciências Militares: reconstrução do percurso sócio histórico, análise da concepção pedagógica e perspectivas*

Nome do Autor: Paola Bonanato Lopes

Ano de defesa: 2011

Curso e Instituição: Mestrado/UFMG

O trabalho fora apresentado ao PPGE: Conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação da UFMG, tendo como orientador o professor Dr. Luiz

Alberto Gonçalves e como Co-orientadora a professora Dra. Wânier Aparecida Ribeiro. O Prof. Luiz Alberto é mestre em Educação e doutor em Sociologia, com experiência nos temas formação profissional, segurança pública e educação. Seu currículo mostra que já orientou outros trabalhos nos temas segurança pública e formação de policiais entre dissertações e teses. Já a Prof^a. Wânier é mestre e doutora em Educação, além de ser formada em Psicologia e Pedagogia. A Prof^a. Wânier atua principalmente com atividades relativas à juventude, inclusão social e formação de agentes do sistema sócio educativo.

O interesse da autora pelo tema surgiu provavelmente por ser ela mesma oficial PM, com formação em psicologia e além disso, pertencente ao Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar de Minas Gerais, com experiência nas atividades da Academia de Polícia Militar por um período de dez anos quando da conclusão da pesquisa, período esse em que acompanhou o processo de credenciamento da APMMG. O objeto do estudo é o Curso de Bacharelado em Ciências Militares (CBCM) da PMMG, que teve sua origem no Curso de Formação de Oficiais, em funcionamento desde 1934.

Na Introdução a autora menciona que a remodelação do CFO, para Bacharelado em Ciências Militares, teve inspiração na Matriz Curricular Nacional:

A Polícia Militar de Minas Gerais, inserida neste contexto de mudanças, acompanha o movimento proposto pelo Ministério da Justiça em busca da excelência nas ações formativas e do reconhecimento de seus cursos de formação. [...] A proposta pedagógica inserida no Projeto Pedagógico do Centro de Ensino de Graduação, elaborada em 2004, encontra-se em consonância com as diretrizes emanadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) [...]. (LOPES, 2011, p.15-17).

A presente pesquisa incursionou na construção sócio-histórica do curso, identificando os fatores políticos, conjunturais e sociais que a acompanharam e a influenciaram. A justificativa para a realização da pesquisa, segundo a autora, foi devido ao cenário da segurança pública, à época, que reforçava a qualificação e capacitação técnica como imprescindíveis para o novo modelo de polícia cidadã e de resolução de problemas. Desde sua criação, o CBCM vem sendo adequado às diversas demandas que surgem para acompanhar as tendências do *fazer* da polícia, o que tem contribuído para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

No que diz respeito à História da Educação, a pesquisa contribui na construção do conhecimento sobre o processo de sedimentação dos sistemas de

ensino das polícias militares. Além de mostrar um campo temático fértil para futuros estudos, pois pouco explorado. Pela leitura do texto, inferiu-se que a pesquisa se dá entre 1934, com a criação do CFO, e 2007, ano em que ocorre o reconhecimento do Curso de Bacharelado em Ciências Militares pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. A autora tratou das concepções pedagógicas que permearam o Bacharelado em Ciências Militares, também correlacionou com os pressupostos e diretrizes do curso, de acordo com um panorama educacional mais abrangente. Faz uma abordagem da Teoria das Competências e também discorre sobre o ensino policial militar em Minas Gerais, com ênfase no Bacharelado em Ciências Militares na área de Defesa Social, corroborando sobremaneira com a área de Educação. Discorre ainda sobre sua estrutura e funcionamento, princípios, pressupostos e o cotidiano da Escola.

A pesquisa se orientou pelo estudo de caso, qual seja, o Curso de Bacharelado em Ciências Militares, dispondo de análise documental e entrevistas narrativas. Realizou entrevistas com pessoas que se envolveram no processo de transição do CFO para CBCM, o que resultou num material que foi submetido à análise de conteúdo. Para analisar as concepções pedagógicas apoiou-se em Demerval Saviani, também em pensadores como Philippe Perrenoud, Guy Le Boterf e Donald Schön, para discutir a teoria das competências, que fundamenta a proposta pedagógica do CBCM. A pergunta de onde partiu a pesquisa foi: “como se deu a construção sócio histórica do Curso de Bacharelado em Ciências Militares, responsável pela formação do gestor de segurança pública, desenvolvido pela Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, e quais concepções pedagógicas fundamentam a proposta?” (LOPES, 2011, p.19).

A autora se pautou pelos objetivos de analisar as transformações pedagógico-institucionais colocadas em prática depois da instauração do curso de Bacharelado, considerando-se seu berço no Curso de Formação de Oficiais, bem como analisar o percurso sócio-histórico que precedeu a criação de um Curso de Bacharelado em Ciências Militares. A hipótese levantada pela autora parte da ideia de que as transformações ocorridas no antigo CFO para se constituir em CBCM, vinham ao encontro das perspectivas de políticas públicas para o modelo de polícia cidadã capaz de reflexão sobre seu mister em sociedade, com autonomia e articulação entre teoria e prática.

De acordo com as entrevistas que realizou, a pesquisadora reconhece que

existem falhas e contradições entre o que se planeja e se espera dos futuros oficiais da PMMG e o que realmente se efetiva durante o curso. Isto ocorre devido às práticas para o processo de socialização dos alunos à profissionalização, além da falta de qualificação dos próprios policiais que se responsabilizam pela educação na PMMG e de um quadro permanente de professores. Desta maneira, a pesquisa contribuiu com o estudo da profissionalidade policial militar na medida em que levanta as necessidades para mudanças efetivas na formação dos policiais militares e dando visibilidade às discussões sobre as competências a serem desenvolvidas pelos profissionais nos cursos, e de que maneira esse processo vem sendo realizado. Na Educação apoiou-se em: Miguel Arroyo; Carlos Roberto Jamil Cury; José Dias Sobrinho; Moacir Gadotti; Cipriano Carlos Luckesi; Sonia Teresinha de Sousa Penin; Philippe Perrenoud; Françoise Ropé; Lucíola Paixão Santos; Marluce Alves Paraíso; Demerval Saviani; Donald Schön. Nas referências bibliográficas é possível perceber os autores mais citados na obra: Celso Castro; Francis Albert Cotta; Jonas Cruz; Guy Le Boterf; Piero de Camargo Leirner; João Batista Pinto; Lucie Tanguy; Rosânia Rodrigues Sousa.

10- Título: *Os paradoxos do currículo da Academia de Polícia Militar do Barro Branco: a cidadania como fundamento das Forças de Segurança Pública*¹⁹

Nome do Autor: Homero de Giorge Cerqueira

Ano de defesa: 2011

Curso e Instituição: Doutorado/PUC-SP

Pesquisa apresentada na linha de pesquisa Currículo, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Branca Jurema Ponce que é formada em Filosofia, com mestrado e doutorado em Educação. A Prof.^a Branca trabalha com os temas recorrentes: currículo, políticas públicas e educacionais, vida e justiça social.

O autor demonstra que seu interesse pelo tema começou a se delinear durante os seis anos em que serviu na Escola de Sargentos da PMSP (CERQUEIRA, 2011, p. 18) e logo após concluir o Mestrado em Educação, despertou para outros questionamentos.

A pesquisa aponta como objeto de estudo reflexões sobre a prática escolar

¹⁹ Esta análise se baseia no documento enviado pelo próprio pesquisador de seus arquivos pessoais.

do ensino policial militar na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, instalada em São Paulo, no ano de 2009, visando mostrar alternativas para o redimensionamento “[...] do poder-saber e do aprender-fazer, aprender-saber, aprender-ser, aprender- aprender do docente policial militar [...]”. (2011, p.16). O autor esclarece que a Polícia Militar de São Paulo não aderiu diretamente à Matriz Curricular Nacional:

A SENASP é responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações formativas para os profissionais da Segurança Pública. Assim sendo, o investimento e o desenvolvimento são necessários e fundamentais para a qualificação e aprimoramento dos resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública. São Paulo, no entanto, não tem aplicado a matriz curricular nacional nos seus cursos, nem realizado convênio com o Governo Federal para o fornecimento de bolsa de estudos aos Policiais Militares. (CERQUEIRA, 2011, p.124).

Apesar disso, a PMSP tenta compor os currículos buscando aproximá-los, ao máximo, do perfil proposto pelo governo federal, direcionado ao profissional de segurança pública. Dessa forma, destaca a importância de sua pesquisa para a Educação, no sentido de descobrir os saberes que compõem ou deveriam compor as disciplinas dos cursos de formação, em especial, dos futuros oficiais. Contribui também com o estudo da profissionalidade, vez que direciona seu olhar de pesquisador para as atitudes que devem compor as competências de um profissional PM, analisando, assim, uma das perspectivas da profissionalidade PM. Trabalhou os conceitos de disciplinamento, institucionalização, autoritarismo, currículo, hierarquia e dedisciplina.

O autor realizou diálogos com Michel Foucault e Paulo Freire. Investigou também o currículo na formação do bacharel em ciências de segurança pública. Cerqueira sugere o desenvolvimento de propostas curriculares voltadas à liderança como disciplina e ressalta as parcerias com as universidades para incentivo às pesquisas em segurança pública. Utilizando revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo, valendo-se de questionários e entrevistas. Propõe a seguinte questão como guia de sua pesquisa:

[...] em que medida os saberes escolares que compõem ou deveriam compor o currículo escolar da Academia de Polícia Militar do Barro Branco influenciam no exercício competente dos postos de aspirante a oficial PM até o de capitão PM na atividade de policiamento ostensivo fardado? (CERQUEIRA, 2011, p.22).

Para o desenvolvimento de seus estudos, o autor considera refletir sobre o currículo do curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, tendo um conteúdo programático como norteador do desenvolvimento das capacidades, habilidades, competências e atitudes, possibilitando o entendimento sobre o cotidiano das atividades do policial militar para apontar quais as necessidades ainda prementes de se observar quanto ao respeito aos direitos humanos e à conduta socialmente responsável.

A hipótese é a de que todo oficial da PM pode fazer mais dentro de seu papel e de forma positiva, quando atua em prol da mudança social, mediante uma formação humanizada e voltada ao respeito ao Estado Democrático de Direito. O pesquisador conclui que a APMBB tem papel decisivo na estrutura organizacional da instituição PM e na sociedade, quando passa a promover mudanças atitudinais nos oficiais da PM. A pesquisa leva a crer que é preciso revisar os currículos em pauta na APMBB, inserindo elementos que ajudem na construção do Estado Democrático de Direito e entendendo o exercício da atividade de polícia militar como prática da dignidade da pessoa humana e da cidadania.

O referencial teórico sobre currículo escolar se baseou em autores como John Dewey; John Franklin Bobbitt; Henry Giroux e José Gimeno Sacristán. Já a teoria sobre os mecanismos de poder vieram de Michel Foucault, a Teoria do pensar certo e ético vieram de Paulo Freire, e, a Teoria das competências discutida com Philippe Perrenoud. O referencial utilizado para as análises em Educação reuniu os seguintes estudiosos: Michael Whitman Apple; John Franklin Bobbitt; John Dewey; Ivor F. Goodson; Antonio Flavio Barbosa Moreira; Tomaz Tadeu da Silva; Edgar Morin; Antônio Nóvoa; Selma Garrido Pimenta.

11- Título: *L'enseignement d'une elite: a (re)invenção das tradições na Academia Militar Paulista(1931-1944)*

Nome do Autor: Samuel Robes Loureiro

Ano de defesa: 2012

Curso e Instituição: Mestrado/PUC-SP

Pesquisa vinculada à Linha de pesquisa História, política e sociedade, tendo como orientador o Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, formado inicialmente

em Filosofia, com mestrado e doutorado em Educação. Trabalha com pesquisas na área de História e atua na mesma área. Repete seu papel de orientador de Loureiro num atual doutoramento do autor.

A pesquisa trata da evolução histórica da Academia de Polícia Militar do Barro Branco do estado de São Paulo, que tem a missão de formar os oficiais da Instituição. Observa as tradições surgidas na década de 1930, com destaque para aquelas que compunham o projeto de modernização do ensino dos cadetes por meio de modificações no uniforme e da implantação do espadim. Esse projeto foi levado a efeito por oficiais do Exército que tiveram papel de interventores junto à Força Pública paulista, por conta das revoluções tenentistas. Loureiro partiu de seus conhecimentos com fulcro em sua formação em História e de sua pesquisa no Mestrado profissional que lhe proporcionou os primeiros passos na construção do tema para este estudo. A pesquisa veio, dessa forma, contribuir com a Educação por meio dos estudos sobre a formação dos militares no país, assim também com o conhecimento sobre a trajetória do ensino nas polícias militares brasileiras.

A pesquisa tem seu recorte temporal voltado para o período de 1810 a 1944, pelo fato de que houve mudanças significativas tanto nas escolas de formação de oficiais do Exército quanto na Força Pública paulista nesse mesmo período. Em nenhum momento o autor faz menção à Matriz Curricular Nacional como motivadora da pesquisa. Loureiro (2012) faz uma abordagem histórica profunda sobre o ensino militar no Brasil e suas origens. Analisa a influência francesa na formação da Força Pública Paulista e o peso das revoluções tenentistas na história do ensino na Força Pública Paulista.

O pesquisador parte da história contemporânea e do estudo das tradições, baseado nos historiadores como Thompson (1981), Williams (1992) e Hobsbawm (1989, 1997). Para estes pensadores, as tradições fazem parte da cultura das instituições e dos povos, porém de forma ativa, os indivíduos criam tradições, as aceitam ou as rejeitam. A pesquisa parte da seguinte pergunta: como são pensadas as tradições diante das reformas no ensino numa Instituição como a Polícia Militar de São Paulo? Seus objetivos, dentre outros, foram demonstrar as relações e influências entre a história da educação e a história das instituições militares e policiais e; contribuir com o ensino policial militar demonstrando que apenas mudanças curriculares e intensificação de treinamento não são suficientes

para diminuir os comportamentos indesejados.

Uma das premissas da pesquisa e sua contribuição para a profissionalidade PM, uma vez que se confirma, é que as instituições militares se preocupam de maneira precípua com a formação de seus quadros e que, por esta razão, é comum extrapolar a educação formal e submeterem os alunos a processos singulares de profissionalização. Outra premissa, sustentada pelo autor, é a de que o berço da cultura miliciana se encontra nas escolas de formação de oficiais, vez que os próprios oficiais a reproduzem nas demais escolas. A hipótese levantada pelo autor seria a de que a reforma ocorrida na Escola Militar do Realengo (EMR), que trouxe um novo uniforme em 1931, foi a origem das tradições da Academia da PM do Barro Branco de São Paulo e que criou o uniforme histórico e o espadim. O autor confirma esta hipótese, argumentando que a reforma teve por objetivo disciplinar os alunos e toda a tropa da polícia, além de fazer com que aceitassem a posição de reserva do Exército e combater as ideologias socialistas, por meio da criação de uma origem histórica ligada ao Exército:

[...] a invenção dessas tradições no CIM também teve objetivos políticos e educacionais específicos, como o de inculcar nos oficiais [...] uma disciplina tal que os afastasse da política, o que evitaria que ocorressem novos eventos semelhantes à Revolução de 1924 e à Revolução Constitucionalista de 1932. (LOUREIRO, 2012, p.296).

Além disso, Loureiro expõe sua análise sobre o que realmente teria surtido efeito nas tentativas de despolitização dos jovens oficiais militares nesse processo de mudança, nos cursos de formação, que ele dividiu em cinco fases. Mostra claramente que os currículos com forte erudição científica, implantados na segunda fase, e aqueles voltados aos conhecimentos profissionais e práticos efetivados na terceira fase não atingiram os objetivos de despolitização dos oficiais. Porém, quando implantado um conjunto de tradições e também um novo herói militar, Duque de Caxias, aristocrata e apolítico, somado a uma forte disciplinarização, por meio de indumentárias, implementação do espadim de Caxias e um conjunto de ritos diários, o resultado esperado não tardou a aparecer:

Outro objetivo do processo de invenção das tradições na FPESP era a construção de um vínculo histórico artificial entre FPESP e o EN. [...] a fim de fortalecer a proposta de subordinação das Polícias Militares ao EN,

por isso as solenidades de entrega de espadins e os uniformes de gala semelhantes na EMR e no CIM da FPESP. (LOUREIRO, 2012, p. 297).

Loureiro ressalta em suas *considerações finais*, que o novo modelo fora facilmente aceito pelos oficiais da FPESP devido à aspiração em que se encontravam buscando redefinir a missão de *pequenos exércitos* para aquela de policiamento, distanciando-a da imagem de inutilidade e de instituição onerosa: “Dessa forma, a assimilação das novas funções de vigilância e manutenção da ordem justificava a própria existência da corporação.” (2012, p. 303). Ainda nesse sentido, o estudo contribuiu sobremaneira para os conhecimentos sobre a profissionalização das polícias militares brasileiras, e está plenamente inserido na área de educação, tratando da análise histórica dos currículos dos cursos destinados à formação dos oficiais da FPESP.

O autor utilizou para sua pesquisa os seguintes autores em Educação: Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron; Homero G. Cerqueira; José Tarcísio Grunennvaldt ; Julia Dietrich; Antônio Carlos Will Ludwig e Ronilson Souza Luiz. A bibliografia utilizada com maior frequência foi: Enio Antônio de Almeida; Euclides Andrade e Hely F. da Câmara; Luiz Educardo Pesce de Arruda; José Murilo de Carvalho; Celso Castro; Homero de Gorge Cerqueira; Heloisa Rodrigues Fernandes; Eric Hobsbawm; Elton Licério Rodrigues Machado; Jehovah Motta; Carlos Roberto Peres; Fernando da Silva Rodrigues; Miriam de Oliveira Santos.

12- Título: *Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca do aluno policial militar*

Nome do Autor: Daniele Alcântara Nascimento

Ano de defesa: 2012

Curso e Instituição: Mestrado/UnB

A pesquisa teve orientação da Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira, que é formada em Psicologia, com mestrado em Psicologia Social e da Personalidade, além de doutorado em Educação na área de concentração de Psicologia Educacional, e pós-doutorado com foco em Psicologia e Educação. Além disso, a banca de Nascimento contou com professores da Educação e da Psicologia. A pesquisadora se apresenta como policial militar num poema de sua autoria no início do trabalho: “No dia em que entrei na Polícia Militar de nada eu

sabia [...]” (NASCIMENTO, 2012, p. v), e servia, à época da pesquisa, no Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP) como capitã. Sediado na Academia de Polícia Militar de Brasília, o ISCP é um Instituto Federal de Educação Superior reconhecido pelo MEC, por meio da Portaria nº 716 de 08 de agosto de 2013, e oferece os cursos destinados aos policiais militares do Distrito Federal.

No que se refere ao sistema de ensino na PMDF, tem-se o Departamento de Educação e Cultura (DEC), abaixo dele está a Diretoria de Formação, à qual se subordina a Academia de Polícia Militar de Brasília, reconhecida como Instituto Superior de Ciências Policiais. A preocupação da autora com a profissionalização dos policiais militares, além de sua ligação direta com uma instituição de formação PM, tanto como oficial quanto como docente, despertou-lhe o interesse em contribuir com a temática.

A autora afirma que dentro da importância e do clamor pela profissionalização das polícias brasileiras, diante do crescente da criminalidade, o processo de formação torna-se foco de estudos e assim também a necessidade de se conhecer as concepções dos professores sobre os alunos policiais. Desta forma, a pesquisa foi realizada com os docentes da Escola de Formação de Praças e Escola de Formação de Oficiais do Distrito Federal. Para a Educação, como bem lembra autora, é o vislumbre de um campo temático pouco explorado, qual seja, das concepções de professores sobre os alunos policiais militares.

Uma melhor qualificação profissional dos policiais militares vincula-se a figura do professor, bem como em sua forma de pensar este aluno e de condução de sua prática pedagógica para a formação do operador de segurança pública. Entretanto, além das deficiências relacionadas aos conteúdos programáticos dos cursos de formação, observam-se fragilidades comuns também no que tange aos recursos humanos disponíveis para o ensino policial. (NASCIMENTO, 2012, p.18).

Segundo Nascimento, quando se conhece as idealizações dos professores sobre formação e o significado de docência, é um caminho para se conhecer suas práticas pedagógicas e o que esperar dos futuros profissionais. A autora não deixou claro o período em que teria realizado a pesquisa, o que faz supor ser entre 2011 e 2012, período este em que realizava o mestrado. A pesquisadora trata ao longo de sua pesquisa sobre o surgimento da polícia militar, explicando em seguida sobre a estrutura organizacional da PMDF e do seu sistema de ensino em específico. Depois, continua explicando o conceito de *concepção* adotado para

sua pesquisa e que norteia todo o trabalho paralelamente comum a análise rápida que faz da Matriz Curricular Nacional em uma versão de 2009 e as teorias que aborda e que permeiam o estudo, vez que são a base na formulação dos currículos dos cursos de formação de policiais no Brasil. Percebe-se que Nascimento dialoga com alguns dos autores que sustentam teoricamente a ideia da MCN, recebendo, desta feita, motivação para o direcionamento de sua pesquisa.

A autora trabalha as teorias de Libâneo, Vigotsky e Schön fazendo uma relação de seu objeto de estudo com os objetivos apresentados pela MCN. Trata-se de uma pesquisa em concepções, de caráter exploratório, que tem como problema apresentado o seguinte questionamento: “quais são as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar da Academia de Polícia Militar de Brasília?” (NASCIMENTO, 2012, p. 57) e como objetivo principal: “Conhecer e analisar as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar da Academia de Polícia Militar de Brasília” (p. 58). Em suas considerações finais, revela que os professores tanto os civis quanto os militares percebem os limites que afetam os alunos policiais militares, tendo em vista um curso e uma carreira baseada na hierarquia e disciplina. Percebem os alunos como aqueles com forte tendência a seguir regras, que têm ciência de que no futuro, como profissionais terão de abdicar de diversas coisas em decorrência do serviço. Os professores concordam ainda com a necessidade dos alunos PM exercitarem-se nas atividades reais de policiamento para adquirirem experiência e se adaptarem rapidamente ao cotidiano policial militar, contribuindo dessa forma com o aperfeiçoamento das habilidades profissionais.

Em suma, os professores têm concepções positivas em relação aos futuros policiais militares do Distrito Federal. Para a área de Educação, Nascimento dialogou com diferentes autores, entretanto os mais citados são: Alda Judith Alves Mazzotti; Julio Groppa Aquino; Michèle Artigue; Almir Balieiro; Maria das Graças de Almeida Baptista; Doris Pires Vargas Bolzan; Fátima Camargo; Valter Carabeta Júnior; Paulo Freire; Carlos Eduardo Guimarães; José Carlos Libâneo; Maria da Glória Soares Barbosa Lima; Lino de Macedo; Marcos Tarciso Masetto; Liria Aparecida Pereira; Philippe Perrenoud; Olga Pombo; Rosana Argento Rebelo; Carl Rogers; José Gimeno Sacristán; Donald Schön; Nielza Da Silva Maia De

Souza; Maurice Tardif; Lev Semenovitch Vygotsky; Miguel A. Zabalza. Além disso, adota ainda como os mais citados referenciais bibliográficos os seguintes autores: Vera Cabrera Duarte; AntonioVicente M. Garnica; Thiago Gomes Nascimento e Paula Poncioni.

4.2 Análise das Pesquisas

Com base na apresentação supra, em que as pesquisas são qualificadas, far-se-á, neste segundo momento, as análises pontuais em que se busca responder aos objetivos traçados inicialmente. Dessa forma, para o primeiro objetivo, de mapear e analisar as produções defendidas na área de educação com a temática de formação de oficiais da Polícia Militar, foram traçadas as seguintes subdivisões: 1) número de produções e suas representações por regiões e por Instituições e; 2) perfil dos pesquisadores.

Inicialmente, considera-se o que já fora observado, nesse sentido, lembrando que todos os pesquisadores são oficiais PM dos diversos Estados brasileiros, a maioria homens e, acrescente-se, que suas motivações para o tema em questão iniciam-se com a experiência profissional na área da educação dentro das Instituições PM.

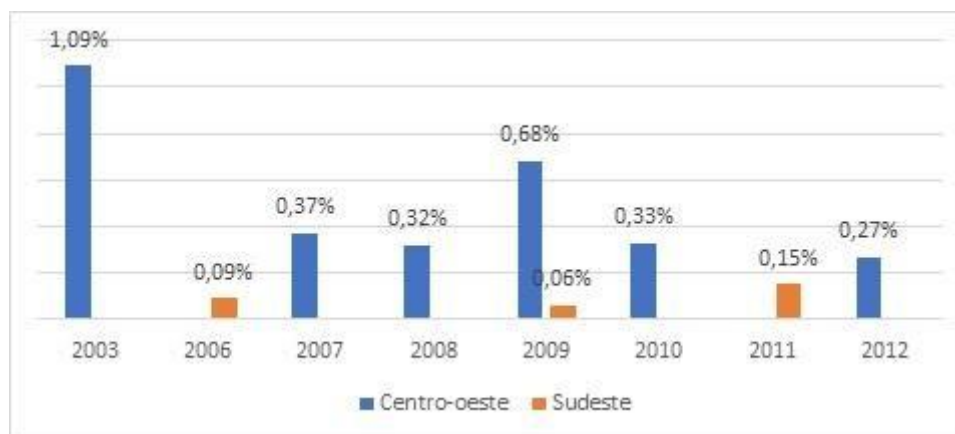
E prosseguindo, fez-se uma análise das pesquisas por regiões e por Instituições, qual se mostra subsequentemente na Tabela 2 e no Gráfico 1:

Tabela 2– Total de Dissertações e Teses levantadas no banco de dados dos Programas de Pós-Graduação em Educação, recomendados pela Capes, referente ao período de 2003 a 2014

Região/Ano	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Centro-Oeste	91	225	267	313	291	300	407	360	2254
Sudeste	742	1086	1195	1340	1661	1291	1297	1281	9893
Total	833	1311	1462	1653	1952	1591	1704	1641	12147

Fonte: Dados da pesquisadora, em 2014.

Gráfico 1 – Levantamento bibliométrico das pesquisas de Tese e Dissertações por ano e região



Fonte: Dados da pesquisadora, em 2014.

Em relação aos percentuais de pesquisas realizadas por região, observa-se, no Gráfico 1, que não se encontraram produções acadêmicas nas regiões estabelecidas nos anos de 2004, 2005, 2013 e 2014. No que se refere ao primeiro lapso temporal de 2004 e 2005, é possível que seja o tempo de ingresso e término de cursos de Mestrado que foram iniciados depois das reformas curriculares que aconteceram em 2003, e que tiveram suas defesas após 2006. Ou seja, pode-se cogitar que houve um pico de motivação para pesquisas sobre a temática, em decorrência das discussões sobre formação PM à época. No respeitante ao segundo período 2013 e 2014, uma queda na motivação poderia ser explicada, devido ao aumento da oferta de cursos de pós-graduação pelas próprias Instituições PM, como as especializações e mestrados. Porém, nos dois casos, são cogitações e hipóteses, cabendo uma investigação mais atenta.

A região centro-oeste, conforme Tabela 2, apesar de apresentar números absolutos do total de pesquisas em educação inferiores à região sudeste, mostra-se mais propensa às pesquisas relacionadas à temática em questão, de acordo com o Gráfico 1. E, como observado que os pesquisadores são todos oficiais PM, o motivo pode estar na ausência do mestrado profissional ofertado pelas PMs naquela região, como o oferecido pela Polícia Militar de São Paulo, o que motivaria a busca por qualificação nas universidades. Além disso, não se pode descartar que Mato Grosso estimula discussões nesse sentido, quando realiza o evento nacional, mencionado anteriormente, sobre Ensino Superior nas Polícias Militares, que inclusive teve participação das Universidades do país.

A Tabela 3 agrega os totais absolutos por ano e instituição. Já no Gráfico 2

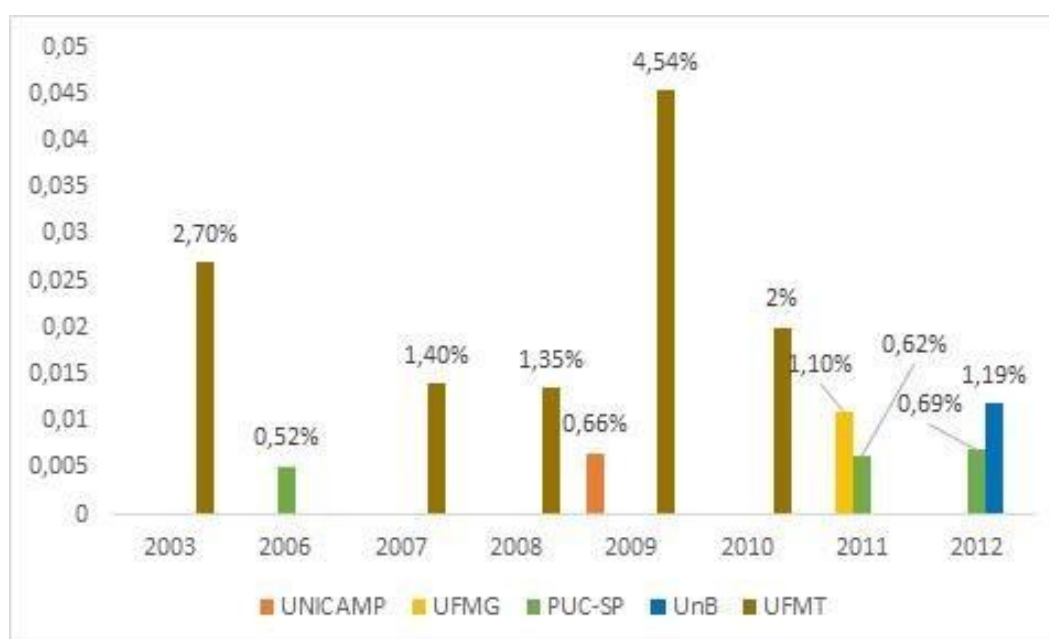
pode-se apreciar a representação percentual por ano e instituição:

Tabela 3 – Total absoluto de pesquisas levantadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, reunindo ano e Instituição

Ano/Instit.	UNICAMP	UFMG	PUC-SP	UnB	UFMT	Total
2003	163	41	34	00	37	275
2006	149	37	192	19	62	459
2007	141	74	183	26	71	475
2008	153	93	182	41	74	543
2009	151	104	177	68	44	544
2010	111	118	162	74	50	515
2011	141	90	181	140	50	582
2012	122	75	145	84	54	480
Total	1131	632	1216	452	442	3873

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora.

Gráfico 2 – Representação de Tese e Dissertações sobre a Temática em relação ao total por Instituição/ano



Fonte: Elaboração própria da pesquisadora, em 2014.

Os dados apurados e dispostos na Tabela 3, revelam um total de 3.873 pesquisas científicas, em nível *stricto sensu*, produzidas nas cinco instituições de ensino superior (UNICAMP, UFMG, PUS-SP, UnB e UFMT), espalhadas pelas regiões centro-oeste e sudeste, inventariadas no período de estudo, trazendo a lume o tema formação de oficiais militares e segurança pública.

No Gráfico 2, destaca-se a Instituição UFMT como a que apresentou maior percentagem de pesquisas entre todas as demais e, some-se a isso, que houve certa regularidade temporal entre elas. Há que se pensar sobre as motivações que

estes oficiais/pesquisadores recebem, partindo do princípio de que a Instituição PM em Mato Grosso não oferece ainda o mestrado profissional a exemplo da PMSP. Pode-se pensar na relação de coleguismo e amizade como importantes fatores de motivação e constância, quando um oficial que esteja concluindo o mestrado, prepare outro colega em quem perceba interesse nas pesquisas para prosseguir nos estudos. Como ficou patente nos casos apresentados nas investigações de Balieiro (2003) e Sandes (2007), Rondon Filho (2008) e Leal (2010) e também, em Mainardi (2009) que contaram com apoio inclusive dos professores civis, Naldson Ramos da Costa, Luiz Augusto Passos e Saulo Tarso Rodrigues. Além do oficial PM e professor doutor Ronilson de Souza Luiz. Este último, graduado em Letras, mestre e doutor em Educação, além de oficial da PMSP, esteve presente como membro de bancas examinadoras e destaca em seu currículo que “[...] Orienta de forma voluntária policiais militares interessados em realizar pós-graduação stricto sensu.” (conforme consta em seu CV Lattes, 2017²⁰). Sua participação e interesse, nesse sentido, tem contribuído de forma a interligar oficiais PM às universidades, por meio de pesquisadores acadêmicos, incentivando os estudos sobre o tema em questão e também possibilitando a troca e o compartilhamento de conhecimentos em formação de policiais militares. Seus trabalhos não são contemplados neste estudo devido à delimitação de tempo e do universo de formação de oficiais, porém não poderia deixar de mencionar o pesquisador e seu trabalho que tem sido significativo na presente perspectiva. O Prof. Ronilson contribuiu com a formação dos seguintes oficiais/pesquisadores:

1. Gabriel Rodrigues Leal (2011);
2. Diva Maria de Oliveira Mainardi (2009);
3. Enio Antonio de Almeida (2009);
4. Edson Benedito Rondon Filho (2008) e;
5. Homero de Giorge Cerqueira (2011).

²⁰Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4138456T0>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

Como já mencionado anteriormente, os pesquisadores são todos oficiais das polícias militares. Esses dados mostram que, muito embora as pesquisas tenham sido realizadas em Instituições civis, o interesse pelo tema tem se restringido aos próprios policiais militares e, exclusivamente, aos oficiais. Por um lado, demonstra que o grupo responsável pela direção das Instituições, ou seja, os oficiais, está buscando melhor preparo para as responsabilidades inerentes às suas patentes e aos cargos e funções que devam assumir dentro da segurança pública.

Por outro lado, mostra que é provável que outras mudanças exigidas pela sociedade e importantes, para que seja melhor atendida pelas polícias, estejam sendo prejudicadas devido à essa restrição do olhar do pesquisador, que olha apenas para o universo ao qual pertence e onde atua. Neste contexto, imprescindíveis são pesquisas que careçam de perspectivas diferentes das do público interno, com a devida abertura dos quartéis PM para esses pesquisadores. É importante ainda questionar se persiste uma resistência por parte das Instituições sobre esta temática, bem como em abrir suas portas ao público de fora para que seja estudada também por pesquisadores civis, recebendo, assim, suas contribuições de forma positiva.

Quanto à formação dos pesquisadores, autores dos trabalhos científicos inventariados, os dados seguem estampados nas Tabelas 4, 5 e 6, subsequentes:

Tabela 4 – Formação dos pesquisadores: Graduação

Item	Pesquisador/ Cursos	Curso 1	Curso 2	Curso 3
1	Baleiro	Formação de Oficiais		
2	Cerqueira	Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública	Direito	
3	Sandes	Administração	Intensivo de Habilitação de Oficiais	
4	Rondon Filho	Formação de Oficiais	Direito	Ciências Sociais
5	Mainardi	Formação de Oficiais	Ciências Sociais	
6	Gonçalves	Formação de Oficiais		
7	Almeida	Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública		
8	Leal	Segurança Pública		
9	Lopes	Psicologia		
10	Loureiro	Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública	História	
11	Nascimento	Educação Artística	Letras Espanhol	Direito

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, em 2014.

De acordo com as Tabelas 4, 5 e 6, é possível perceber que a maioria dos pesquisadores, antes de ingressarem no Mestrado em Educação, percorreram um longo caminho em cursos anteriores, desenvolvendo conhecimento em outras áreas e possibilitando amadurecimento de perspectivas sobre o campo temático e sobre a profissão. Além disso, percebe-se que as diferentes Polícias Militares realizam cursos de formação de oficiais com nomenclaturas diversas, assim tem-se: Curso de Formação de Oficiais, Intensivo de Habilitação de Oficiais e Curso de Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Nesse sentido, a falta de unidade das Instituições PM que se dividem nos diversos Estados da Federação leva a dificuldades de comunicação, compartilhamento de ideias, discussões entre as Instituições e consonância de pensamentos sobre a formação de seus profissionais

e sobre outros aspectos da profissão.

Tabela 5 – Formação dos pesquisadores: Especialização e Mestrado

Item	Pesq./ Cursos	Especialização 1	Especialização 2	Mestrado 1	Mestrado 2	Mestrado 3
1 2	Balheiro Cerqueira	Tecnologia Educativa	Segurança e Ordem Pública	Educação Educação e Direitos Humanos	Educação	Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública
3 4	Sandes Rondon Filho	Gestão em Segurança Pública	Inteligência de Segurança Pública	Educação		
5 6	Mainardi Gonçalves	Gestão em Segurança Pública		Educação		
7	Almeida	Curso de Aperfeiçoam ento de Oficiais Ciências Sociais		Educação	Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública	
8 9 10	Leal Lopes Loureiro		Criminologia	Educação Educação Educação	Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública	
11	Nascimento	Segurança Pública e Cidadania	Ciências e Jurídicas	Educação		

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, em 2014.

Tabela 6– Formação dos pesquisadores: Doutorado

Item	Pesquisador/Cursos	Doutorado
1	Balheiro	História Social
2	Cerqueira	Educação
3	Sandes	Educação
4	Rondon Filho	Sociologia
5	Mainardi	
6	Gonçalves	
7	Almeida	Educação
8	Leal	Educação
9	Lopes	
10	Loureiro	História da Educação
11	Nascimento	

Fonte: Dados levantados pela pesquisadora, em 2014.

Percebe-se ainda que os pesquisadores, em número significativo, realizam outro curso de graduação, além do curso da PM, e da mesma forma, prosseguem em mais um curso de especialização, além daquele oferecido pelas Instituições. Ademais, São Paulo oferece mestrado profissional aos seus oficiais, qual seja, em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, possibilitando assim incentivo às pesquisas, contribuindo sobremaneira com o conhecimento sobre Polícia Militar e sobre Segurança Pública, canalizando uma boa parte de interessados para esta modalidade.

Prosseguindo nas análises, e na tentativa de alcançar os objetivos traçados, é possível observar o interesse e a contribuição da área de Educação para a formação de policiais militares, considerando-se o lançamento da Matriz Curricular Nacional no ano de 2003 como marco de motivação para os pesquisadores da área. Entretanto, ainda de abrangência tímida e pouco frutífera. Este objetivo levou-nos ao levantamento de outras questões pertinentes, tais como: 1) tipos de saberes produzidos; 2) as propostas apresentadas; 3) Matriz Curricular Nacional como motivação para os pesquisadores e; 4) referenciais da área de Educação presentes nas pesquisas.

Na sequência, a Tabela 7 reúne os números estatísticos referentes às publicações de teses e dissertações:

Tabela 7 – Quantitativo de publicações de Teses e Dissertações

	2003	2004-2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013-2014	Total
Dissertações	01	-	01	01	01	03	01	01	02	-	11
Teses	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Total	01	-	01	01	01	03	01	02	02	-	12

Fonte: Dados coletados pela autora, em 2014.

Dessa forma, considerando-se a Tabela 7, é possível perceber que foi maior o número de dissertações do que de teses, depreendendo-se que as pesquisas no campo temático sobre formação de oficiais encontram-se ainda em fase inicial, como ensaios para que se consolide os saberes dentro da Educação.

4.3 Principais problemas, abordagens e conclusões

Considerando a produção acadêmico-científica respeitante à formação de oficiais no Brasil, no período de 2003 a 2014, a Tabela 8, na sequência, evidencia que era informada sobretudo pela Pedagogia. Sendo as demais abordagens encaminhadas para os aspectos históricos, sociológicos, epistemológicos, jurídicos, fenomenológicos e sócio-histórico.

Com base em Sores e Maciel (2000), em sua pesquisa sobre *Alfabetização* no Brasil, explicitam-se os critérios para as distinções de abordagens dos textos levantados:

4.1.1 *Pedagógica*: aqueles que tratam da formação de oficiais na perspectiva dos fatores internos ao contexto escolar, como as práticas pedagógicas, os mecanismos e processos presentes no cotidiano da sala de aula caracterizando alunos, professores ou demais figuras envolvidas no processo de formação;

4.1.2 *Sociológica*: a formação de oficiais é discutida à luz das condições sociais em que ocorre, analisando-se, do ponto de vista sociológico, sua determinação por fatores internos à escola e por mecanismos externos a ela;

4.1.3 *Jurídica*: aqueles que se preocupam com o processo educacional dos oficiais do ponto de vista jurídico e suas condutas como futuros profissionais da segurança pública;

4.1.4 *Filosófica*: a formação de oficiais é discutida do ponto de vista das reflexões geradas pelas vivências durante o processo educacional, assim também as vivências anteriores que conduzem ao curso de formação de oficiais;

4.1.5 *Histórica*: as pesquisas que buscam elucidar o caminho histórico percorrido pelas instituições escolares, bem como pelos cursos de formação, para sua consolidação da forma como são conhecidos na atualidade;

4.1.6 *Sócio-histórica*: contempla os estudos que, ao tempo em que abordam o percurso histórico, buscam analisar as ocorrências no cenário político e social em que as instituições e os cursos se envolviam no transcorrer do processo de consolidação.

A Tabela 8, a seguir, traz a matriz de articulação entre os temas e as abordagens:

Tabela 8 – Matriz de amarração dos temas e abordagens

Item	Tema	Abordagem	Recorte Temporal	Tipos de Pesquisa e Metodologia	Ano de defesa
1	Avaliação	Pedagógica e epistemológica	2001	Descritiva	2003
2	Prática dos educadores	Pedagógica	2006	Exploratória	2006
3	Uso da força	Sociológica	2001-2003	Bibliográfica e exploratória	2007
4	Educação jurídica	Jurídica e sociológica	2000-2007	Bibliográfica documental (Dialética e fenomenológica)	2008
5	Gênero	Filosófica	2007-2009	Obiográfica	2009
6	História Institucional	Histórica	1952-1960	Histórica (História oral)	2009
7	História institucional	Histórica	1906-1930	Histórica (Bibliográfica e documental)	2009
8	Formação humanística	Filosófica	2004-2006	Autobiográfica e fenomenológica	2010
9	Bacharelado em Ciências Militares	Sócio-histórica	1934-2007	Estudo de caso	2011
10	Prática escolar	Pedagógica	2009	Documental e de campo	2011
11	Cultura institucional	Histórica	1810-1944	Histórica (História oficial)	2012
12	Concepções de professores	Pedagógica	2011-2012	Exploratória	2012

Fonte: Dados levantados pela autora, em 2014.

A Tabela 8 revela que os referenciais da Pedagogia predominam nos estudos sobre formação de oficiais, em diferentes momentos do período 2003-2014, sendo seguidos pelos referenciais da História. Percebe-se também que devido ao reduzido número de pesquisas ainda não foi possível a interdisciplinaridade sobre o tema formação de oficiais. Além do mais, existe uma contribuição incipiente da sociologia e que se restringiu aos anos 2007 e 2008, deixando um lapso temporal de seis anos.

Ainda na Tabela 8, quanto ao Tipo de pesquisa e Metodologia, foram dessa forma classificadas as pesquisas de acordo com as definições dos próprios autores. Percebe-se uma diversidade considerável de tipos e metodologias, com destaque para as exploratórias que compreenderam os temas relativos às práticas dos educadores, concepções de professores sobre os alunos e dos alunos como futuros profissionais quanto ao uso da força, ou seja, quanto ao uso de seu instrumento de trabalho, a força. Dessa forma, percebe-se que existe curiosidade em se entender como se dão as relações entre os educadores, sejam civis ou militares, e os alunos e, também os resultados desse relacionamento, ou seja, como essas interações resultam para os futuros profissionais em se tratando do bom uso de seu instrumento de trabalho. Ademais, percebe-se que estas relações ainda são pouco compreendidas e, necessário se faz prosseguir no desenvolvimento desses estudos.

No que concerne às pesquisas históricas, o interesse por esse tipo de pesquisas é dá apenas em 2009 e 2012, e investigando as instituições escolares, de forma que se interessam apenas pelos processos históricos relativos à consolidação dos cursos e das instituições.

As demais classificações de pesquisas em estudo de caso, descritiva, autoetnográfica e otobiográfica foram incipientes, deixando espaço para estudos futuros utilizando-se desses tipos e metodologias.

Não sem propósito, buscando responder ao objetivo de descrever e analisar o caminho trilhado pela formação de oficiais PM, para a consolidação da sua profissionalidade, procura-se, neste momento, dialogar com os pesquisadores sobre suas conclusões e propostas. Por este viés, após ter qualificado as pesquisas uma a uma no Capítulo 4.1, prossegue-se apresentando a contribuição

para a área de Educação e para a profissionalidade em diversos sentidos.

As transformações na formação dos oficiais PM, que tiveram início com as Bases Curriculares Nacionais em 2001, passando, em seguida, à Matriz Curricular Nacional em 2003, alcançaram, nesse ano, a pesquisa de Balieiro que tem um caráter pedagógico e se centra nos professores civis e militares da APMCV em Mato Grosso. Balieiro (2003) encontrou reforço nas conclusões dos demais autores, mostrando que o quadro docente que formou as bases de saberes e atitudes dos oficiais egressos do CFO, no ano de 2003, carregava consigo concepções de ensino tradicionais e, ao mesmo tempo, construtivistas. Ou seja, havia já uma tensão entre o novo modelo e o antigo modelo, que seria o reflexo das resistências que os tenentes enfrentaram após a formação na Academia.

Noutro sentido, Cerqueira (2006), com um viés pedagógico, aponta falhas na formação no que diz respeito às discrepâncias entre o que é proposto nos currículos e aquilo que é praticado no cotidiano das relações entre professores e alunos e entre oficiais e alunos, bem como nas rotinas dentro das Academias. Segundo o autor, essas práticas estariam desvirtuando a formação dos policiais na direção de atitudes cidadãs e na eficiência para lidar com situações complexas. Para tentar solucionar isto, propõe mesclar o curso de formação com disciplinas a serem estudadas dentro das universidades, formando um oficial *híbrido*.

Nesse sentido, Sandes (2007) ressalta, em suas análises de abordagem sociológica, que houve mudanças parciais na formação, visto que se tornaram mais democráticas em termos de currículo, pois de acordo com sua pesquisa de campo, os próprios oficiais mencionaram resistências culturais no processo formativo, principalmente quando em estágios nos batalhões. Ou seja, ocorreu um choque entre gerações de profissionais, por volta de 2004 a 2006, considerando-se que sua pesquisa foi com os tenentes egressos do CFO em 2003.

Sandes (2007) conclui que a Matriz motivou uma mudança curricular na formação dos oficiais e, comparando com os demais pesquisadores, fica patente que as falhas ocorrem em termos de práticas formativas, devido às resistências culturais e despreparo do pessoal envolvido nos processos educacionais. Além disso, o choque de gerações dificultou a efetiva implantação da MCN, aumentando os obstáculos.

Corroborando nesse raciocínio, Rondon Filho (2008) mostra com olhar jurídico e sociológico, que mudanças curriculares foram implementadas na PMMT com

intuito de enfatizar as disciplinas técnicas e militares nos períodos de 2000 a 2007 e, que, em somando-se às práticas arraigadas nas unidades de ensino, permaneceram opostas às propostas pedagógicas humanistas da MCN. Essas mudanças partiram de sugestões dos oficiais PM com mais tempo na carreira e que tiveram sua formação dentro de um perfil anterior à MCN, ou seja, que não contemplava o Estado Democrático de Direito e nem os aspectos humanistas na formação. Essa postura da PMMT, em atender a uma demanda externa à escola, mostrou que a Instituição não estava preparada para mudanças nesse sentido e, que, não trabalhou para que fossem aceitas, possibilitando rejeição elevando à que um passo atrás fosse dado para as novas tendências na formação de oficiais.

O estudo de Rondon Filho (2008) confirma as conclusões de Sandes (2007) à medida que este ressalta mudanças nos currículos que enfatizaram o uso da força e de armas de fogo como ponto central das reformas, ou seja, atualização da organização curricular voltada às técnicas e procedimentos atitudinais específicos das atividades de polícia. Especialização com melhorias na profissionalização, porém sem contemplar os demais aspectos das competências complexas, quais sejam, a preocupação com seu papel de profissional responsável com as consequências desencadeadas por seus atos, principalmente no âmbito político-estratégico. Da mesma forma, o aspecto histórico, ou seja, a capacidade de compreender o processo sócio-histórico que permitiu avanços nas transformações sobre segurança pública e a formação dos agentes.

Logo, Mainardi (2009) vem confirmar em seu estudo de caráter filosófico, que a dificuldade de mudanças culturais e atitudinais nos cursos e nos profissionais egressos do CFO persiste, vez que a cultura carrega fortes valores masculinos, tendo sua origem nos conflitos armados em que as PM construíram sua história. Do que se pode inferir, quando observadas essas considerações em meio às demais pesquisas, que a reprodução desses valores tem se mantido nas Academias independentemente de mudanças curriculares e de legislação— nas quais, por exemplo, se permite o ingresso de mulheres nas PM sem as adequações necessárias para tal.

As pesquisas no período de 2003 a 2009 mostram, em resumo, o choque de gerações que não conseguiu assimilar as mudanças curriculares, causando uma colisão de valores, vez que foram formadas consoante propostas diferentes. Essas tensões entre os modelos de formação divergentes também levam a concluir que a

nova organização curricular apresentada em 2003 causou abalos nos valores até então vigentes, ou seja, o projeto de mudança na formação dos policiais estava atingindo o esperado, e sua comprovação foi a resistência que encontrou na cultura institucional.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa de Gonçalves (2009), de caráter histórico, aponta para uma preocupação antiga da Instituição PM de Mato Grosso, em buscar que seus oficiais se especializassem nos moldes da FPSP, do Distrito Federal e do Exército. Gonçalves terá suas conclusões confirmadas por Loureiro (2012), no que respeita à ânsia dos oficiais da época de se definir e entenderem a missão das Forças Públicas. Assim também, os dois autores concordam que a militarização foi sendo reforçada à medida que as Forças Públicas se orientaram pela formação das Forças Armadas, bem como por meio das instruções militares europeias para a consolidação dos seus cursos de formação.

Por seu turno, Almeida (2009), em sua abordagem também histórica e, corroborando com Gonçalves (2009), mostra que a cultura militar dentro das PM se originou propositalmente e com treinamento da tropa voltado para militarização na consecução da independência em relação ao Exército no final do século XIX. Desta forma, fora alavancado o modelo profissionalizado das polícias militares, partindo do Estado de São Paulo em direção às demais unidades da Federação, e tendo como motivação interesses políticos da classe dominante.

Para Almeida (2009), a persistente existência das polícias militares decorre de sua lealdade e eficiência ao poder civil regional. Além disso, as inquietações que perduram ainda na atualidade sobre a verdadeira missão das polícias militares e sua destinação foram cuidadosamente elaboradas e mantidas para sua melhor manipulação, vez que, sem saber ao certo o que se deve fazer, pode-se fazer qualquer coisa ao sabor de quem tem o poder.

Em sua análise, Almeida (2009) destaca que ao longo da história, apesar de alguns episódios, como os destacados neste trabalho, os oficiais PM permaneceram durante muito tempo afastados da política e das decisões estratégicas de Estado, sendo usados como *peões do tabuleiro*.

E, prosseguindo na sequência cronológica, Leal (2010) vem acrescentar que os desvios na prática curricular e a expectativa equivocada durante a formação tornam os oficiais egressos dos cursos inseguros e cheios de incertezas quanto às tomadas de atitude, em decorrência de uma trama discursiva que desvirtua os

objetivos traçados nas propostas pedagógicas dos cursos, acabando por se modelar nos *enredos de poder*.

Numa análise apurada, Lopes (2011), de seu ponto de vista sócio- histórico, além das contradições entre o que se planeja, o que se pratica e o que se espera dos futuros oficiais, traz a lume a falta de qualificação dos policiais militares que se dedicam à educação dentro das PM. Situação que poderia ser solucionada com a criação de um quadro docente permanente para as escolas de formação, segundo a autora.

De acordo com Cerqueira (2011), em seu estudo de caráter pedagógico da formação de oficiais, a preocupação das Academias deveria se voltar ao desenvolvimento dos saberes que compõem as disciplinas dos cursos de formação. Ou seja, as disciplinas devem explorar e desenvolver nos alunos as atitudes que fazem parte das competências de um profissional. Além disso, Cerqueira (2011) destaca a liderança como importante disciplina a integrar os currículos dos cursos de formação de oficiais, assim como a intensificação de parcerias com as universidades no sentido de motivar pesquisas em segurança pública.

As análises de Cerqueira (2011), por certo são as que mais se aproximam dos estudos das competências complexas na formação de oficiais PM, vez que mostram preocupação com os conteúdos dos currículos como norteadores do desenvolvimento das capacidades, habilidades e atitudes necessárias à profissionalidade PM. Sua hipótese sobre o importante papel que têm os policiais militares em prol das mudanças sociais, e voltado essencialmente para o respeito aos direitos humanos a partir de sua própria formação humanizada, leva-o a concluir que as Academias como Instituições formadoras de futuros profissionais da segurança pública têm importância crucial na estrutura de organização PM e, conseqüentemente, na sociedade.

Outrossim, Loureiro (2012), em seu estudo de caráter histórico, chama de *processos singulares de profissionalização* as mudanças na formação dos quadros das Instituições militares, de maneira que extrapolam a educação formal e se preocupam em especial com as relações e o cotidiano dos seus alunos. E reforça afirmando que treinamentos e reformas nos currículos não surtem efeito de despolitização, controle e manipulação como a construção de uma cultura que se reproduz.

Para Loureiro (2012), as PM além de terem sido intencionalmente confundidas em sua missão e sua destinação, acrescenta ainda que sua origem também fora uma invenção para melhor controle dos efetivos. A criação das tradições militares e uma falsa ligação de berço com o Exército foi inventada para melhor subordinação das PM, da mesma forma, diversas mudanças curriculares foram implementadas ao longo da história, em especial na Força Pública de São Paulo com o intuito de ideologias de controle serem aceitas facilmente. Loureiro conclui que a mudança mais eficaz foi a da cultura e tradições, como ritos, adereços e uniformes bem como a construção de um herói obediente e leal aos governos, qual seja, Duque de Caxias, aristocrata e apolítico.

E, no que diz respeito aos professores civis, Nascimento (2012), em sua análise pedagógica, aponta que os docentes têm concepções positivas dos alunos, mas ressaltam que os futuros oficiais apenas interpretam o papel que lhes é exigido e cumprem as regras pelas quais são guiados e mensurados. Os professores alertam que não seria esta realidade com os futuros oficiais se deparariam fora da Escola, sendo necessária atualização dessas rotinas e relações, ou melhor, redefinição do que se exigir, em termos de atitudes dos alunos, de forma a prepará-los para a realidade complexa que os aguarda, a qual exigirá deles competências também complexas.

Por certo, Nascimento (2012) coloca uma questão importante sobre solução de continuidade entre os currículos, que estão em perfeita sintonia com as necessidades e direitos dos cidadãos e, as práticas encontradas nas Academias de Polícia Militar, que reforçam ainda subserviência e, negligenciam o (des) preparo para lidar com situações que exijam competências específicas.

Em suma, é possível verificar que houve uma crescente preocupação das pesquisas, a partir de 2009, em destacar o desenvolvimento das competências necessárias a serem trabalhadas nos cursos de formação, em consonância com a adequação dos quadros docentes e técnicos das Instituições formadoras. Mesmo nas pesquisas de viés histórico, percebe-se um processo de profissionalização e especialização que foi avidamente construído e culminando com as demandas por profissionais que estivessem imbuídos de algo além das habilidades e dos saberes técnicos.

Destarte, após estas observações e considerações sobre a formação de oficiais e, atendendo ao objetivo de conhecer a influência da MCN

como motivadora de pesquisas no tema formação de oficiais, depreendeu-se que, dos trabalhos observados, três tiveram a Matriz Curricular Nacional como motivação direta para suas pesquisas no campo temático; três não mencionaram taxativamente a MCN como motivação, porém dialogaram com ela em diversos momentos no texto, utilizaram de seus autores e teorias e se balizaram por seus parâmetros curriculares; e, por derradeiro, seis pesquisadores não mencionaram, nem demonstraram terem partido da MCN para seus questionamentos e reflexões. Ou seja, a Matriz Curricular Nacional teve importância moderada na motivação de reflexões acerca da educação policial militar e essa motivação reverberou apenas dentro das próprias Instituições PM.

Estas análises levam à necessidade de prosseguir no intuito de atender aos objetivos traçados inicialmente, destacando-se, assim, o que os pesquisadores têm considerado importante para a formação de oficiais. Dessa forma, traçou-se as seguintes subdivisões: 1) linhas de pesquisa e; 2) orientadores (Tabela 9):

Tabela 9 – Apresentação das Linhas de Pesquisas, Temas e Instituições com dados encontrados para Tese

Item	Linha/Inst./Tema	UNICAMP	UFMG	PUC-SP	UnB	UFMT
1	Sem Linha				Concepções de professores	
2	Formação de Professores					Avaliação
3	Movimentos Sociais, Política e Educação Popular					-Uso da força -Educação jurídica -Gênero -Formação humanística
4	História da Educação					História Institucional
5	Conhecimento e Inclusão Social		Bacharelado em Ciências Militares			
6	História, Política e Sociedade			Cultura institucional		
7	Currículo			-Prática escolar -Prática dos educadores		
8	Filosofia e História da Educação	História institucional				

Fonte: dados levantados pela autora, 2014.

Analisando a Tabela 9, percebe-se que os temas preferidos têm sido aqueles que se preocupam com as concepções dos docentes acerca dos alunos,

do curso, do currículo e das relações em sala de aula entre professores e alunos, tanto civis quanto militares. Também se destacam os temas que investigam os processos históricos de criação dos cursos de formação e das próprias Instituições acadêmicas de formação de oficiais. E, por derradeiro, aparece como interesse das pesquisas o tema voltado aos currículos dos cursos, sua sincronia com as questões democráticas, as disciplinas que atendam às exigências atuais da sociedade e que desenvolvam competências necessárias ao enfrentamento de realidades complexas. São carentes ainda, apesar de aparecer neste estudo, os temas que dizem respeito às questões de gênero.

De fato, como são poucos os trabalhos sobre a temática de formação de oficiais PM na área de Educação, o leque de temas que permanecem abertos à investigação é bastante amplo. E analisando pontualmente dentro das linhas de pesquisas que já se permitiram estudos no tema formação de oficiais das polícias militares, tem-se o seguinte:

1- *Formação de professores*: como as próprias pesquisas apontaram, existem problemas a serem levantados no que concerne ao quadro docente das Instituições formadoras de oficiais PM. Principalmente no que diz respeito à dificuldade que os professores têm em trabalhar de acordo com as atualizações dos currículos, assim também a observação feita por algumas pesquisas de que os docentes, sejam eles civis ou militares não têm conseguido conciliar os objetivos dos planejamentos dos cursos com as práticas diárias.

Outro apontamento no sentido de pesquisas a serem feitas, seria sobre as expectativas em relação aos alunos, sobre o que os quadros docente e técnico devem demonstrar esperar em relação aos alunos de forma que seja o reflexo da realidade que enfrentarão como profissionais e não uma situação utópica apenas vivenciada e exigida durante os cursos. Outro ponto interessante que se revelou como problema a ser investigado seria sobre a necessidade de um quadro docente permanente para estas Instituições formadoras de oficiais PM, seu estudo, sua pertinência, viabilidade, etc.

2- *Movimentos sociais, política e educação popular*: nesta linha de pesquisa ficou patente que se tem deixado de lado a problemática científica da formação política de oficiais PM e os resultados disso nas políticas de Estado atuais em relação à participação dos oficiais em movimentos sociais e os

interesses nos direcionamentos políticos, bem como das situações que resultem em oficiais que são eleitos e iniciam carreira na política, além daqueles que indiretamente atuam nessa direção.

3- *História da Educação; História, Política e Sociedade e; Filosofia e História da Educação*: neste item optou-se por unir três linhas de pesquisas que têm como ponto em comum a História da Educação. Aqui aparecem como claras a serem investigadas diversas possibilidades dentro da história das instituições formadoras, nos diferentes Estados, suas origens e tradições. Além disso, na área da Filosofia, emerge como tema interessante para pesquisa o estudo da epistemologia das atividades de polícia, pois, como mostram as pesquisas, ainda não se têm parâmetros definidos sobre a área científica desse mister, como existe as Ciências Militares para as Forças Armadas. As Polícias Militares e suas atividades se distanciaram daquelas ditas propriamente militares ou como mostraram alguns estudos aqui abordados, nunca se identificaram inteiramente com elas. Nesse caso, interessante se tornam estudos que analisem sobre a ciência das atividades de polícia, sua construção e consolidação.

4- *Conhecimento e inclusão social*: aqui também se encaixam as pesquisas sobre o Estado da Arte e do Conhecimento que, como explicitado anteriormente, são poucas produções existentes na Educação e a situação se agrava quando se pensa em formação de oficiais PM no Brasil. Assim também, se vê em aberto o campo temático no viés das discussões sobre inclusão nas polícias militares. Por exemplo, não muito distante está a permissão para o ingresso de mulheres nas PM do Brasil, assim também pode-se pensar que outras possibilidades se abrem para os grupos socialmente excluídos no que concerne à exploração como temas para pesquisas.

5- *Currículo*: apesar desta linha parecer ter sido a mais estudada, mesmo em termos do próprio currículo em si, como também nos estudos históricos que fizeram concomitante um levantamento dos currículos das primeiras Academias de Polícias Militares no Brasil, ficou a desejar estudos que foquem a profissionalidade policial militar, além daqueles que busquem tratar dos sistemas de ensino próprios dos militares e que são assunto abordado no artigo 83 da LDBEN/96²¹, em se pensando que políticas de ensino podem fazer parte desta linha.

²¹**Art. 83º.** O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

As informações englobando o levantamento da formação dos orientadores e co-orientadores, abrigam-se na Tabela 10 seguinte:

Tabela 10 – Levantamento da formação dos Orientadores e Co-orientadores.

Item	Orientador	Formação	Co-orientador	Formação
1	Sérgio Roberto de Paulo	Física e doutorado em Física		
2	Alípio Márcio Dias Casali	Filosofia e Letras, mestrado em Filosofia da Educação e doutorado em Educação		
3	Maria Aparecida Morgado	Psicologia, doutorado em Psicologia Social		
4	Luiz Augusto Passos	Filosofia e Teologia, mestrado e doutorado em Educação e doutorado em Educação Pública	Saulo Tarso Rodrigues	Direito e doutorado em Sociologia do Estado do Direito
5	Silas Borges Monteiro	Filosofia, mestrado em Filosofia e doutorado em Educação		
6	Nicanor Palhares Sá	Pedagogia, mestrado e doutorado em Educação		
7	Mara Regina Martins Jacomeli	Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação		
8	Luiz Augusto Passos	Filosofia e Teologia, mestrado e doutorado em Educação e doutorado em Educação Pública		
9	Luiz Alberto Gonçalves	Mestrado em Educação e Doutorado em Sociologia	Wânier Aparecida Ribeiro	Psicologia e Pedagogia, mestrado e doutorado em Educação
10	Branca Jurema Ponce	Filosofia, Mestrado e doutorado em Educação		
11	Mauro Castilho Gonçalves	Filosofia, mestrado e doutorado em Educação		
12	Teresa Cristina Siqueira Cerqueira	Psicologia, mestrado em Psicologia Social e da Personalidade e doutorado em Educação		

Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora, 2014.

Nesta tabela sobre a formação dos orientadores, percebe-se que cinco são formados em Filosofia, ou seja, a maioria. Nesta exposição, pode-se inferir que das áreas de formação dos orientadores, a Filosofia tem mostrado interesse e trazido uma contribuição significativa como incentivo para as pesquisas na temática de formação de oficiais, à medida que os pesquisadores são aceitos com suas propostas de investigar o tema, ao ingressarem na pós-graduação em Educação.

Avançando na apresentação e análise dos dados, apresenta-se na Tabela 11, as oposições estruturantes pinçadas nas pesquisas investigadas:

Tabela 11 – Oposições Estruturantes

Item	Pesquisa de	Oposições Estruturantes	Recorte Temporal
1	Balheiro	- Ensino tradicional - avaliação positivista x aprendizagem significativa	2001
2	Cerqueira	- Currículo humanizado - profissional cidadão x ensino autoritário	2006
3	Sandes	- Cultura institucional x Democratização das PM- uso legal da força	2001-2003
4	Rondon Filho	- Processo educacional jurídico - direitos fundamentais X cultura institucional	2000-2007
5	Mainardi	-Ingresso de mulheres na PMMT - identidade da mulher PM x cultura masculina	2007-2009
6	Gonçalves	- Profissionalização - especialização x influência política na Força Pública	1952-1960
7	Almeida	- Profissionalização -militarização x missão de polícia	1906-1930
8	Leal	- Emancipação do aluno - direitos humanos x cultura organizacional	2004-2006
9	Lopes	- Reforma pedagógica do CFO - polícia cidadã x práticas acadêmicas	1934-2007
10	Cerqueira (Tese)	- Formação humanizada - Direitos humanos x práticas de ensino	2009
11	Loureiro	- Invenção das tradições - modernização x participação política	1810-1944
12	Nascimento	- Reforma curricular - cotidiano profissional x cotidiano acadêmico	2011-2012

Fonte: Dados organizados pela autora, 2014.

A Tabela 11 possibilita verificar que a cultura institucional, em diferentes períodos, tem contribuído sobremaneira como fator de resistência para o processo de mudança previsto nas ações de governo. Os planejamentos têm encontrado barreiras no momento em que os alunos são colocados nos estágios, em contato com os profissionais que já estão atuando nas atividades de polícia, e também após a formatura, quando em período probatório da carreira. Neste sentido, a MCN, como norteadora de uma formação humanizada, tem tido resultados limitados que ecoam mais fortemente dentro das Instituições acadêmicas, devido a resistências da cultura Institucional.

Outro ponto de destaque na Tabela 11 é a contribuição dos quadros docentes que parecem não conseguir acompanhar as propostas de reformas na educação dos futuros oficiais PM. Pois, permanecem reproduzindo condutas tradicionais e, em certos casos, têm se oposto à uma formação humanizada que permita ao futuro profissional sua emancipação, deixando de prepará-lo para lidar com a realidade que o aguarda.

Nas pesquisas históricas, a Tabela 11 revela que a modernização e a profissionalização entre 1810 e 1944 tiveram caráter idêntico, voltadas para o sentido da militarização e da busca da emancipação institucional por parte dos oficiais PM. Porém, estas tendências levaram as PM a um processo de perda do sentido da missão de polícia ao tempo em que afastou os oficiais da participação na política dos Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como foco principal analisar a consolidação do campo temático da formação de oficiais como parte da ciência da Educação. Desta feita, buscou descrever e sistematizar o estado da arte sobre a formação de oficiais das polícias militares do Brasil, no período de 2003 a 2014, tendo como marco para a investigação o lançamento da Matriz Curricular Nacional, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, ocorrida em 2003. Alcançando ainda, as contribuições para a profissionalidade policial militar, por meio da análise das produções de dissertações e teses nos Programas de Pós-graduação em Educação das regiões sudeste e centrooeste do Brasil.

O presente estudo revelou que existe certa resistência na área de Educação para com os estudos na temática de formação de oficiais PM. Pois notou-se baixa quantidade de produções acadêmicas científicas, além de os pesquisadores serem todos policiais militares. Apesar dessa ocorrência, notou-se em Mato Grosso um lugar de destaque no quantitativo de pesquisas sobre formação de oficiais. Nesse Estado, ficou evidente que pessoas cumprem papel de destaque no incentivo a outros oficiais em prosseguir no campo das pesquisas, fazendo a diferença tanto na área da Educação quanto na Instituição PM. Denota-se a importância da continuidade de outras gerações que prossigam nos estudos sobre a formação PM, principalmente para a consolidação desse campo de conhecimento, porque o que se tem até agora é somente o começo.

E prosseguindo nas análises sobre os processos históricos que se apresentaram dentro do período recortado, a busca de uma mentalidade ou de um modelo de polícia militar mostrou-se um desejo constante em diversos momentos das transformações dentro das instituições de segurança pública, em especial na PM. Neste sentido, a Matriz aparece como um marco de reconhecimento dessa necessidade de mudanças na mentalidade ou no perfil policial militar. Isto leva à reflexão sobre o desenvolvimento da profissionalidade não apenas curricular mas também inserida nas práticas formadoras, em relação aos cursos de formação de oficiais PM.

O que as produções pesquisadas apontaram foi uma tendência, justamente no período pós lançamento da MCN, de montar currículos para os cursos de

formação de oficiais que se voltassem ao respeito aos direitos humanos. Uma mudança desejada e produzida pontualmente nas propostas pedagógicas dos cursos, tendo como referência a MCN. Neste sentido, a Matriz Curricular Nacional teve importância como incentivo às mudanças, na medida em que respondeu ao clamor da época de seu lançamento. Constituiu-se em um gatilho para as transformações necessárias e base para as pesquisas sobre a temática.

Todavia, as propostas de nova base curricular integrada encontraram resistências por parte do quadro docente e administrativo das Instituições escolares, principalmente no que se refere aos currículos informais, aos processos de socialização e às próprias Instituições PM que não se prepararam para receber os egressos dos cursos.

Nessa linha de pensamento, é importante destacar que, no que toca à formação e à profissionalidade, as pesquisas contribuíram mostrando que, ainda nas décadas de 1950 e 1960, a preocupação com a profissionalização já era uma questão de necessidade das Instituições para consolidar sua missão, seu papel social, se desvinculando do Exército e se definindo como agentes conhecedores do seu mister, ou seja, o policiamento. Antes disso, a motivação era a dominação, o controle das tropas armadas e, neste sentido, a militarização como ideologia de submissão às autoridades locais, contando, inclusive com a confusão sobre o que era de competência das polícias, se a guerra, os conflitos políticos e as intervenções armadas ou se o policiamento como forma de levar a sensação de segurança à população e a mediação dos conflitos com respeito aos interesses da sociedade.

Essa preocupação em relação à missão das polícias militares permaneceu e diversas modificações foram realizadas nos cursos de formação na busca de um perfil ideal. Já a partir de 2003, não obstante as mudanças curriculares, ocorreu uma adequação por parte das Instituições PM, priorizando um currículo técnico e enfatizando disciplinas especializadas de polícia, como uso da força e armas de fogo, que mesmo oferecendo treinamento dentro do respeito aos direitos humanos, não se preocupavam com o contexto político e social em que se inseriam. Ou seja, para atender uma parcela que resistia às mudanças, escolheu-se a profissionalização em detrimento da profissionalidade na medida em que se deixou de lado a preocupação com o despertar da consciência do papel histórico-social do profissional e com as consequências decorrentes de seus atos em

âmbito político e estratégico.

Essas resistências mostram que existe uma cultura própria dentro das polícias militares que dificulta o pleno vigor de transformações que visem desenvolver competências complexas, para se centrar apenas nas mudanças de projetos pedagógicos. As práticas nas Instituições escolares mostraram ser mais densas e de difícil acesso do que se pensava.

Analisando o campo de pesquisa ainda em desenvolvimento, é preciso que hajam mais estudos sobre o tema formação de oficiais dentro da Educação. Este constitui-se em desafio necessário para dirimir os problemas levantados até aqui nos diversos estudos realizados. Para tal empreitada existem alguns caminhos que foram apontados neste estudo e que podem servir de base para dar prosseguimento à consolidação do campo como parte da contribuição da Educação, quais sejam: em relação aos quadros docentes e técnicos, há necessidade de investigações que tratem do seu preparo para atuarem de acordo com as mudanças curriculares desejadas, incluindo práticas educacionais e atitudes condizentes com expectativas em relação aos futuros profissionais que o sistema de segurança deseja ter. Além disso, existe a necessidade de estudos sobre a pertinência e viabilidade de se tornarem quadros permanentes nas instituições formadoras.

Destarte, é preciso mudar as expectativas por parte da própria Instituição, em relação aos alunos que, muitas vezes, impedem que mudanças efetivas aconteçam. Pois as práticas que ainda permeiam as Academias dificultam o desenvolvimento da autonomia nas tomadas de decisão, criando um futuro profissional inseguro, apesar dos seus conhecimentos sobre as técnicas e sobre a legislação em vigor e impedindo o aperfeiçoamento de atitudes assertivas.

Nesse mister, extremamente importante é definir qual o profissional que se quer. A tendência das competências complexas demanda um profissional que conhece a construção histórica de seu papel social como agente transformador da realidade e que tem um compromisso de atender à sociedade com respeito aos direitos humanos. Além disso, é um profissional que conhece seu ofício, as técnicas e sabe aplicá-las de acordo com a realidade com a qual se depara, além de se preocupar com a constante busca do conhecimento. Este é o cenário encontrado nesta pesquisa e que mostrou também polícias militares atuantes e que têm respondido aos movimentos da sociedade. Porém assim como as mudanças

não são lineares, também as concepções de profissional podem sofrer variações, o que também tem dificultado o completo implemento das mudanças nos cursos de formação e conseqüentemente, no perfil dos profissionais.

O estudo das subjetividades que se desejam alcançar dentro das diversas atividades em segurança pública e o conhecimento ampliado sobre a profissionalidade policial militar tornam-se parte de um processo obrigatório para a construção de currículos que atendam às demandas de uma sociedade em constante transformação. Além disso, uma análise mais apurada sobre o artigo 83 da LDBEN/96, que trata dos sistemas de ensino dos militares, representa assunto de destaque dentro da temática de formação de oficiais e principalmente para a Educação.

Outro ponto importante a ser investigado pela Educação é a participação dos oficiais em movimentos sociais, seus interesses e direcionamentos políticos, partindo das problemáticas da formação política dos oficiais ou de sua ausência e os resultados disso nas suas carreiras, suas conseqüências para a Instituição e nas políticas de Estado atuais. Para tanto, torna-se pertinente o estudo dos processos históricos das instituições formadoras em suas diversas possibilidades, como nos diferentes Estados, suas origens e tradições. Além disso, essa questão histórica leva a pensar na necessidade dessas Instituições, enquanto tais, de atenderem às demandas da sociedade como condição primeira de sua existência, isso significaria olhar para as inclusões das minorias e de categorias socialmente excluídas.

Além disso, emerge como desafio importante da Educação o estudo da epistemologia das atividades de polícia, sua construção e consolidação. Neste ponto, pesquisas que utilizem da metodologia de Estado da Arte seriam de extrema importância para consolidação de um campo temático e científico.

Esses desafios apresentados como sugestões para a Educação na continuidade das pesquisas sobre formação de oficiais PM constituem-se em desafios necessários, na medida em que os problemas continuam surgindo e demandando estudos.

Espero que este trabalho possa contribuir na continuidade dos movimentos de mudanças na formação dos profissionais de segurança pública que já tiveram seu início com as demandas da década de 1990 e em especial, com as transformações nas Polícias Militares. Além disso, espero que perspectivas

continuem se abrindo para pesquisas em outras regiões e sobre outros períodos históricos buscando consolidar cada vez mais esse campo temático da Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997.** Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Enio Antonio de. **Academia do Barro Branco: a história da criação e implantação da escola de formação dos oficiais da Força Pública paulista na República.** Dissertação (Mestrado em Educação) - UNICAMP, Campinas, 2009.

ALVES - MAZZOTTI, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: **A bússola do escrever: desafios e estratégias não riantação de teses e dissertações.** BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). Florianópolis: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

_____; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais esociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BALIEIRO, Almir. Dos Homens do Mato aos homens e mulheres da cidade: por uma escrita dentro da nova história sobre a trajetória da Polícia Militar de Mato Grosso. In **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v.2, n.2. jul./dez. 2009. Disponível em:
<<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/53>>
Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT.**2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant.** Réponses. Paris: Seuil, 1992.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus,1996.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____; _____. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).** Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF, 2010. Disponível em:
<<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil. De 18 de Setembro de 1946).** Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 20 fev.2017.

_____. **Decreto Nº 3.897**, de 24 de agosto 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. **Emenda Constitucional, nº 18**, de 05 de fevereiro, de 1998. Dispõe sobre o regime constitucional dos militares. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc18.htm#art3>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Lei nº 192, de 17 de Janeiro de 1936. **Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Policias Militares sendo consideradas reservas do Exercito. Ministério da Defesa.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-192-17-janeiro-1936-501765-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 fev.2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da Educação e Cultura. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Matriz Curricular Nacional.** Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério da Justiça. **Força Nacional.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/forca-nacional>>. Acesso em: 5 mar 2016.

_____. **Projeto Segurança Pública para o Brasil.** Ministério da Justiça, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/PNSP%202000.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2017.

CARVALHO, Glauco Silva de. **A Força Pública Paulista na redemocratização de 1946:** dilemas de uma instituição entre a função policial e a destinação militar. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Por vias tortas, o caminho da discussão. In **Revista Veja**, São Paulo, n. 1506, p. 36-38, 30 jul.1997.

CERQUEIRA, Homero de Giorge. **A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC-SP, São Paulo: 2006.

_____. **Os paradoxos do currículo da Academia de Polícia Militar do Barro Branco: a cidadania como fundamento das Forças de Segurança Pública Cerqueira**. Tese (Doutorado em Educação). PUC-SP, São Paulo: 2011.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas Polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **FHC assina MP que proíbe greve policial**. Brasília, DF, 04 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/345454/fhc-assina-mp-que-proibe-greve-policial>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

EYNG, Ana Maria. **Currículo escolar**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

_____. Educação em direitos humanos no currículo escolar: o projeto político pedagógico como espaço de garantia ou violação de direitos. In: **Direitos humanos e violências nas escolas: desafios e questões em diálogo**. EYNG, Ana Maria (Org.). 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estados querem proibir greve da Polícia Civil**. William França; Leila Suwwan. São Paulo, 27 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2707200101.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **FHC diz que não hesitará em usar Exército**. Lisandra Paraguassú; Sandro Lima. São Paulo, 27 jul. 2001. Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2707200102.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Governadores querem proibir sindicalização de policiais e greves**. Ricardo Mignone. Brasília, DF, 26 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33777.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. **L'impossible Prison: Recherches sur lê Systeme Pénitentiaire ao XIX Siècle**. Paris: Éd. Du Seuil, 1980. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

2008a.

_____. **Do governo dos vivos:** curso no Collège de France, 1979 -1980. Aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980. Tradução de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **Segurança, território, população.** (Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. 9. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GATTI JUNIOR, Décio. História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

GONÇALVES, Marcos Roberto. **O Centro de Instrução Militar de Mato Grosso:** Processo de criação e desativação do Curso de Formação de Oficiais (1952-1960). Dissertação. (Mestrado em Educação). UFMT, Cuiabá: 2009.

GLOBO, O. **Massacre que matou 12 pessoas em Corumbiara, RO, completa 20 anos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/2015/08/massacre-que-matou-12-pessoas-em-corumbiara-ro-completa-20-anos.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. **Formação do Oficial da Polícia Militar do Paraná.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de direito administrativo.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

LEAL, Gabriel Rodrigues. **Currículo cultural:** uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde. Dissertação. (Mestrado em Educação). UFMT, Cuiabá: 2010.

LEMGRUBER, Julita. **Julita Lemgruber Por José Luiz Rattón e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.** In: As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. LIMA, Renato Sérgio de; RATTÓN, José Luiz (Org.). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011.

LOPES, Paola Bonanato. **Curso de Bacharelado em Ciências Militares: reconstrução do percurso sócio histórico, análise da concepção pedagógica e perspectivas.** Dissertação (Mestrado em Educação). UFMG, Belo Horizonte: 2011.

LOUREIRO, Samuel Robes. **L'enseignement d'une elite: a (re)invenção das tradições na Academia Militar Paulista (1931-1944).** Dissertação (Mestrado em Educação). PUC-SP, São Paulo: 2012.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 2002.

MAINARDI, Diva Maria de Oliveira. **A formação da mulher para tornar-se policial militar em Mato Grosso.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

_____. A formação dos oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso diante das novas demandas sociais. In: **X CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – X COLUBHE.** Anais 2014, Curitiba: PUC-PR 25 a 28 de agosto de 2014.

MATO GROSSO. Lei Complementar n. 231, de 15 de dezembro de 2005 - **D.O.** 15-12-05. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso.

_____. **1º Encontro Nacional de Ensino Superior e Pesquisa Policial Militar.** Disponível em: <<http://enesp.pm.mt.gov.br/>>. Acesso em: 25 jun.2015.

MENDONÇA, A. G. **Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens.** São Paulo: UMESP, 1997.

MENKE, Bem; WHITE, Mervin F.; CAREY, Willian L. Profissionalização da polícia: em busca de excelência ou de poder político? In: GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do trabalho policial: questões e análises.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 85-118. (Série Polícia e Sociedade, n. 5).

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação. In **Educação profissional: Ciência & Tecnologia,** Brasília, DF, v. 3, n. 1, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/3415049/Dilemas_da_forma%C3%A7%C3%A3o_policial_treinamento_profissionaliza%C3%A7%C3%A3o_e_media%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa.** Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Série Polícia e Sociedade, n. 3).

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia?** Sociologia da força pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade;

n.10).

MUNIZ, Jacqueline. Uso da força e ostensividade na ação policial. In: **Conjuntura Política. Boletim de Análise**. Departamento de Ciência Política da UFMG. Belo Horizonte, 1999, p. 22-26. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/estantedejacquelinemuniz/>> Acesso em: 17 de abril de 2017.

_____. A crise de identidade das Polícias Militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. In **Security and Defense Studies Review**, Rio de Janeiro, v. 1, 2001. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

NASCIMENTO, Daniele Alcântara. Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca do aluno policial militar. Dissertação (Mestrado em Educação), UNB, Brasília: 2012.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Ecce Homo**: como alguém se torna o que é. Tradução notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudo sem Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 1-16, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia de. O Emprego do Exército Brasileiro no Combate às Novas Ameaças, com Ênfase na Luta contra o Tráfico de Drogas. **Revista de Ciências Militares**, Rio de Janeiro, Instituto Universitário Militar, v. 4, n. 1, p. 123, maio 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT): **Normlex**. Recomendação sobre orientação profissional e da formação profissional no desenvolvimento de recursos humanos. Adoção: Genebra, 60 sessão ILC (23 de junho de 1975). Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312488:NO>. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____. **Recomendação sobre o desenvolvimento dos recursos humanos**, 2004 (nº 195). Genebra, sessão de ILC 92 (17 de junho de 2004). Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312533:NO>. Acesso em: 01 mar. 2016.

PALANCH, Wagner Barbosa de Lima; FREITAS, Adriano Vargas. Estado da Arte como método de trabalho científico na área de educação matemática: possibilidades e limitações. In: **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, UFMS, v. 8, Número Temático, p. 784-802, 2015.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez.2005.

ROMANOWSKI, Joana P.; ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. In **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50 set./dez. 2006.

RONDON FILHO, Edson Benedito. **Fenomenologia da educação jurídica na formação policial militar**. UFMT, Dissertação. (Mestrado em Educação). UFMT, Cuiabá: 2008.

ROSA, Hamilton Pacheco da. **Políticas e estratégias de comando da Polícia Militar de Santa Catarina e a gestão acadêmica do curso de formação de oficiais**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2004.

SANDES, Wilquerson Felizardo. **O uso legal da força na formação de jovens tenentes: um desafio para a atuação democrática da Polícia Militar do Mato Grosso**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação UFMT, Cuiabá, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares. **José Vicente Tavares dos Santos Por Renato Sérgio de Lima**. In: As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Org.). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

SÃO PAULO. **Lei Complementar Nº 893**, de 09 de março de 2001. Institui o regulamento disciplinar da Polícia Militar de São Paulo. São Paulo, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar. **A avaliação defensiva no modelo Capes de avaliação: é possível conciliar avaliação educativa com regulação e controle do Estado?**. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação. 1ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009, v. 1, p. 133-175.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante. 2006.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

_____; MACIEL, Francisca. **Alfabetização**. Brasília, DF: MEC/INEP/Comped, 2000.

VALDEMARIN, Vera Teresa. A construção do objeto de pesquisa. In: SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa. (Org.). **Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 47-97.

VEJA. **Sangue em Eldorado**. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/idade/em_dia/carajas_capa.html>. Acesso em: 03 jun. 2016.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na Reforma Caetano de Campos – 1890. 2006. 204 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP. 2006.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva.V. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabee Barbosa. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia. (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.